Nº 101
Processo 21 01 01 2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

CAPA DO PROCESSO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº	DATA
210101/2025	21/01/2025

REQUISITANTE:
Setor de serviços Administrativos.

ASSUNTO:
Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

Nº 002
Processo 210101/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento, autuamos este processo administrativo.

1. Do processo:
1.1. Processo Administrativo nº 210101/2025
1.2. Requisitante: Setor de Serviços Administrativos

2. Objeto:
2.1. Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de janeiro do ano de 2025, eu Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira, responsável pelo setor de protocolo, AUTUO o processo administrativo nº 210101/2025, que adiante se vê, do que para constar, lavrei o presente termo. Eu Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira responsável pelo setor de protocolo o subscrevo.

Nº 003
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

DFD Nº 210101/2025

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

ÓRGÃO: Câmara Municipal de Poção de Pedras	
UASG: 929855	
SETOR REQUISITANTE: Setor de compras e Serviços.	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira	**MATRÍCULA:** Mat. 0000010
EMAIL: camarapp@hotmail.com	**TELEFONE:** (99) 99935-4050

Descrição da Demanda

1.1. Justificativa da Necessidade ou oportunidade de melhoria identificada:

A contratação de empresa especializada para a locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, é essencial para atender às exigências legais, melhorar a comunicação com a população e garantir a transparência nas ações do Legislativo Municipal.

1. Necessidade de atendimento às exigências legais:

A Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA é obrigada, por legislação federal (como a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011), a disponibilizar à população informações claras, completas e acessíveis sobre sua atuação, orçamento, despesas e contratos. A locação de um site institucional e de um portal da transparência garantirá o cumprimento dessas obrigações legais, promovendo a transparência e o acesso à informação pública.

2. Melhoria na comunicação institucional:

A disponibilização de um site institucional moderno, responsivo e funcional é fundamental para o fortalecimento da comunicação da Câmara Municipal com a população. Por meio de um portal interativo e de fácil navegação, cidadãos poderão acessar informações sobre as atividades

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

legislativas, projetos de lei, sessões, pautas e outros conteúdos de interesse público, contribuindo para a cidadania ativa e o engajamento da comunidade com os processos legislativos.

3. Estruturação do Diário Oficial:

A criação e manutenção de um Diário Oficial digital permitirá que todos os atos oficiais da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, sejam disponibilizados de forma imediata e acessível a qualquer cidadão. Além de otimizar o processo de divulgação dos atos, essa estrutura digital reduzirá custos com impressão e distribuição de edições físicas, promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável.

4. Eficiência e segurança:

A contratação de uma empresa especializada assegura que todos os sistemas necessários para a implementação e manutenção do site institucional, portal da transparência e diário oficial digital sejam realizados com a devida segurança, proteção de dados e atualizações regulares. A empresa contratada terá a expertise necessária para oferecer soluções tecnológicas adequadas e garantir a integridade das informações.

5. Custos reduzidos e benefícios a longo prazo:

A contratação da empresa especializada permitirá a otimização dos recursos financeiros, visto que a manutenção de plataformas como o portal da transparência e o diário oficial digital, quando bem estruturadas, geram benefícios contínuos para a administração pública, com a redução de custos operacionais relacionados à impressão e distribuição de materiais.

6. Acessibilidade e usabilidade:

A empresa contratada deverá garantir que o site institucional, o portal da transparência e o diário oficial digital sejam acessíveis a todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência, conforme as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Isso promoverá um ambiente digital inclusivo e de fácil utilização para toda a população.

Conclusão:

A contratação de uma empresa especializada é uma medida estratégica para garantir a transparência, eficiência e modernização dos serviços da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA. Além de atender às exigências legais, a criação de um site institucional, portal da transparência e estrutura para o diário oficial digital contribuirá para uma gestão pública mais transparente, eficiente e acessível à população. A solução proposta representa um avanço

Nº 005
Processo 21012025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

significativo na comunicação entre a Câmara Municipal e os cidadãos, promovendo um governo mais aberto e participativo.

O responsável pelo setor de compras e serviços da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, solicita ao Senhor Presidente da Câmara autorização para realizar a análise de mercado.

Ressalte-se que essa contratação está alinhada ao Planejamento (LDO, LOA).

A contratação ocorrerá mediante Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 74, III, alínea c, da Lei nº 14.133/2021.

As despesas decorrentes da Inexigibilidade de licitação ocorrerão por conta de recursos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, que será informado no ato da solicitação da dotação orçamentaria.

2. Descrição sucinta do objeto.

Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

3. QUANTIDADE DO SERVIÇO A SER CONTRATADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	SERVIÇOS	1

4. Estimativa preliminar do valor da contratação.

A estimativa preliminar para essa contratação é de R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais)

5. Indicação da data pretendida para a conclusão da contratação.

A contratação está prevista para 26/02/2025.

6. Grau de prioridade da compra ou contratação.

Grau de prioridade: (X) Baixo, ( ) Médio, ( ) Alto.

7. Area requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA	Joaquim Elói de Souza Filho Presidente Câmara Municipal
Setor de compras e Serviços	Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira Setor Requisitante

Nº 006
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Poção de Pedras/MA, 21 de janeiro de 2025.

Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
de Poção de Pedras

Nº 007
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025.
OBJETO: Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

A Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA (MA), juntamente com o setor responsável pela solicitação da demanda, apresenta a justificativa de dispensa do Estudo Técnico Preliminar para a escolha da solução mais viável para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

A justificativa decorre pelo fato de que o valor da contratação se enquadra no limite permitido pelo inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133/21, atualizado pelo Decreto Federal n° 12.343/2024 e por tanto dispensada de elaborar o Estudo Técnico Preliminar com base no art. 2° da Resolução n° 006 de 28 de fevereiro de 2023:

> Art. 2° A Elaboração dos ETPs – Estudos Técnicos Preliminares será facultativa nos casos de contratação de obras, serviços e compras, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Para fins de comprovação do que foi afirmado no parágrafo acima, após análise de mercado, anexa nesse processo administrativo, verificou-se uma consulta no SINC – Contrata, para averiguar contratação do mesmo objeto, realizada por outros municípios, conforme podemos demonstrar:

Órgão	Contrato	Especificação	Empresa	V. Total R$	Data
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA	10/2023	Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário legislativo.	R CASTRO ARAUJO	4.500,00	ASSINATURA: 07/03/2023 VIGÊNCIA: 11 meses.

No intuito de obter um valor de referência para a contratação, o contrato mencionado acima foi considerado para fins de levantamento de preços. Assim, o valor total aproximado

Nº 008
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

para esta contratação é de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), importe utilizado como sugestão nesse processo administrativo.

Outrossim, a contratação ocorrerá mediante contratação direta, com fulcro no art. 74, I da Lei nº 14.133/2021, por meio de inexigibilidade de licitação, por tratar-se de consultoria técnica especializada, que atenderá as necessidades deste Poder Legislativo.

Ademais, o ajuste contratual ocorrerá com a empresa **R CASTRO ARAUJO EIRELI** inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, por possuir experiência no mercado, cujo trabalho é essencial e reconhecido, dado a plena satisfação dos serviços prestados a Câmara Municipal de Arari/MA.

Segue em anexo o Termo de Contrato n° 10/2023, da Câmara Municipal de Arari/MA, que comprova o valor da contração.

Poção de Pedras- MA, 21 de janeiro de 2025.

Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

Ratifico a presente JUSTIFICATIVA.

Em, 21 / 01 /2025.

Joaquim Eloi de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
de Poção de Pedras

Nº 009
Processo 210101 2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ANEXO

TERMO DE CONTRATO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA

Nº 010
Processo 21/01/2023
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

CONTRATO Nº 10/2023.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA, E A EMPRESA R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PORTAL.

Pelo presente instrumento, A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30, com sede administrativa situada à Rua Padre José da Cunha D'eça, nº 182, Bairro: Centro, Arari-MA., CEP: 65.480-970, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. **Benedito de Jesus Abas Filho**, brasileiro, portador do RG nº 0376533020093 e inscrito no CPF sob o nº 080.892.303-00, doravante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**; e a Empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80, com endereço à Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por seu proprietário o senhor Reinaldo Castro Araújo, inscrito no CPF sob o nº. 918.228.153-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 15/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da Dispensa de Licitação nº 05/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	OBJETO – ESPECIFICAÇÕES	Unid.	Quant.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Implantação de site institucional e Portal da Transparência e, estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	unid	1	R$ 3.900,00	R$ 3.900,00
02	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e, estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	Mês	11	R$ 4.500,00	R$ 49.500,00
Valor Total: R$ 53.400,00 (cinquenta e três e mil e quatrocentos reais).					**R$ 53.400,00**

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Dados: 2023.03.07 15:06:30 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses contados do(a) sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.***

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), tendo o valor 3.900,00 (três mil e novecentos reais) referente à implantação, perfazendo o valor total de R$ 53.400,00 (cinquenta e três e mil e quatrocentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Dados: 2025.03.07 15:08:45 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.838/0001-30

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/02/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

R = V (I – Iº) / Iº, onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data do orçamento estimado;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *60 (sessenta) dais*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *60 (sessenta) dais.*

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Dados: 2025.03.07 13:07:15 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Dados: 2025.01.07 15:07:47 -03'00'

9.18. **Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);**

9.19. **Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);**

9.20. **Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;**

9.21. **Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;**

9.22. **Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;**

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. ***As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.***

10.2. ***Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.***

10.3. ***É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.***

10.4. ***A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.***

10.5. ***Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.***

10.6. ***É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.***

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08092303000 Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08092303000 Dados: 2025.01.07 15:08:03 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.285.830/0001-30

10.7. ***O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.***

10.8. ***O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.***

10.9. ***O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.***

10.10. ***Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.***

10.10.1. ***Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.***

10.11. ***O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.***

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. ***Não haverá exigência de garantia contratual da execução.***

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Dados: 2025.05.07 15:08:21 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv) Multa:
(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2023.03.07 15:08:37 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65400-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.265.830/0001-30

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. ***O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.***

13.2. ***O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.***

13.3. ***A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.***

13.4. ***Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.***

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2023.03.07 15:09:12 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65400-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da contratante, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: Câmara Municipal de Arari

II. Fonte de Recursos: Recursos Próprios

III. Programa de Trabalho: 01.031.0101.2001.0000

IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

14.2. ***A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.***

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300

Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300 Dados: 2025.03.07 11:09:29 -03'00'

Nº 02
Processo 21012025

Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Arari, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Arari/MA, em 07 de março de 2023.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300

Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2023.03.07 15:09:45 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA
CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30
Benedito de Jesus Abas Filho
CPF sob o nº 080.892.303-00
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº. 918.228.153-04
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Nº 023
Processo 21/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 10/2023, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2022, PROCESSO ADM. Nº 15/2023, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ESTRUTURA DE DADOS PARA O DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI–MA, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA E A EMPRESA R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30, com sede administrativa situada à Rua Padre José da Cunha D'eça, nº 182, Bairro: Centro, Arari-MA., CEP: 65.480-970, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. **Benedito de Jesus Abas Filho**, brasileiro, portador do RG nº 0376533020093 e inscrito no CPF sob o nº 080.892.303-00, doravante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**; e a Empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80, com endereço à Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu proprietário o senhor Reinaldo Castro Araújo, inscrito no CPF sob o nº. 918.228.153-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 15/2023, com fulcro no artigo Art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Cláusula Segunda do Contrato nº 10/2023 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, resolvem alterar a CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO Nº 10/2023, passando, a partir desta data, a prevalecer o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

1.1. O presente Contrato terá sua vigência aditada, vigorando a partir de 07 (sete) de fevereiro de 2024 com previsão por mais 11 (onze) meses, ou seja, de 07 (sete) de fevereiro até 31 (trinta e um) de dezembro de 2024, *Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Em vista do aditamento da vigência do referido contrato, objeto do presente instrumento, fica mantido o valor mensal do contrato inicial que é de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:54:46 -03'00'

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:16 -03'00'

Nº 024
Processo 21012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO.....01-Poder Legislativo; Projeto Atividade..... 01.031.0101.2001.0000 – Manut. das Ativ. Legislativas. Natureza da Despesa.....3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e Condições do instrumento particular ora alterado.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo em sítio eletrônico oficial, nos termos da norma de regência, correndo as respectivas despesas a expensas da **CONTRATANTE.**

E, por estarem assim acordadas, assinam o presente TERMO ADITIVO em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas.

Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:37 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA
CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30
Benedito de Jesus Abas Filho
CPF sob o nº 080.892.303-00
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:55:10 -03'00'

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº. 918.228.153-04
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ CPF _____

_____ CPF_____

Nº 025
Processo 21012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

[redacted]

A Câmara Municipal de Arari/MA, representada neste ato pelo Presidente o Sr. **Benedito de Jesus Abas Filho**, autoriza a empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 40.001.962/0001-80, doravante denominada **CONTRATADA**, a iniciar a prestação de Serviços de Locação de Site institucional, objeto do Aditamento do Contrato nº 10/2023, oriundo da Dispensa de Licitação nº 05/2023.

Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300

Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:59 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA
CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30
Benedito de Jesus Abas Filho
CPF sob o nº 080.892.303-00
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO EIRELI

Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:56:28 -03'00'

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº. 918.228.153-04
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ CPF _____

_____ CPF_____

Nº 006
Processo 21/01/2025
Assinatura

Contrato nº 10/2023

Última atualização 20/03/2023

Local: Arari/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO **Unidade executora:** 929807 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 15/2023 **Categoria do Processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 20/03/2023 **Data de assinatura:** 07/03/2023 **Vigência:** de 07/03/2023 a 31/12/2023

Id contrato PNCP: 06354468000160-2-000020/2023 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** 06354468000160-1-000018/2023

Objeto:

Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.

VALOR CONTRATADO

R$ 53.400,00

FORNECEDOR:

Nome/Razão social: R CASTRO ARAUJO LTDA **CNPJ/CPF:** 40.001.962/0001-80 **Tipo:** Pessoa jurídica

Termos | Arquivos | Histórico

Número	Tipo	Data Assinatura	Detalhar
01/2024	Termo Aditivo	29/01/2024	

Exibir | 1-1 de 1 itens | Página

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

Nº 07
Processo 21/01/2025

Assinatura

Nº 08
Processo 21/01/2025
Assinatura

> Contratos

Termo Aditivo nº 01/2024

Última atualização 02/02/2024

Data assinatura: 29/01/2024 **Vigência:** de 07/02/2024 a 31/12/2024

Objeto: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 10/2023, que objetiva a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.

Prazo aditado (dias): 366 **Fundamento legal:** Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021.

Documento(s):

Nome	Data	Tipo	Baix
PRIMEIROTERMOADITIVODAVIGNCIADOCONTRATON1013todoassinado.pdf	02/02/2024	Termo Aditivo	

Retornar

Termos Arquivos Histórico

Número	Tipo	Data Assinatura	Detalhar
01/2024	Termo Aditivo	29/01/2024	

Exibi 1-1 de 1 itens Página

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto da construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizados no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Nº 09
Processo 21/01/2025
Assinatura

Termo Aditivo nº 01/2024

Última atualização 02/02/2024

Data assinatura: 29/01/2024 **Vigência:** de 07/02/2024 a 31/12/2024

Objeto: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 10/2023, que objetiva a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.

Prazo aditado (dias): 366 **Fundamento legal:** Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021.

Documento(s):

Nome	Data	Tipo	Baix.
PRIMEIROTERMOADITIVODAVIGNCIADOCONTRATON1013todoassinado.pdf	02/02/2024	Termo Aditivo	

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI - MA
02/2023
LEGISLATIVO

Nº 030
Processo 21012025
Assinatura

SUMÁRIO

Descrição **Página**

EXTRATO DE CONTRATO.

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 03/2024. PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 01/2023. PROCESSO ADM. Nº 25/2023. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2023. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de material de consumo, tipo: expediente, limpeza/higiene e gêneros alimentícios para atender as demandas da Câmara Municipal de Arari/MA. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: G G MARTINS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 45.530.507/0001-95. VALOR TOTAL: R$ 160.154,77 (cento e sessenta mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e Gutemberg Galvão Martins, inscrita no CPF nº 494.029.943-00, pela contratada.

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 04/2024. PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 02/2023. PROCESSO ADM. Nº 26/2023. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de Serviços de confecção e impressão de Material Gráfico, destinados a atender as demandas da Câmara Municipal de Arari/MA. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: T.C AUTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.593.545/0001-69. VALOR TOTAL: R$ 150.350 (cento e cinquenta mil, trezentos e cinquenta reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e CAROLINE MOTA MARINHO, inscrita no CPF nº 051.592.563-26, pela contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023. PROCESSO ADM. Nº 06/2023. OBJETO: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 04/2023, que objetiva a Contratação de Serviços Técnicos Contínuos de Assessoria e Consultoria na área de Licitações e Contratos Administrativos, para atender as demandas de interesse da Câmara Municipal de Arari/MA, para o exercício de 2024. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: L. DOS R. SANCHES - PONTUAL ASSESSORIA E CONSULTORIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 38.092.471/0001-40. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e Larissa dos Reis Sanches Martins, CPF nº 609.141.563-81, pela contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023. PROCESSO ADM. Nº 15/2023. OBJETO: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 10/2023, que objetiva a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e Reinaldo Castro Araújo, CPF nº 918.228.153-04, pela contratada.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://transparencia.cmarari.ma.gov.br/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 88652cac25932af67074e45cd98591784041e7a7
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 031
Processo 2101012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE ARARI - MA

DIÁRIO OFICIAL
GABINETE DO PRESIDENTE

RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, CENTRO
ARARI, CEP: 65480-970
Email: diario@cmarari.ma.gov.br
Telefone: (98)36550-080

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://transparencia.cmarari.ma.gov.br/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 88652cac25932af67074e45cd98591784041e7a7
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 032
Processo 210101/2023
Assinatura

JUS LIBERTATIS

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE BERNARDO DO MEARIM - MA

LEGISLATIVO

SUMÁRIO

Descrição **Página**

LICITAÇÃO 1
RESOLUÇÃO Nº 007/2023, DE 31 DE MARÇO DE 2023 1
ATO CONVOCATÓRIO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº TP/CMBM/001/2021 3
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº TP/CMBM/001/2021 4
ATO CONVOCATÓRIO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITAMENTO AO CONTRATO Nº TP/CMBM/005/2021 4
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº TP/CMBM/005/2021 5

LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 007/2023, DE 31 DE MARÇO DE 2023

Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Câmara Municipal de Bernardo do Mearim.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BERNARDO DO MEARIM, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO:**

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

RESOLVE :

Art. 1° Esta Resolução dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo primeiro. Para os efeitos desta Resolução, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Parágrafo segundo. A obrigação de elaborar o ETP aplica-se à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive aluguéis e contratações de soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, ressalvado o disposto no art. 2º.

Art. 2º A elaboração do ETP não é obrigatória nos seguintes casos:

I - contratação de obras, serviços, compras e aluguéis, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE BERNARDO DO MEARIM - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmbernardodomearim.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: a7b54a1c29caea1e0a1c937c228ac1366d85e5d9
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 033
Processo 210101/2023
Assinatura

III - contratações cuja modelagem adotada siga o padrão majoritariamente adotado por outros órgãos públicos no Maranhão ou na região do Médio Mearim, ou que decorra de documento técnico específico elaborado por profissional habilitado, como, por exemplo, o Cardápio da Alimentação Escolar, elaborado por Nutricionista;

IV - quando se tratar de obra ou serviço de engenharia objeto de transferência voluntária celebrada com a União ou com o Estado do Maranhão, ou objeto de termo de cooperação ou instrumento congênere firmado com entidade privada, em que haja anteprojeto ou projeto básico pré-aprovado ou padronizado, disponibilizado pelo órgão ou entidade concedente;

V - quando for adotada modelagem preconizada nos Cadernos de Logística do Ministério da Economia, disponíveis em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica, ou em diretrizes oficiais do Governo Federal, como, por exemplo, na Instrução Normativa Seges/ME nº 05/2017, para serviços terceirizados; na Portaria SGD/ME nº 844/2022, para outsourcing de impressão; e na Portaria SGD/ME nº 5.651/2022, para contratação visando ao desenvolvimento, manutenção e à sustentação de software;

VI - quaisquer alterações contratais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos contratais e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

Art. 3º O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º O ETP será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação.

Art. 5º O ETP deverá ser elaborado considerando a necessidade da Câmara Municipal, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar, sendo sugerida a seguinte ordem de elaboração do artefato:

I – Eixo da necessidade:

a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

b) estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

c) requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade; e

d) resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

II – Eixo das soluções:

a) levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções, ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, ou produtos/serviços comumente utilizados e facilmente disponíveis no mercado, além de audiências públicas ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições;

b) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado;

c) contratações correlatas e/ou interdependentes;

d) providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; e

e) possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

III – Eixo da solução a adotar:

a) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

b) justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

c) posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação; e

d) considerações a propósito do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão.

§ 1º Quanto ao levantamento de mercado visando à obtenção de informações técnicas e comerciais relevantes à definição do objeto e elaboração do projeto básico ou termo de referência, os responsáveis pela elaboração do ETP poderá promover comunicações formais com potenciais interessados durante a fase de planejamento das contratações, as quais serão registradas no processo administrativo, não impedindo o particular colaborador de participar de eventual licitação pública, ou mesmo de celebrar o respectivo contrato, ainda que decorrente de dispensa ou inexigibilidade, tampouco lhe conferindo a autoria do ETP, Projeto Básico ou Termo de Referência.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE BERNARDO DO MEARIM - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmbernardodomearim.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: a7b54a1c29caea1e0a1c937c228ac1366d85e5d9
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

§ 2º A estimativa do valor da contratação, nesta fase, poderá ser paramétrica, não sendo, necessariamente, a pesquisa preliminar de preços que constará do Projeto Básico ou Termo de Referência.

§ 3º Os responsáveis pela elaboração dos ETP poderão elaborar artefatos simplificados, desde que reste caracterizada, ainda que de forma genérica, a necessidade do Poder Legislativo, as soluções disponíveis no mercado e a solução a adotar.

§ 4º Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidas nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, os responsáveis pela elaboração do ETP poderão aproveitar elementos estabelecidos como padrão.

§ 5º Em se tratando de ETP para a realização de licitações, sempre que, quando da elaboração dos ETP, a quantidade de fornecedores aptos a atenderem à demanda do Legislativo Municipal for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos inicialmente necessários e suficientes à escolha da solução, ou outros aspectos do ETP, limitam ou não a sua participação, e em caso positivo, se são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

Art. 6º Os responsáveis pela elaboração do ETP poderão elaborá-los por meio do Sistema ETP Digital, ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, no Portal de Compras do Governo Federal, para elaboração dos ETP.

§ 1º Caso os responsáveis pela elaboração dos ETP decidam disponibilizar os artefatos para consulta dos demais órgãos no Sistema ETP Digital, sempre que se tratar de licitação, a publicação, no Sistema ETP Digital, deve ocorrer concomitantemente à publicação do aviso de licitação no DOU e à divulgação do certame no Comprasnet, ou antes, quando da divulgação da Intenção de Registro de Preços, se for o caso.

Art. 7º O ETP é público e deve integrar o Projeto Básico ou Termo de Referência, os quais poderão trazer referências à melhor forma de acessar o seu conteúdo, inclusive pela Internet

Parágrafo único. Excepcionalmente, mediante justificativa, a Câmara Municipal poderá classificar o ETP como documento preparatório sigiloso termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 8° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bernardo do Mearim, em 31 de março de 2023

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

ATO CONVOCATÓRIO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº TP/CMBM/001/2021

Processo nº 2602001/2021
Interessado: Câmara Municipal
Assunto: Prestação de serviços em consultoria na área da contabilidade pública, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Bernardo do Mearim.

Pelo presente instrumento e com base no edital da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2021, amparado pelo Art. 64, caput, da lei 8.666/1993, convocamos a Empresa: S P LOIOLA, inscrita no CNPJ nº 18.291.331/0001-93, com sede na Av. Manoel Matias, s/n, centro, CEP: 65723-000, em Bernardo do Mearim (MA), neste ato representada pela Sra. Samara Pires Loiola, portadora do RG n° 014374902000-1 GESP/MA, e CPF nº 017.132.893-00, para comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento deste, na Câmara Municipal de Bernardo do Mearim/MA, para assinatura do Termo do Segundo Termo de Aditamento do Contrato nº TP/CMBM/001/2021.

O representante legal dessa empresa deverá comparecer em dias úteis (segunda a sexta-feira) e no horário das 08:00 (oito) horas às 12:00 (doze) horas.

Nº 035
Processo 21012025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

RESOLUÇÕES DA CÂMARA, BASEADO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES N° 14.133/2021

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS - MA

LEGISLATIVO

Processo 036
Assinatura

SUMÁRIO

Descrição **Página**

[redacted]

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001 DE 09 JANEIRO 2023

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Poção de Pedras, Estado do Maranhão.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legilativo do Municipio de Poção de Pedras.

Art. 2º. O disposto nesta Resolução abrange todos os órgãos e setores no âmbito do Poder Legisaltivo do Municipio de Poção de Pedras.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 037
Processo 21/01/2025
Assinatura

Art 3º. Na aplicação desta Resolução, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II

DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º. O Agente de Contratação, inclusive o Pregoeiro é o agente público designado pela autoridade competente, para tomar decisões, acompahar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, e possui as seguintes atribuições:

I - auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna que não são suas atribuições:

a) estudo técnico preliminar;

b) anteprojeto, termo de referencia ou projejto básico;

c) pesquisa de preços; e

d) minuta de edital e do instrumento do contrato.

II - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;

IV - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;

V - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

VI - receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

VII - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

VIII - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

IX - verificar e julgar as condições de habilitação;

X - conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

XI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

XII - receber, apreciar sua admissibilidade e decidir recursos, e se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XIII - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIV - indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XV - indicar o vencedor do certame;

XVI - no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVII - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVIII - elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 034
Processo 21/01/2025
Assinatura

XIX - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;

XX - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;

XXI - propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;

XXII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XXIII - inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições.

§1º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§2º O agente de contratação, assim como os membros da Comissão de Contratação, poderão ser servidores efetivos do quadro permanente do Poder Legislativo de Poção de Pedras, ou cedidos de outros órgãos ou entidades para atuar na Câmara Municipal.

§3º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções listadas acima.

§4º O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão com auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos ou ocupantes de cargos em comissão da Câmara Municipal ou cedidos de outros órgãos.

§5º Em licitação na modalidade Pregão, o Agente responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

Art. 5º. Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade legislativa municipal observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e

III - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º. O Poder Legislativo de Poção de Pedras poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

§1º. O plano de contratações anual do Poder Legislativo Municipal, de que trata o *caput* deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado por esta Câmara Municipal na realização de licitações e na execução dos contratos.

§2º. Na elaboração do Plano de Contratações Anual, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, a média de compras e serviços contratados no último triênio

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 039
Processo 21/01/2025
Assinatura

CAPÍTULO IV

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. O Estudo Técnico Preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução é dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Art. 8º. O Estudo Técnico Preliminar a que se refere o artigo 7º deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Câmara Municipal;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Câmara Municipal optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Câmara Municipal previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§1º. O Estudo Técnico Preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do *caput* deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§2º. Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

§3º. No âmbito do Poder Legislativo, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é opcional nos seguintes casos:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 040
Processo 21/01/2025
Assinatura

I - contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II - dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas

a serviços contínuos;

V - Nos demais casos de contratação direta (inexigibilidade e de dispensa de licitação) caberá ao Administrador Público a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar, bem como, para àquelas situações (inexigibilidade e de dispensa de licitação), a decisão acerca da dispensa de análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

CAPÍTULO V

DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 9º. O Poder Legislativo de Poção de Pedras elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

§1º. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, ou o que vier a substituí-los.

§2º. A não utilização do catálogo eletrônico de padronização de que trata o caput deverá ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo licitatório.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Poder Legislativo de Poção de Pedras deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

Parágrafo Único. Na especificação de itens de consumo, a Câmara Municipal de Poção de Pedras buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

CAPÍTULO VI

DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 12. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§1º. A partir dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 041
Processo 21/01/2025
Assinatura

outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§2º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§3º. A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.

§4º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

CAPÍTULO VII

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 13. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no *caput* sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pelo Poder Legislativo de Poção de Pedras, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO VIII

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 14. Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

CAPÍTULO IX DO LEILÃO

Art. 15. Nas licitações realizadas na modalidade Leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I – realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação.

II – designação de um Agente de Contratação para atuar como leiloeiro, o qual terá a obrigação de conduzir as negociações em sessão pública, decidindo com fundamento nas normas legais e no edital de convocação sobre os entreveros resultantes das negociações..

III – elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações sobre descrição dos bens, seus valores mínimos, local e prazo para visitação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, condição para participação, dentre outros.

IV – realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

§ 2º A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 042
Processo 2101012025
DA HABILITAÇÃO Assinatura

CAPÍTULO X

DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 16. Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho pretérito na execução de contratos com o Poder Legisaltivo deverá ser considerado na pontuação técnica.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

CAPÍTULO XI

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 17. O desempate entre propostas comerciais, obedecerá aos critérios definidos no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Todavia, para efeito do critério definido no inciso III do citado art. 60, a equidade entre homens e mulheres se dá na proporção de 1 (um) para 0,5 (meio) em favor destas, sucessivamente.

Art. 18. Quando o empate se der com base na Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, o desempate se dá mediante simples comunicação ao Agente de Contratação de que pretende ficar com a obra e/ou serviço, com a apresentação de nova proposta de valor inferior.

CAPÍTULO XII

Art. 19. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Parágrafo único. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 20. A habilitação de qualquer adjudicatária em procedimentos licitatórios no município de Poção de Pedras/MA, de acordo com o art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021, se dará nas seguintes modalidades:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

§1º. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

§2º. A comprovação de qualificação técnica será autoaplicável ao art. 67, incisos I, II, III, IV, V e VI, §§§§§§§§§§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, I e II, 11.º e 12.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 043
Processo 2401012025
Assinatura

§3°. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, bem como, atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

§4°. Na documentação de que trata o inciso I do art. 67 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

§5°. A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista se dá mediante a apresentação de:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§6°. A habilitação econômico-financeira será exigida na forma dos arts. 69, seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

CAPÍTULO XIII

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 21. Em âmbito do Poder Legislativo Municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de obras e serviços de engenharia.

Parágrafo Único. O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Art. 22. As licitações do Poder Legislativo processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de Pregão ou Concorrência.

Art. 23. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§1°. O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§2°. O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado mediante justificativa.

§3°. Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

DIÁRIO.OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 044
Processo 21/01/2025
Assinatura

§4°. Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 24. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 25. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 26. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado.

Art. 27. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO XIV

DO CREDENCIAMENTO

Art. 28. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para o Poder Legislativo a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

§1°. O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§2°. O Poder Legislativo fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§3°. A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§4°. Quando a escolha do prestador for feita pela administração, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 045
Processo 2101012025
Assinatura

§5°. O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO XV

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 29. Adotar-se-á, em âmbito municipal, o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se, como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015.

CAPÍTULO XVI

DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 30. Enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previsto no art. 87 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido, no que couber, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

§1°. O Poder Legislativo poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.

§2°. Na hipótese a que se refere o §1° deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

CAPÍTULO XVII

DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 31. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Poder Legisaltivo de Poção de Pedras e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.

§1°. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4°, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

§2°. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Câmara Municipal deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CAPÍTULO XVIII

DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 32. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, ou alternativamente no contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§1°. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 046
Processo 2701012025
Assinatura

ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

§2º. É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§3º. No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XIX

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 33. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, em até 05 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 10 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

CAPÍTULO XX

DAS SANÇÕES

Art. 34. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO XXI

DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 35. A Controladoria Interna da Câmara regulamentará, por ato próprio, o disposto no art. 169 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto à responsabilidade da alta administração para implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos dos procedimentos de contratação, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

CAPÍTULO XXII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Em âmbito do legislativo municipal, enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o art. 174. da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a divulgação dos atos será promovida da seguinte forma:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 047
Processo 10/01/2025
Assinatura

I - publicação em diário oficial das informações que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilização da versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Art. 37. O Presidente da Câmara poderá editar normas complementares ao disposto nesta Resolução e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 38. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 39. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em 09 de janeiro de 2023.

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 002 DE 09 DE JANEIRO 2023

Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

Art. 1º Fica regulamentado o art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal, nos termos desta Resolução.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:
I - bem de luxo – os qualificáveis em virtude de sua excepcionalidade, de atributos diferenciados que não são essenciais para a satisfação de necessidades e que são comercializados por valores vultosos, são bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:
a) ostentação;
b) opulência;
c) forte apelo estético; ou
d) requinte;
II - bem de qualidade comum - bem de consumo disponível no mercado que não apresenta variações significativas de qualidade superiores às necessárias para cumprir as finalidades as quais se destinam, são bens de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;
III - bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, 1 (um) dos seguintes critérios:
a) durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de 2 (dois) anos;
b) fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

PREFEITURA POÇÃO DE PEDRAS

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS - MA

LEGISLATIVO

Nº 044
Processo 210101/2023
Assinatura

SUMÁRIO

Descrição	Página
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001 DE 09 JANEIRO 2023	1
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 002 DE 09 DE JANEIRO 2023	12
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 003 DE 09 DE JANEIRO 2023	13
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2023	16
RESOLUÇÃO Nº 005 DE 09 DE JANEIRO 2023	21

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001 DE 09 JANEIRO 2023

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Poção de Pedras, Estado do Maranhão.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legilativo do Município de Poção de Pedras.

Art. 2º. O disposto nesta Resolução abrange todos os órgãos e setores no âmbito do Poder Legisaltivo do Município de Poção de Pedras.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 049
Processo 21/01/2025
Assinatura

I - publicação em diário oficial das informações que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilização da versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Art. 37. O Presidente da Câmara poderá editar normas complementares ao disposto nesta Resolução e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de artefatos necessários à contratação.

Art. 38. Nas referências à utilização de atos normativos federais como parâmetro normativo municipal, considerar-se-á a redação em vigor na data de publicação deste Decreto.

Art. 39. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em 09 de janeiro de 2023.

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 002 DE 09 DE JANEIRO 2023

Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

Art. 1º Fica regulamentado o art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal, nos termos desta Resolução.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bem de luxo – os qualificáveis em virtude de sua excepcionalidade, de atributos diferenciados que não são essenciais para a satisfação de necessidades e que são comercializados por valores vultosos, são bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

a) ostentação;

b) opulência;

c) forte apelo estético; ou

d) requinte;

II - bem de qualidade comum - bem de consumo disponível no mercado que não apresenta variações significativas de qualidade superiores às necessárias para cumprir as finalidades as quais se destinam, são bens de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

III - bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, 1 (um) dos seguintes critérios:

a) durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de 2 (dois) anos;

b) fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 050
Processo 21012025
Assinatura

c) perecibilidade: sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
d) incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
e) transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e
IV - elasticidade-renda da demanda: razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

Art. 3º O ente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I do ***caput*** do art. 2º desta Resolução:
I - relatividade econômica: variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e
II - relatividade temporal: mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:
a) evolução tecnológica;
b) tendências sociais;
c) alterações de disponibilidade no mercado; e
d) modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do ***caput*** do art. 2º desta Resolução:
I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou
II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

Art. 5º É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto nesta Resolução.

Art. 6º Os órgão requisitantes, em conjunto com a unidade técnica, identificará os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no ***caput***, os documentos de formalização de demandas retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em 09 de janeiro de 2023.

_____
PRESIDENTE

_____
VICE-PRESIDENTE

_____
1º SECRETÁRIO

_____
2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 003 DE 09 DE JANEIRO 2023

Regulamenta o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21)

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

PREFEITURA POÇÃO DE PEDRAS

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS - MA

LEGISLATIVO

Nº 051
Processo 210101/2015
Assinatura

SUMÁRIO

Descrição	Página
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001 DE 09 JANEIRO 2023	1
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 002 DE 09 DE JANEIRO 2023	12
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 003 DE 09 DE JANEIRO 2023	13
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2023	16
RESOLUÇÃO Nº 005 DE 09 DE JANEIRO 2023	21

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001 DE 09 JANEIRO 2023

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Poção de Pedras, Estado do Maranhão.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legilativo do Municipio de Poção de Pedras.

Art. 2º. O disposto nesta Resolução abrange todos os órgãos e setores no âmbito do Poder Legisaltivo do Municipio de Poção de Pedras.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

c) perecibilidade: sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
d) incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
e) transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e
IV - elasticidade-renda da demanda: razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

Art. 3º O ente público considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I do ***caput*** do art. 2º desta Resolução:
I - relatividade econômica: variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e
II - relatividade temporal: mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:
a) evolução tecnológica;
b) tendências sociais;
c) alterações de disponibilidade no mercado; e
d) modificações no processo de suprimento logístico.

Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do ***caput*** do art. 2º desta Resolução:
I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou
II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

Art. 5º É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto nesta Resolução.

Art. 6º Os órgão requisitantes, em conjunto com a unidade técnica, identificará os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no ***caput***, os documentos de formalização de demandas retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em 09 de janeiro de 2023.

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

Página 13 de 23

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 003 DE 09 DE JANEIRO 2023

Regulamenta o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA. (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21)

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

Nº 053
Processo 21/01/2025
Assinatura

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

§ 1º O disposto nesta Resolução não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia.

§ 2º Para aferição da melhor proposta econômica nas adesões às atas de registro de preços, da Câmara Municipal, bem como da contratação de item específico constante de grupo de itens em atas de registro de preços deverá ser observado o disposto nesta Resolução.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução considera-se:

I – preço estimado: valor obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, podendo desconsiderar, na sua formação, os valores inexequíveis, os inconsistentes e os excessivamente elevados, ressalvadas incongruências devidamente justificadas; e

II - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preço unitário de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada, semi-integrada, integrada ou preço global ou empreitada integral.

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II – data identificação e assinatura do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método matemático/estatísitico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório, inclusive de contratação direta, para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, consolidada em mapa comparativo, terá validade de 6 (seis) meses será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços, em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante ata de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital e, quando não for possível a localização dentro do prazo previsto, poderá ser maior, desde que devidamente justificado.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 054
Processo 21/01/2025
Assinatura

§ 1° Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II do caput deste artigo, devendo, em caso de impossibilidade, haver justificativa nos autos.

§2° Qualquer que seja o parâmetro utilizado, deve ser comprovado por juntada aos autos de documentos comprobatórios, ainda que se trate de manifestação de desinteresse de ofertar cotação ou certidão de não localização de dados.

§ 3° O agente público autor da pesquisa de preços responsabiliza-se funcionalmente pela informação produzida nesta etapa devendo atenção aos riscos de orçamentos incompatíveis aos padrões de mercado e que podem culminar com aquisições não vantajosas.

§4° Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III – registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultado e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 5° Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput deste artigo, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável.

§ 6° Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida neste artigo, a justificativa de preços se dará mediante comprovação dos preços praticados pelo contratado em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, contratos, empenhos, extratos contratuais e documentos equivalentes, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, ou por outro meio idôneo, meio de pesquisa realizada junto ao SINC-CONTRATA do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, ou por outro meio idôneo.

§ 7° Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 8° Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 9° Para a definição do valor estimado nos processos de contratação direta de obras e serviços de engenharia, fica autorizada, no que couber, a aplicação do Resolução nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

Art. 6° Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5°, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1° Para os fins do caput, considera-se:

I - média: obtida somando os valores de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados.

II - mediana: depois de ordenados os valores por ordem crescente ou decrescente, a mediana é o valor que ocupa a posição central, se a quantidade desses valores for ímpar, ou a média dos dois valores centrais, se a quantidade desses valores for par.

III - menor dos valores: quando o bem ou serviço for executado por algumas poucas empresas em ambiente de baixa competição econômica o preço estimado será aquele de menor valor dentre os obtidos.

§ 2° Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo setor de compras e aprovados pelo Secretário da pasta (gestor responsável) ou pela Controladoria Geral d a Câmara Municipal.

§ 3° Com base no tratamento de que trata o *caput*, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 4° Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4° Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, visando a certificar que o objeto orçado possui especificação compatível com o objeto a ser licitado e que seu preço é condizente

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 1055
Processo 11/01/2023
Assinatura

com o praticado no mercado, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Caso a justificativa de preços aponte para a possibilidade de competição no mercado, fica vedada a contratação por meio de inexigibilidade.

§ 2º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 3º O procedimento do §4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores, a ser realizada nos termos do § 1º, do Art. 5º desta Resolução.

Art. 8º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior.

Parágrafo único. As estimativas de preços constantes em modelos de contratação de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado.

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa

Parágrafo único. Os itens da planilha de composição de custos cujo valor não seja pré-determinado deverão ser fixados da mesma forma definida neste regulamento para o cálculo do preço estimado do bem ou serviço em geral.

Art. 10 Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em 09 de janeiro de 2023.

_____

PRESIDENTE

_____

VICE-PRESIDENTE

_____

1º SECRETÁRIO

_____

2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2023

Regulamenta as competências e regras da Equipe de Agentes Públicos da Comissão de Contratação de Processos Licitatórios, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Poção de Pedras.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 086
Processo 11/01/2023
Assinatura

PREFEITURA POÇÃO DE PEDRAS

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE POÇÃO DE PEDRAS - MA

LEGISLATIVO

SUMÁRIO

Descrição	Página
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001 DE 09 JANEIRO 2023	1
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 002 DE 09 DE JANEIRO 2023	12
RESOLUÇÃO DA MESA Nº 003 DE 09 DE JANEIRO 2023	13
RESOLUÇÃO Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2023	16
RESOLUÇÃO Nº 005 DE 09 DE JANEIRO 2023	21

RESOLUÇÃO DA MESA Nº 001 DE 09 JANEIRO 2023

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Poção de Pedras, Estado do Maranhão.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legilativo do Municipio de Poção de Pedras.

Art. 2º. O disposto nesta Resolução abrange todos os órgãos e setores no âmbito do Poder Legisaltivo do Municipio de Poção de Pedras.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 057
Processo 10/01/2025
Assinatura

com o praticado no mercado, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Caso a justificativa de preços aponte para a possibilidade de competição no mercado, fica vedada a contratação por meio de inexigibilidade.

§ 2º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 3º O procedimento do §4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores, a ser realizada nos termos do § 1º, do Art. 5º desta Resolução.

Art. 8º Os preços de itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, deverão ser utilizados como preço estimado, salvo se a pesquisa de preços realizada resultar em valor inferior.

Parágrafo único. As estimativas de preços constantes em modelos de contratação de soluções de TIC, publicados pela Secretaria de Governo Digital, poderão ser utilizadas como preço estimado.

Art. 9º Na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, ou outra que venha a substituí-la, observando, no que couber, o disposto nesta Instrução Normativa

Parágrafo único. Os itens da planilha de composição de custos cujo valor não seja pré-determinado deverão ser fixados da mesma forma definida neste regulamento para o cálculo do preço estimado do bem ou serviço em geral.

Art. 10 Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em 09 de janeiro de 2023.

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2023

Regulamenta as competências e regras da Equipe de Agentes Públicos da Comissão de Contratação de Processos Licitatórios, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Poção de Pedras.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POÇÃO DE PEDRAS, no uso de suas atribuições, considerando a entrada em vigor da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos do art. 71 do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte Resolução Legislativa de Mesa:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 058
Processo 21/01/2025
Assinatura

A INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE AGENTES PÚBLICOS

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DA COMPETÊNCIA E REGRAS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 1°. Este Resolução tem o objetivo de estabelecer as competências e as regras da Equipe de Agentes Públicos da Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em atendimento às previsões contidas na Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos na Lei de Licitações, promovendo um ambiente íntegro e confiável, assegurando o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Art. 2°. Na aplicação da Lei nº 14.133/2021 serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do DECRETO-LEI nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 3°. Para fins desta RESOLUÇÃO, consideram-se:

I - Agente Público: indivíduo, que em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

II - Autoridade: agente público dotado de poder de decisão.

CAPÍTULO I

DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 4°. Os Agentes Públicos, designados por PORTARIA, têm a seguinte denominação e atribuições:

I - Agente de Contratação;

II - Pregoeiro;

III - Comissão de Contratação;

IV - Equipe de Apoio;

V - Fiscal do Contrato.

§1°. Compete ao Agente de Contratação:

I - a condução da licitação, com poderes para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, podendo conduzir a negociação da proposta;

II - será auxiliado, sempre que necessário, por Equipe de Apoio composta de técnicos dos Setores, respondendo, individualmente, pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 059
Processo 2109012025
Assinatura

III - será assessorado, pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos;

IV – poderá ser substituído, no caso de licitação de bens ou serviços especiais, por comissão de contratação que responde, solidariamente, por todos os atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata.

V - expedir o processo licitatório à autoridade superior, depois de encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§2°. Compete ao Pregoeiro:

I - a responsabilidade pela condução da Licitação na modalidade Pregão, com poderes para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame;

II - será auxiliado, sempre que necessário, por Equipe de Apoio composta de técnicos dos Setores, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe;

III - será Assessorado, pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos

IV - será substituído, no caso de licitação de bens ou serviços especiais, por comissão de contratação que responderá solidariamente por todos os atos praticados, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata;

V - expedir o processo licitatório à autoridade superior, depois de encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§3°. Constituição e Competência da Comissão de Contratação:

I - a Comissão de Contratação resume-se no conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

II - a Comissão de Contratação, formada por 3 (três) membros, responde, solidariamente, por todos os atos praticados pela Comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão;

III - a Comissão de Contratação é responsável pela análise dos pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos administrativos que ocorrerem durante o trâmite do processo de licitação, podendo conduzir a negociação, divulgando os resultados de sua decisão a todos os licitantes, sendo auxiliada, sempre que necessário, por Equipe de Apoio composta de técnicos das Secretarias/Departamentos, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe;

IV - será assessorada, pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, sobre modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos;

V - poderá substituir o Agente de Contratação, no caso de licitação de bens ou serviços especiais, sendo a condutora exclusiva da modalidade

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 060
Processo 210101 2025
Assinatura

Diálogo Competitivo, sendo admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico;

VI - encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

§4º. Constituição e competência da Equipe de Apoio:

I - constituída por técnicos e experts integrantes dos Setores da Câmara Municipal de Poção de Pedras;

II - poderá ser chamada a orientar e assessorar os Agentes de Contratação, Pregoeiro ou a Comissão de Contratação na tomada de decisões.

§5º. Competência do Fiscal do Contrato:

I - responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição;

II - anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

IV - será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de Controle Interno da Câmara Municipal, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

V - encaminhará à Administração que tem o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

Art. 5º. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em Lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) ser impertinente ou irrelevante para o objeto específico do contrato.

d) estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

e) opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ATO de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em Lei.

Art. 6º. Se as autoridades competentes e os servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados às licitações e aos contratos de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021 precisarem

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 061
Processo 2101012025
Assinatura

defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ATO praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 da referida Lei, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial.

§1º. Não se aplica o disposto no *caput* quando as provas da prática de atos ilícitos dolosos constarem nos autos do processo administrativo ou judicial;

§2º. Aplica-se o disposto no caput inclusive na hipótese de o agente público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ATO questionado.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. São objetivos do processo licitatório:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobre-preço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;

V - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

VI - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo Federal por todos os entes federativos;

VII - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

VIII - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo Federal por todos os entes federativos;

IX - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia;

X - buscar práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação;

Por se tratar de procedimento de regulamentação, todos os atos observarão as disposições expressas no corpo da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ora recepcionada integralmente.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Poção de Pedras, em 09 de janeiro de 2023.

_____

PRESIDENTE

_____

VICE-PRESIDENTE

_____

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://pocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 4108925ef47312654dd05f132357ce9de53b9df6
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ANÁLISE DE MERCADO

Nº 063
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE – LEI Nº 14.133/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025.

OBJETO: Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

A Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, realizou o procedimento de Análise de Mercado (metodologia) a partir de consultas nos PORTAIS DE TRANPARÊNCIA, que foram obtidas em 21/01/2025.

A pesquisa servirá de base para a elaboração do Termo de Referência, respeitando-se assim, a Resolução nº 003/2023, Art. 5º, I. (Câmara Municipal de Poção de Pedras) e as orientações dos Tribunais de Contas.

Por fim, segue anexo cópia dos contratos com outros órgãos, bem como cópia da Resolução nº 003/2023, da Câmara Municipal de Poção de Pedras (MA), que regulamenta a pesquisa de preços da Administração.

Poção de Pedras/MA, 21 de janeiro de 2025.

Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS PRATICADOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS DA EMPRESA:

R CASTRO ARAUJO LTDA - ME, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 40.001.962/0001-80

ÓRGÃO PÚBLICO	MODALIDADE E ANO	VALOR MENSAL R$
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	4.500,00
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	2.930,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2022	4.100,00
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	4.100,00
CÂMARA MUNICIPAL PRESIDENTE SARNEY/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	3.500,00

Nº Processo 064 21/01/2025
Assinatura

Nº 065
Processo 21012025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

COMPROVAÇÃO DE SERVIÇOS ANTERIORES COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E VALORES DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Nº 066
Processo 21/01/2023
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI

CONTRATO Nº 10/2023

Nº 067
Processo 20/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65.480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30

CONTRATO Nº 10/2023.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA, E A EMPRESA R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PORTAL.

Pelo presente instrumento, A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30, com sede administrativa situada à Rua Padre José da Cunha D'eça, nº 182, Bairro: Centro, Arari-MA, CEP: 65.480-970, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. Benedito de Jesus Abas Filho, brasileiro, portador do RG nº 0376533020093 e inscrito no CPF sob o nº 000.092.303-08, doravante denominada abreviadamente de CONTRATANTE, e a empresa R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80, com endereço à Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por seu proprietário o senhor Reinaldo Castro Araújo, inscrito no CPF sob o nº. 918.228.153-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 15/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 05/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	OBJETO – ESPECIFICAÇÕES	Unid.	Quant.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Implantação de site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	unid	1	R$ 3.900,00	R$ 3.900,00
02	Manutenção mensal do site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	Mes	11	R$ 4.500,00	R$ 49.500,00
Valor Total: R$ 53.400,00 (cinquenta e três e mil e quatrocentos reais).					R$ 53.400,00

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:09230 30300

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
AVENIDA JOSÉ DA CUNHA D'ECA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65.080-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.283.[illegible]/0001-34

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses contados do(a) sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o(a) contratado(a).*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), tendo o valor 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) referente à implantação, perfazendo o valor total de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:09230900 — Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:09230900 Dados: 2025.03.07 15:58:45 -03'00'

Nº 069
Processo 21050120255
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'ECA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65.080-970 – FONE: (98) 3455-1036
CNPJ Nº 35.286.436/0001-30

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e XI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/02/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

R = V (I – I0) / I0, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I0 = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data do orçamento estimado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data em que tenha ocorrido o último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Fica estabelecido que, se o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

Nº 070
Processo 21012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
[illegible]
CEP: [illegible] – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº [illegible]

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. [illegible]

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. [illegible] por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. [illegible] sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, exigindo as providências necessárias para a boa-execução do ajuste.

8.10.1. A [illegible] terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
Rua [illegible] nº 84, CURVA DZEÇA, 102, Arari – Maranhão.
Fone: [illegible] – FONE: (98) 3463-1636
CNPJ Nº 35.283.[illegible]/0001-36

9.13. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (arts. 92, XIV, XVI e XVIII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 7º, II, III).

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilidade técnica e conhecimentos básicos dos serviços, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, com qualidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de fabricantes e às normas técnicas da legislação;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não eximindo a Contratada dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da obra pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, ou cobrar judicialmente, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Nº 071
Processo 24/04/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
[illegible]

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfira a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitado pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instruções previamente fornecidas.

9.16. Não empregar a mão de obra menor, assim considerado aquele com idade inferior a dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Nº 013
Processo 2101012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
[illegible]

9.18. Comprovar, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as frações de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. [illegible] as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de [illegible] equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementar, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22. Cumprir, além das [illegible] legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10. [illegible] À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que [illegible] a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e deverão ser mantidos [illegible] pelos princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedada a cessão ou compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A [illegible] deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda obrigatória, [illegible] para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, [illegible] não prescritos essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

RECEBIDO
DE ACORDO
DATA
ASSINATURA
IDENTIDADE

Nº 074
Processo 21012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
AV. 2 DE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65.240-000 FONE: (98) 3452-1856
CNPJ Nº 35.282.830/0001-28

10.7. O Contratado deverá orientar seus colaboradores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quando a operação de tratamento for realizada

10.10. Havendo dados fornecidos e gerados da execução deste contrato, notadamente aqueles que se enquadrem como dados pessoais, estes deverão ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual de acesso (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e responsável pela operação, para fins de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou violações.

10.10.1. Os dados pessoais tratados pelo Contratado deverão ser disponibilizados em formato interoperável, a fim de garantir a portabilidade dessas informações pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O Contratado deverá prestar auxílio nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando solicitado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. DA GARANTIA CONTRATUAL – DA ISENÇÃO DA PRESTAÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. DAS SANÇÕES PENAIS E ADMINISTRATIVAS – DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) [illegible] o instrumento contratual ou deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) [illegible] a execução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) [illegible] total do contrato;

d) [illegible] ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar declaração falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

BENEDITO DE JESUS ARAS FILGUEIRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI

f) praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos do contrato;

g) [illegible] ou praticar fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) [illegible] o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não [illegible] a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) [illegible] o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que [illegible] grave, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" deste subitem, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) [illegible] o contratado der causa à inexecução total do contrato, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" deste subitem, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv) [illegible]

(1) [illegible] de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de [illegible] dias;

(2) [illegible] de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não excluí, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As penalidades previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Caso o valor da multa não seja suficiente à reparação integral, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

BENEDITO DE ASSUNÇÃO FILHO:03069292353 — Assinado de forma digital por BENEDITO DE ASSUNÇÃO FILHO:03069292353 — Dados: 2025.01.07 15:05:57 -03'00'

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DE CAMILO D'ECA, 312, Araí – Maranhão.
CEP: 65.980-970 – FONE: (99) 3452-1636
CNPJ Nº 15.365.150/0001-38

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Também ficam sujeitas às penalidades administrativas da Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013, serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratado deverá, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e comprovar, caso solicitado, os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenização, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Nº 077
Processo 24/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DE CASTRO, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65.080-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 12.285.430/0001-30

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando, vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas todas as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não mais necessitar dos serviços contratados ou quando entender que o contrato não mais lhe atende vantagens.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá no próximo dia de aniversário do contrato, desde que haja a conveniência da Administração, após o envio de aviso prévio com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência dessa data.

13.4. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses do aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

13.5. O contratado poderá extinguir seus deveres contratuais, observadas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assumindo responsabilidade proporcional à parcela já executada do serviço.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 140 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de manter a execução.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A ausência de previsão legal ou contratual sobre o direito para o restabelecimento do desequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

BENEDITO DE
JESUS PEREIRA DE JESUS
FILHO
03280

Nº 078
Processo 24/03/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
AV. [illegible], 000, [illegible] – Arari – Maranhão
CEP: [illegible] – FONE: (98) 3437-1636
CNPJ Nº 12.[illegible]/0001-38

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da contratante, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: Câmara Municipal de Arari

II. Fonte de Recursos: Recursos Próprios

III. Programa de Trabalho: 01.031.0101.2001.0000

IV. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

14.2. A dotação relativa aos exercícios futuros será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e consignada no contrato mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS (art. 92, III)

15.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133, de 2021, pelas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão ser realizadas por simples apostilamento, dispensada a celebração de novo termo aditivo, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Nº 079
Processo 210105055
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
PRAÇA SÃO JOSÉ DA CÂMARA D'ÉÇA, 182, Arari – Maranhão.
CEP: 65.240-000 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.295.850/0001-30

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. – Fica eleito o Foro da Comarca de Arari, Estado do Maranhão, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Arari/MA, em 07 de março de 2023.

PEDRO JOSÉ DE JESUS ARAÚJO
CPF nº 010.[illegible]-03

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA
CNPJ sob o nº 35.295.850/0001-30
Reinaldo de Jesus Assis Filho
CPF sob o nº 000.000.000-00
CONTRATANTE

[illegible]
CNPJ sob o nº 40.001.067/0001-08
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº 918.[illegible]-04
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Nº 080
Processo 21/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 10/2023, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2022, PROCESSO ADM. Nº 15/2023, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ESTRUTURA DE DADOS PARA O DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI–MA, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA E A EMPRESA R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30, com sede administrativa situada à Rua Padre José da Cunha D'eça, nº 182, Bairro: Centro, Arari-MA., CEP: 65.480-970, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. **Benedito de Jesus Abas Filho**, brasileiro, portador do RG nº 0376533020093 e inscrito no CPF sob o nº 080.892.303-00, doravante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**; e a Empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80, com endereço à Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu proprietário o senhor Reinaldo Castro Araújo, inscrito no CPF sob o nº. 918.228.153-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 15/2023, com fulcro no artigo Art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Cláusula Segunda do Contrato nº 10/2023 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, resolvem alterar a CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO Nº 10/2023, passando, a partir desta data, a prevalecer o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

1.1. O presente Contrato terá sua vigência aditada, vigorando a partir de 07 (sete) de fevereiro de 2024 com previsão por mais 11 (onze) meses, ou seja, de 07 (sete) de fevereiro até 31 (trinta e um) de dezembro de 2024, *Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Em vista do aditamento da vigência do referido contrato, objeto do presente instrumento, fica mantido o valor mensal do contrato inicial que é de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:54:46 -03'00'

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:16 -03'00'

Nº 081
Processo 21012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO.....01-Poder Legislativo;
Projeto Atividade..... 01.031.0101.2001.0000 – Manut. das Ativ. Legislativas.
Natureza da Despesa.....3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e Condições do instrumento particular ora alterado.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo em sítio eletrônico oficial, nos termos da norma de regência, correndo as respectivas despesas a expensas da **CONTRATANTE.**

E, por estarem assim acordadas, assinam o presente TERMO ADITIVO em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas.

Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:37 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA
CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30
Benedito de Jesus Abas Filho
CPF sob o nº 080.892.303-00
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:55:10 -03'00'

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº. 918.228.153-04
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ CPF _____

_____ CPF_____

Nº 082
Processo 31/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

[redacted]

A Câmara Municipal de Arari/MA, representada neste ato pelo Presidente o Sr. **Benedito de Jesus Abas Filho**, autoriza a empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 40.001.962/0001-80, doravante denominada **CONTRATADA**, a iniciar a prestação de Serviços de Locação de Site institucional, objeto do Aditamento do Contrato nº 10/2023, oriundo da Dispensa de Licitação nº 05/2023.

Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300

Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:59 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA
CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30
Benedito de Jesus Abas Filho
CPF sob o nº 080.892.303-00
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO EIRELI

Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:56:28 -03'00'

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº. 918.228.153-04
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ CPF _____

_____ CPF _____

Nº 083
Processo 21/01/2025
Assinatura

Contrato nº 10/2023

Última atualização 20/03/2023

Local: Arari/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO **Unidade executora:** 929807 - CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 15/2023 **Categoria do Processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 20/03/2023 **Data de assinatura:** 07/03/2023 **Vigência:** de 07/03/2023 a 31/12/2023

Id contrato PNCP: 06354468000160-2-000020/2023 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** 06354468000160-1-000018/2023

Objeto:

Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.

VALOR CONTRATADO

R$ 53.400,00

FORNECEDOR:

Nome/Razão social: R CASTRO ARAUJO LTDA **CNPJ/CPF:** 40.001.962/0001-80 **Tipo:** Pessoa jurídica

Termos | Arquivos | Histórico

Número	Tipo	Data Assinatura	Detalhar
01/2024	Termo Aditivo	29/01/2024	

Exibir: 1-1 de 1 itens Página

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Nº 084
Processo 2101012025

Assinatura

Nº 085
Processo 31/01/2025
Assinatura

Termo Aditivo nº 01/2024

Última atualização 02/02/2024

Data assinatura: 29/01/2024 **Vigência:** de 07/02/2024 a 31/12/2024

Objeto: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 10/2023, que objetiva a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.

Prazo aditado (dias): 366 **Fundamento legal:** Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021.

Documento(s):

Nome	Data	Tipo	Baix
PRIMEIROTERMOADITIVODAVIGNCIADOCONTRATON1013todoassinado.pdf	02/02/2024	Termo Aditivo	

Retornar

Termos Arquivos Histórico

Número	Tipo	Data Assinatura	Detalhar
01/2024	Termo Aditivo	29/01/2024	

Exibir: 1-1 de 1 itens Página

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Nº 086
Processo 2101012025
Assinatura

Termo Aditivo nº 01/2024

Última atualização 02/02/2024

Data assinatura: 29/01/2024 **Vigência:** de 07/02/2024 a 31/12/2024

Objeto: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 10/2023, que objetiva a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.

Prazo aditado (dias): 366 **Fundamento legal:** Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021.

Documento(s):

Nome	Data	Tipo	Baix
PRIMEIROTERMOADITIVODAVIGNCIADOCONTRATON1013todoassinado.pdf	02/02/2024	Termo Aditivo	

Nº 087
Processo 21/01/2025
Assinatura

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI - MA
02/2023
LEGISLATIVO

SUMÁRIO

Descrição Página

EXTRATO DE CONTRATO.

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 03/2024. PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 01/2023. PROCESSO ADM. Nº 25/2023. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2023. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada no fornecimento parcelado de material de consumo, tipo: expediente, limpeza/higiene e gêneros alimentícios para atender as demandas da Câmara Municipal de Arari/MA. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: G G MARTINS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 45.530.507/0001-95. VALOR TOTAL: R$ 160.154,77 (cento e sessenta mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e Gutemberg Galvão Martins, inscrita no CPF nº 494.029.943-00, pela contratada.

EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 04/2024. PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 02/2023. PROCESSO ADM. Nº 26/2023. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de Serviços de confecção e impressão de Material Gráfico, destinados a atender as demandas da Câmara Municipal de Arari/MA. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: T.C AUTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 37.593.545/0001-69. VALOR TOTAL: R$ 150.350 (cento e cinquenta mil, trezentos e cinquenta reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e CAROLINE MOTA MARINHO, inscrita no CPF nº 051.592.563-26, pela contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023. PROCESSO ADM. Nº 06/2023. OBJETO: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 04/2023, que objetiva a Contratação de Serviços Técnicos Contínuos de Assessoria e Consultoria na área de Licitações e Contratos Administrativos, para atender as demandas de interesse da Câmara Municipal de Arari/MA, para o exercício de 2024. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: L. DOS R. SANCHES - PONTUAL ASSESSORIA E CONSULTORIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 38.092.471/0001-40. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e Larissa dos Reis Sanches Martins, CPF nº 609.141.563-81, pela contratada.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2023. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023. PROCESSO ADM. Nº 15/2023. OBJETO: Prorrogação da Vigência do Contrato nº 10/2023, que objetiva a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Arari/MA, inscrita no CNPJ nº 35.205.830/0001-30. CONTRATADA: R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.1333/2021. DATA DA ASSINATURA: Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024. SIGNATÁRIOS: Benedito de Jesus Abas Filho, CPF nº 080.892.303-00 – Presidente da Câmara Municipal de Arari-MA, pela contratante, e Reinaldo Castro Araújo, CPF nº 918.228.153-04, pela contratada.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://transparencia.cmarari.ma.gov.br/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 88652cac25932af67074e45cd98591784041e7a7
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 08
Processo 2101012025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE ARARI - MA

DIÁRIO OFICIAL
GABINETE DO PRESIDENTE

RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, CENTRO
ARARI, CEP: 65480-970
Email: diario@cmarari.ma.gov.br
Telefone: (98)36550-080

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO
PRESIDENTE DA CAMARA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://transparencia.cmarari.ma.gov.br/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 88652cac25932af67074e45cd98591784041e7a7
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 049
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES

CONTRATO Nº 013101/2024

CONTRATO Nº 013101/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211201/2023

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES, situada na Rua 08 de Maio, s/n, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.833/0001-76, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, o Sr. José Silva Valdivino, portador da Cédula de Identidade nº 0300322920056-SSP/MA e do CPF nº 038.359.933-48, a seguir denominada contratante, e a empresa R Castro Araujo LTDA, situada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.001.962/0001-80, representada neste ato pelo(a) Sr(a). Reinaldo Castro Araújo, portador(a) do RG nº 1234527992–GEJUSPC/MA e do CPF nº 918.228.153-04 a seguir denominado(a) contratado(a), acordam e justam firmar o presente Termo, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo de Contrato tem como objeto a prestação de serviços de hospedagem e alimentação do web site e Diário Oficial na forma da LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 e sistema de gerenciamento de arquivos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues - MA.

1.2. Integram e completam o presente TERMO DE CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024, e na Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E ACEITAÇÃO

2.1. Os serviços, serão prestados na sede da CONTRATANTE, na sede do CONTRATADO e se for necessitado em outro local indicado pela CONTRATANTE.

2.2. O início da execução do objeto, deverá ser de forma IMEDIATA, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, após o recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, no endereço indicado na respectiva ordem de serviços.

2.3. Os serviços que não tiverem em conformidade com o termo de referência deverão ser corrigidos, devendo a Contratada substituí-los, arcando com todos os custos decorrentes. A correção dos serviços não exime a Contratada da aplicação de penalidades por atraso na execução.

2.4. A contratante designará uma comissão ou um servidor para efetuar o recebimento dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência, obedecidas as disposições constantes na alínea b, do inciso I, do Art. 140 da Lei 14.133/2021.

2.5. Os prazos para execução do objeto poderão ser prorrogados, a critério da CONTRATANTE, desde que a Contratada formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado o art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. O recebimento dos produtos será nos moldes do inciso I, do Art. 140 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto do presente instrumento de contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, o valor global de **R$ 32.230,00 (trinta e dois mil, duzentos e trinta reais)**.

Item	Descrição	Quant	Unid	V. Unit.	V. Total
01	Contratação de serviços de hospedagem e alimentação do web site e Diário Oficial na forma da LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 e sistema de gerenciamento de arquivos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues - MA: **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO WEBSITE APÓS ATUALIZAÇÃO:** O Website deverá ficar de acordo com as características e tecnologias (mínimas) abaixo relacionadas: O portal deverá ser compatível com as tecnologias: PHP, Javascript, HTML, CS3, bem como com os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari, Opera e Internet Explorer; Gestão Search Engine Optimization (SEO): O Portal deverá conter funcionalidades para que os sites de busca o encontrem com facilidade, de acordo com as palavras pesquisadas pelo internauta (Atenção especial para o Google); URL´s amigáveis: será possível alterar a terminação da página em qualquer conteúdo do site; Ser customizável para alterações e criação de novos Menus e Submenus, Banners, Páginas para ocasiões especiais, fotos, links, vídeos, dentre outros, integrando um gerenciador de conteúdos que permite atualizar os principais conteúdos, como textos, imagens, fotos e vídeos, não tendo custo para manutenções de rotina; Ter um alto padrão de qualidade sendo fácil e intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo agradável e visualmente atraente; Ser um site planejado e estruturado, pensando sempre na usabilidade, navegabilidade e acessibilidade dos usuários através dos padrões Web Standards / W3C; Facilitar a gestão do conteúdo divulgado; Ser de acesso fácil, simples e rápido;	11	Mês	R$ 1.600,00	R$ 17.600,00

	Link de acesso ao site do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA; A página inicial deverá está atualizada de forma objetiva, curta e direta; Possibilitar que, em qualquer ponto do website, seja possível retornar a página principal e para o topo da página em apenas um click. **CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS MENUS E PUBLICAÇÕES:** **TOP Menu:** Localizado na parte superior do site, de forma fixa; **Na opção ouvidoria:** Deve conter informações sobre o que é, objetivo, o que a ouvidoria proporciona e como funciona: **Main Menu:** Principal menu do site, a disposição de conteúdo deverá ser de pelo menos de sete níveis, contendo em no mínimo as opções: página inicial, informações sobre a cidade, notícias, transparência, legislação, publicações e diário da Câmara (o conteúdo desses links deverá ser gerado em conjunto com a Câmara Municipal); **No menu da Institucional:** Deve expor informações sobre a Câmara Municipal, como Estrutura Administrativa, Organograma, Documentos, dentre outras informações; **No menu publicações:** Deve apresentar resoluções, leis, atas, avisos e outros; **No menu legislação:** Deve conter Leis, Decretos, Normas, Resoluções e Outros; **No menu informações sobre a cidade:** Deverá conter informações importantes sobre a cidade dentre outras; **No menu notícias:** Deve conter informações sobre o legislativo municipal dentre outras; **No menu transparência:** Deve conter todas as informações conforme legislação vigente; **Diário da Câmara:** Deve conter todas as informações conforme legislação vigente; **Banners:** Deve permitir a disposição de um conjunto de banners informativos; **Pesquisa:** Uma plataforma de pesquisa bem elaborada que consiga procurar dentro de todo o site, exibindo os resultados em raízes, desde palavras chaves, títulos e palavras dentro do texto. A pesquisa deve ser dividida em simples e avançada, com ferramenta de filtro de datas e categorias do conteúdo e notícias; **Vídeos:** espaço para adicionar vídeos pequenos, tanto código embed do youtube quanto enviado diretamente do navegador (mp4, wmv, mpg); A contratante poderá a seu critério solicitar outras alterações/atualizações na página do site ficando a contratada a inteira disposição para realizar os serviços solicitados. **HOSPEDAGEM DO WEBSITE:**				

CPL - CM PROC. 211201 /2023 FLS. 278 RUB.

Nº 093
Processo 21012025
Assinatura

	A hospedagem do site é de inteira responsabilidade da contratada, ficando a mesma na responsabilidade de manter o site no ar 24 horas por dia; Caso o site fique fora do ar, o contratado após verificação da ocorrência ou acionada via solicitação por parte da contratante, deverá solucionar o problema no prazo máximo de 24 horas; Ao término do contrato a contratada deverá fornecer todos os dados a contratante; As despesas com hospedagem do site ficam sobe inteira responsabilidade da contratada.				
02	**ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:** O sistema deverá compreender, layout fácil e intuitivo, sistema para gerenciamento de documentos, gerar e processar arquivos JavaScript Object Notation (JSON) e codificação binária do tipo 8-bit Unicode Transformation Format (UTF-8), no mínimo 2 logins de acesso, gerenciamento e upload de arquivos conforme IN nº 73/2022/TCE/MA e posteriores alterações, suporte por e-mail ou telefone de segunda a sexta feira em horário comercial, realização de treinamento sobre a operacionalização do sistema sempre que for solicitado pela contratante, ou sempre que houver atualização do sistema durante a vigência do contrato, atualização do sistema sempre que houver necessidade por parte da administração ou sempre que houver mudança na legislação, hospedagem do sistema e integração com o portal da transparência do órgão.	11	Mês	R$ 1.330,00	R$ 14.630,00
	Valor Total:	R$ 32.230,00 (trinta e dois mil duzentos e trinta reais)			

4.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

4.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação quanto a regularidade fiscal e trabalhista.

4.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada que não esteja em situação regular, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.14. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, mediante a apresentação das certidões enumeradas nesta cláusula.

4.14.1. Banco: Bradesco
4.14.2. Agência: 1117-7
4.14.3. Conta-corrente: 27.368-6

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes da contratação pela Câmara Municipal serão cobertas pela Lei Orçamentária da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues - MA consignados na seguinte rubrica:

ÓRGÃO:	01 – Câmara Municipal
UNIDADE ORÇAMENTARIA:	0101 – Câmara Municipal
FUNÇÃO:	01 – Legislativa
SUBFUNÇÃO:	031 – Ação Legislativa
PROGRAMA:	0201 – Manter as Atividades do Poder legislativo
PROJETO ATIVIDADE:	2.001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:	33.90.39.00 - Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO:	1500000000 – Recursos não vinculados de impostos
DOTAÇÃO DISPONÍVEL:	70.000,00
DOTAÇÃO REFORÇADA	SIM ( ) NÃO (X)

5.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da execução do objeto correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2024, a partir da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá ao **CONTRATANTE**:

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s).

8.1.2. Vetar os serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado para o fiel cumprimento do objeto.

8.1.3. A Contratante deverá ter reservado o direito de não mais utilizar dos serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.1.4. Intervir ou interromper a execução do objeto nos casos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as disposições do Contrato.

CPL - CM
PROC 211201 /2023
FLS 281
RUB

Nº 096
Processo 21012025
Assinatura

8.1.6. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.7. Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1.8. Preencher e enviar a Ordem de Serviços de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

8.1.9. Receber os serviços executados pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

8.1.10. Solicitar a correção imediata dos serviços que julgar em desacordo com o termo de referência.

8.1.11. Recusar com a devida justificativa qualquer sérvio executado fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

8.1.12. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.13. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto.

8.1.14. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatadas na execução do objeto.

8.2. Caberá à **CONTRATADA**:

8.2.1. Executar o objeto do contrato, em conformidade com o termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução do objeto.

8.2.3. Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

8.2.4. Executar o objeto conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

8.2.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados execução do objeto.

CPL - CM
PROC. 211201 /2023
FLS. 282
RUB.

Nº 097
Processo 21012025
Assinatura

8.2.6. Executar o objeto, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de Serviço, dentro do prazo de execução estabelecido.

8.2.7. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação a execução do objeto que for objeto do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

8.2.8. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

8.2.9. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

8.2.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

8.2.10.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

8.2.11. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução do objeto, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os serviços que julgar inadequados.

8.2.12. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo.

8.2.13. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

8.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

8.2.15. Arcar com todas as despesas relacionadas à execução do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de correção dos serviços, se houver.

8.2.16. A contratada estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato.

8.2.17. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência e no(s) respectivo(s) contrato(s).

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o processos;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do termo de referência sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante os tramites processuais ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a instrução do processo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do termo de referência e contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato celebrado com a contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 9.1

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar com administração pública pelas infrações previstas nos itens 9.1.2 ao 9.1.7 do Termo de Referência.

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.8 ao 9.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas itens 9.1.2 ao 9.1.7 do Termo de Referência, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.2.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, e 9.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora no importe de 0,5% (zero virgula cinco porcento) sobre o valor do contrato.

9.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Termo de Referência.

9.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

9.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Municipal e cobrados judicialmente.

9.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da proponente deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. O representante do órgão anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, regulamentada pela Resolução nº. 01/2023, de 13 de Fevereiro de 2023, e pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

COL - CM
PROC. 211201 /20 23
FLS. 286
RUB.

Nº 101
Processo 2101012023
Assinatura

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lago da Pedra - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Lago dos Rodrigues - Maranhão, 31 de Janeiro de 2024.

José Silva Valdivino
Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues – MA.
José Silva Valdivino
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

R Castro Araujo LTDA
CNPJ nº 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF nº 918.228.153-04
Contratada

TESTEMUNHAS:

Gabriel de Oliveira Alves CPF nº 610 979 213 60

Raimundo Fernando Pereira da Silva CPF nº 038.359.923-76

CPL - CM
PROC. 211201 /2023
FLS. 287
RUB.

Nº 102
Processo 2101/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHAO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES
CNPJ: 01.612.833/0001-76
Rua 08 de Maio, S/N, Centro - Lago Dos Rodrigues - MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013101/2024. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024. PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 08 de Maio, s/n, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.833/0001-76, e a empresa R Castro Araujo LTDA, situada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.001.962/0001-80. **OBJETO:** Prestação de serviços de hospedagem e alimentação do web site e Diário Oficial na forma da LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 e sistema de gerenciamento de arquivos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues - MA, conforme especificações contidas no Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2024, **BASE LEGAL:** art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Resolução nº. 001/2023, **VALOR GLOBAL:** R$ 32.230,00 (trinta e dois mil, duzentos e trinta reais), **VIGÊNCIA:** até 31 de Dezembro de 2024, a partir da data da assinatura do contrato. ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal; UNIDADE ORÇAMENTARIA: 0101 – Câmara Municipal; FUNÇÃO: 01 – Legislativa; SUBFUNÇÃO: 031 – Ação Legislativa; PROGRAMA: 0201 – Manter as Atividades do Poder legislativo; PROJETO ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal; CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 33.90.39.00 - Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; FONTE DE RECURSO: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos. **SIGNATÁRIO:** Sr. Reinaldo Castro Araújo, portador do RG nº 1234527992–GEJUSPC/MA e do CPF nº 918.228.153-04, pela CONTRATADA e o Sr. José Silva Valdivino, portador do RG nº 0300322920056-SSP/MA e do CPF nº 038.359.933-48, pela CONTRATANTE. **FORO:** Comarca de Lago da Pedra - MA. Data da assinatura 31 de Janeiro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Nº 103
Processo 21/01/2023
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO

FREIRE

CONTRATO Nº 011411/2023

Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE-MA
Rua Gonçalves Dias s/n, Centro, CEP 65.320-00
CNPJ nº 23.697.790/0001-01

Nº 104
Processo 31/01/2025
Assinatura

CONTRATO Nº 011411/2022.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041001/2022.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE, localizada na Rua Gonçalves Dias, s/n, Centro, Vitorino Freire – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.697.790/0001-01, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Gilvan de Brito Sampaio, portador da Cédula de Identidade nº 013472482000-7 SSP/MA e do CPF nº 935.835.673-15, a seguir denominada contratante, e a empresa R. Castro Araujo EIRELI, situada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.001.962/0001-80, representada neste ato pelo Sr. Reinaldo Castro Araújo, portador(a) da Cédula de Identidade nº 1234527992–GEJUSPC/MA e do CPF nº 918.228.153-04 a seguir denominado(a) contratado(a), acordam e justam firmar o presente Termo, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Resolução nº. 001/2022, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo de Contrato tem como objeto a contratação de serviços de confecção, atualização, treinamento e hospedagem de sistema para gerenciamento de arquivos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vitorino Freire - MA.

1:2. Integram e completam o presente TERMO DE CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2022, e na Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E ACEITAÇÃO

2.1. Os serviços, serão prestados na sede da CONTRATANTE, na sede do CONTRATADO e se for necessitado em outro local indicado pela CONTRATANTE.

2.2. O início da execução do objeto, deverá ser de forma IMEDIATA, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, após o recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, no endereço indicado na respectiva ordem de serviços.

2.3. Os serviços que não tiverem em conformidade com o termo de referência deverão ser corrigidos, devendo a Contratada substituí-los, arcando com todos os custos decorrentes. A correção dos serviços não exime a Contratada da aplicação de penalidades por atraso na execução.

2.4. A contratante designará uma comissão ou um servidor para efetuar o recebimento dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência, obedecidas as disposições constantes na alínea b, do inciso I, do Art. 140 da Lei 14.133/2021.

2.5. Os prazos para execução do objeto poderão ser prorrogados, a critério da CONTRATANTE, desde que a Contratada formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado o art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. O recebimento dos produtos será nos moldes do inciso I, do Art. 140 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto do presente instrumento de contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, o valor global de **R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**.

Contratação dos serviços de confecção, atualização, treinamento e hospedagem de sistema para gerenciamento de arquivos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vitorino Freire – MA, que deverá compreender, layout fácil e intuitivo, sistema para gerenciamento de documentos, gerar e processar arquivos JavaScript Object Notation (JSON) e codificação binária do tipo 8-bit Unicode Transformation Format (UTF-8), no mínimo 2 logins de acesso, gerenciamento e upload de arquivos conforme IN nº 73/2022/TCE/MA e posteriores alterações, suporte por e-mail ou telefone de segunda a sexta feira em horário comercial, realização de treinamento sobre a operacionalização do sistema sempre que for solicitado pela contratante, ou sempre que houver atualização do sistema durante a vigência do contrato, atualização do sistema sempre que houver necessidade por parte da administração ou sempre que houver mudança na legislação, hospedagem do sistema e integração com o portal da transparência do órgão.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. Total
1	Produção, atualização e integração do sistema com o portal da transparência do órgão.	Serviço	1	2.700,00	2.700,00
2	Hospedagem, treinamento e suporte de segunda a sexta feira.	Mês	2	1.400,00	2.800,00
Valor Total: R$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais)					

4.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente,

decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

4.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação quanto a regularidade fiscal e trabalhista.

4.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada que não esteja em situação regular, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual de taxa anual = 6%

4.14. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, mediante a apresentação das certidões enumeradas nesta cláusula.

3.13.1. Banco: Bradesco.
3.13.2. Agência: 1117-7.
3.13.3. Conta-corrente: 27.368-6.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes da contratação pela Câmara Municipal serão cobertas pela Lei Orçamentária da Câmara Municipal de Vitorino Freire - MA consignados na seguinte rubrica:

Poder: 01 – Poder Legislativo
Órgão: 01 – Câmara Municipal
Unidade: 0101 – Câmara Municipal
Sub-Unidade: 01 – Câmara Municipal
Função: 01 – Legislativa
Sub-Função: 031 – Administração Geral
Programa/Proj: 2.001 – Manut. E Func. das Ativ. Da Câmara Municipal de Vitorino Freire.
Elemento: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

5.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da execução do objeto correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1 - Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de Dezembro de 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá ao **CONTRATANTE**:

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s).

8.1.2. Vetar os serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado para o fiel cumprimento do objeto.

8.1.3. A Contratante deverá ter reservado o direito de não mais utilizar dos serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.1.4. Intervir ou interromper a execução do objeto nos casos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as disposições do Contrato.

8.1.6. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.7. Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1.8. Preencher e enviar a Ordem de Serviços de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

8.1.9. Receber os serviços executados pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

8.1.10. Solicitar a correção imediata dos serviços que julgar em desacordo com o termo de referência.

8.1.11. Recusar com a devida justificativa qualquer sérvio executado fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

8.1.12. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.13. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto.

8.1.14. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatadas na execução do objeto.

8.2. Caberá à **CONTRATADA**:

8.2.1. Executar o objeto do contrato, em conformidade com o termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução do objeto.

8.2.3. Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

8.2.4. Executar o objeto conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

8.2.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados execução do objeto.

Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE-MA
Rua Gonçalves Dias s/n, Centro, CEP 65.320-00
CNPJ nº 23.697.790/0001-01

Nº 109
Processo 27101012025
Assinatura

8.2.6. Executar o objeto, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de Serviço, dentro do prazo de execução estabelecido.

8.2.7. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação a execução do objeto que for objeto do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

8.2.8. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

8.2.9. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

8.2.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

8.2.10.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

8.2.11. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução do objeto, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os serviços que julgar inadequados.

8.2.12. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo.

8.2.13. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

8.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

8.2.15. Arcar com todas as despesas relacionadas à execução do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de correção dos serviços, se houver.

8.2.16. A contratada estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato.

8.2.17. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência e no(s) respectivo(s) contrato(s).

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE-MA
Rua Gonçalves Dias s/n, Centro, CEP 65.320-00
CNPJ nº 23.697.790/0001-01

Nº 110
Processo 210101 3025
Assinatura

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o processos;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do termo de referência sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante os tramites processuais ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a instrução do processo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do termo de referência e contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato celebrado com a contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 9.1

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar com administração pública pelas infrações previstas nos itens 9.1.2 ao 9.1.7 do Termo de Referência.

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.8 ao 9.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas itens 9.1.2 ao 9.1.7 do Termo de Referência, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.2.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Ok

CPL - CM
PROC. 041001 /2022
FLS. 244
RUB.

Nº 111
Processo 210100202025
Assinatura

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, e 9.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora no importe de 0,5% (zero virgula cinco porcento) sobre o valor do contrato.

9.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Termo de Referência.

9.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

9.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Municipal e cobrados judicialmente.

9.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da

CPL - CM
PROC 041001 /2022
FLS 245
RUB

Nº 117
Processo 2301012025
Assinatura

responsabilidade da proponente deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. O representante do órgão anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, regulamentada pela Resolução nº. 001/2022, de 15 de fevereiro de 2022, e pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

CPL - CM
PROC. 041001 /2022
FLS. 246
RUB.

Nº 113
Processo 21012025
Assinatura

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vitorino Freire - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Vitorino Freire - Maranhão, 14 de Novembro de 2022.

Câmara Municipal de Vitorino Freire
CNPJ: 23.697.790/0001-01
Gilvan de Brito Sampaio
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

R. Castro Araujo EIRELI.
CNPJ nº 40.001.962/0001-80.
Reinaldo Castro Araújo.
CPF nº 918.228.153-04.
Contratada

TESTEMUNHAS:

Ezeilde Almeida Araujo CPF nº 603.931.783-31

Lais Mendes da Silva Lima CPF nº 076.702.003-08

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Nº 114
Processo 21/01/2023
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FERRER

CONTRATO Nº 12/2023

Nº 115
Processo 21052025
Assinatura

CONTRATO Nº 12/2023.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA, E A EMPRESA R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL E PORTAL.

Pelo presente instrumento, **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA**, pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ sob o nº 10.266.351/0001-00**, com sede administrativa situada à Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. Francisco Marques Figueiredo Neto, brasileiro, portador do RG nº 105453999-2, inscrito no CPF sob o nº 450.239.303-78, doravante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**; e a Empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 40.001.962/0001-80, situada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu titular o(a) senhor(a) Reinaldo Castro Araújo, inscrito no CPF sob o nº 918.228.153-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 17/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da Dispensa de Licitação nº 07/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo, para atender as demandas da Câmara Municipal de São Vicente de Férrer–MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	UND	QUANT	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	Implantação de site institucional e Portal da Transparência e, estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	unid	1	R$ 3.700,00	R$ 3.700,00
02	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e, estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	Mês	11	R$ 4.100,00	R$ 45.100,00
	VALOR TOTAL				R$ 48.800,00

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Dados: 2023.03.27 15:02:15 -03'00'

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses contados do(a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.***

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. ***O valor mensal da contratação é de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais). Tendo o Valor de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) referente à implantação, perfazendo o valor total de R$ 48.800,00 (quarenta e oito mil e oitocentos reais).***

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

Nº 117
Processo 21012025
Assinatura

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/02/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

R = V (I – Iº) / Iº, onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data do orçamento estimado;
I = índice relativo ao mês do reajustamento;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45072913 0378

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *60 (sessenta) dais*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *60 (sessenta) dais*.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO: 60229 30376

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta

Nº 120
Processo 21012025
Assinatura

relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:48023930378

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. ***As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.***

10.2. ***Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.***

10.3. ***É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.***

10.4. ***A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.***

10.5. ***Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.***

10.6. ***É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.***

10.7. ***O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.***

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Dados: 2025.03.07 15:03:56 -03'00'

Nº 122
Processo 21012025
Assinatura

10.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Dados: 2025.01.07 15:04:09 -03'00'

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

FRANCISCO MARQUES FIGUEREDO METO: 45623930

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. ***O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.***

13.2. ***O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.***

13.3. ***A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.***

13.4. ***Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.***

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Dados: 2025.01.07 13:04:55 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da contratante, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade: Câmara Municipal de São Vicente de Férrer/MA.

II.Fonte de Recursos: Recursos Próprios

III.Programa de Trabalho: 01.031.0001.2001.0000

IV.Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

14.2. ***A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.***

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO METO:45023930378

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente de Férrer/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Vicente de Férrer/MA, em 07 de março de 2023.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Dados: 2023.03.07 15:05:27 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ sob o nº 10.266.351/0001-00
Francisco Marques Figueiredo Neto
CPF sob o nº 450.239.303-78
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ nº 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº 918.228.153-04
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Nº 128
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

[redacted]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 10.266.351/0001-00, com sede administrativa situada à Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. Francisco Marques Figueiredo Neto, autoriza a empresa R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 40.001.962/0001-80, doravante denominada CONTRATADA, a iniciar a prestação de Serviços de locação de Site Institucional e Portal da Transparência, objeto da Dispensa de Licitação nº 07/2023 e CONTRATO Nº 12/2023.

São Vicente de Férrer/MA, em 07 de março de 2023.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Dados: 2023.03.07 15:05:43 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ sob o nº 10.266.351/0001-00
Francisco Marques Figueiredo Neto
CPF sob o nº 450.239.303-78
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ nº 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº 918.228.153-04
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Nº 129
Processo 210101bars
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE

SARNEY

CONTRATO Nº 030702/2023

CM
PROC. 040103/2023
FOLHA 261
RUBRICA

Nº 130
Processo 31/01/2025
Assinatura

CONTRATO Nº 030702/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040103/2023

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY, situada na Av. Padre Luis Risso, s/n, Centro, Presidente Sarney – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.051.645/0001-89, representada neste ato pelo Presidente da Câmara, Sr. Valmir dos Santos Soares, portador do RG nº 044551492012-0-SSP/MA e do CPF nº 377.180.293-87, a seguir denominada contratante, e a empresa R Castro Araujo EIRELI, situada na Av. Gonçalo Barbosa de Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.001.962/0001-80, representada neste ato pelo Sr. Reinaldo Castro Araujo, portador do RG nº 1234527992/GEJUSPC-MA e do CPF nº 918.228.153-04, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e justam firmar o presente Termo, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Resolução nº. 001/2022, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - O presente Termo de Contrato tem como objeto a prestação de serviço de hospedagem e alimentação do web site, Diário Oficial e sistema de gerenciamento de arquivos na forma da LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Presidente Sarney - MA.

1.2 – Integram e completam o presente TERMO DE CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2023, e na Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA E ACEITAÇÃO

2.1. Os serviços, serão prestados na sede da CONTRATANTE, na sede do CONTRATADO e se for necessitado em outro local indicado pela CONTRATANTE.

2.2. O início da execução do objeto, deverá ser de forma IMEDIATA, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, após o recebimento da Ordem de Execução dos Serviços, no endereço indicado na respectiva ordem de serviços.

2.3. Os serviços que não tiverem em conformidade com o termo de referência deverão ser corrigidos, devendo a Contratada substituí-los, arcando com todos os custos decorrentes. A correção dos serviços não exime a Contratada da aplicação de penalidades por atraso na execução.

2.4. A contratante designará uma comissão ou um servidor para efetuar o recebimento dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência, obedecidas as disposições constantes na alínea b, do inciso I, do Art. 140 da Lei 14.133/2021.

CM
PROC. 04 0103 / 2023
FOLHA 263
RUBRICA
Nº 137
Processo 31 01 01 2023
Assinatura

2.5. Os prazos para execução do objeto poderão ser prorrogados, a critério da CONTRATANTE, desde que a Contratada formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado o art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. O recebimento dos serviços será nos moldes do inciso I, do Art. 140 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Pela aquisição do objeto do presente instrumento de contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA, o valor global de **R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QTD.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Serviços de hospedagem e alimentação do web site, Diário Oficial e sistema de gerenciamento de arquivos na forma da LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Presidente Sarney – MA: • **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO WEBSITE APÓS ATUALIZAÇÃO:** O Website deverá ficar de acordo com as características e tecnologias (mínimas) abaixo relacionadas: O portal deverá ser compatível com as tecnologias: PHP, Javascript, HTML, CS3, bem como com os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari, Opera e Internet Explorer; Gestão Search Engine Optimization (SEO): O Portal deverá conter funcionalidades para que os sites de busca o encontrem com facilidade, de acordo com as palavras pesquisadas pelo internauta (Atenção especial para o Google); URL's amigáveis: será possível alterar a terminação da página em qualquer conteúdo do site; Ser customizável para alterações e criação de novos Menus e Submenus, Banners, Páginas para ocasiões especiais, fotos, links, vídeos, dentre outros, integrando um gerenciador de conteúdos que permite atualizar os principais conteúdos, como textos, imagens, fotos e vídeos, não tendo custo para manutenções de rotina; Ter um alto padrão de qualidade sendo fácil e intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo agradável e visualmente atraente; Ser um site planejado e estruturado, pensando sempre na usabilidade, navegabilidade e acessibilidade dos usuários através dos padrões Web Standards / W3C; Facilitar a gestão do conteúdo divulgado; Ser de acesso fácil, simples e rápido; Link de acesso ao site do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA; A página inicial deverá está atualizada de forma objetiva, curta e direta; Possibilitar que, em qualquer ponto do website, seja possível retornar a página principal e para o topo da página em apenas um click.	Mês	11	3.500,00	38.500,00

CM PROC. 04/03/2023 FOLHA 263 RUBRICA

Nº 132
Processo 24/01/2025
Assinatura

	• **CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS MENUS E PUBLICAÇÕES:** **TOP Menu:** Localizado na parte superior do site, de forma fixa; **Na opção ouvidoria:** Deve conter informações sobre o que é, objetivo, o que a ouvidoria proporciona e como funciona: **Main Menu:** Principal menu do site, a disposição de conteúdo deverá ser de pelo menos de sete níveis, contendo em no mínimo as opções: página inicial, informações sobre a cidade, notícias, transparência, legislação, publicações e diário da Câmara (o conteúdo desses links deverá ser gerado em conjunto com a Câmara Municipal); **No menu da Institucional:** Deve expor informações sobre a Câmara Municipal, como Estrutura Administrativa, Organograma, Documentos, dentre outras informações; **No menu publicações:** Deve apresentar resoluções, leis, atas, avisos e outros; **No menu legislação:** Deve conter Leis, Decretos, Normas, Resoluções e Outros; **No menu informações sobre a cidade:** Deverá conter informações importantes sobre a cidade dentre outras; **No menu notícias:** Deve conter informações sobre o legislativo municipal dentre outras; **No menu transparência:** Deve conter todas as informações conforme legislação vigente; **Diário da Câmara:** Deve conter todas as informações conforme legislação vigente; **Banners:** Deve permitir a disposição de um conjunto de banners informativos; **Pesquisa:** Uma plataforma de pesquisa bem elaborada que consiga procurar dentro de todo o site, exibindo os resultados em raízes, desde palavras chaves, títulos e palavras dentro do texto. A pesquisa deve ser dividida em simples e avançada, com ferramenta de filtro de datas e categorias do conteúdo e notícias; **Vídeos:** espaço para adicionar vídeos pequenos, tanto código embed do youtube quanto enviado diretamente do navegador (mp4, wmv, mpg); A contratante poderá a seu critério solicitar outras alterações/atualizações na página do site ficando a contratada a inteira disposição para realizar os serviços solicitados. • **HOSPEDAGEM DO WEB SITE:** A hospedagem do site é de inteira responsabilidade da contratada, ficando a mesma na responsabilidade de manter o site no ar 24 horas por dia; Caso o site fique fora do ar, o contratado após verificação da ocorrência ou acionada via solicitação por parte da contratante, deverá solucionar o problema no prazo máximo de 24 horas; Ao término do contrato a contratada deverá fornecer todos os dados a contratante; As despesas com hospedagem do site ficam sobe inteira responsabilidade da contratada. • **HOSPEDAGEM, TREINAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA:** Layout fácil e intuitivo; Sistema gerenciador de documentos;				

C M PROC. 040103/2023 FOLHA 204 RUBRICA

	Gerar e processar arquivos JavaScript Object Notation (JSON) e codificação binária do tipo 8-bit Unicode Transformation Format (UTF-8); No mínimo 2 logins de acesso; Gerenciamento e upload de arquivos conforme IN nº 73/2022/TCE/MA e posteriores alterações; Suporte por e-mail ou telefone de segunda a sexta feira em horário comercial; Realização de treinamento sobre a operacionalização do sistema sempre que for solicitado pela contratante, ou sempre que houver atualização do sistema durante a vigência do contrato; Atualização dos sistema sempre que houver necessidade por parte da administração ou sempre que houver mudança na legislação; Integração do sistema com o portal da transparência do órgão; Hospedagem do sistema.				Nº 133 Processo 21/01/2025 Assinatura
Valor Total:				R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)	

4.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

4.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação quanto a regularidade fiscal e trabalhista.

CM
PROC. 040103/2023
FOLHA 265
RUBRICA

Nº 134
Processo 21/01/2025
Assinatura

4.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada que não esteja em situação regular, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista
para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

4.13. O pagamento será creditado diretamente na conta bancária da contratada, abaixo especificada, mediante a apresentação das certidões enumeradas nesta cláusula.

4.13.1. Banco: Bradesco.
4.13.2. Agência: 1117-7.
4.13.3. Conta-corrente: 27.368-6.

CLÁUSULA QUINTA- RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas decorrentes da contratação pela Câmara Municipal serão cobertas pela Lei Orçamentária da Câmara Municipal de Presidente Sarney - MA consignados na seguinte rubrica:

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal de Presidente Sarney
UNI.ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Presidente Sarney
FUNÇÃO: 01 - Legislativa
SUB FUNÇÃO: 031 – Ação Legislativa
PROGRAMA: 0001 – Processo Legislativo
PROJ.ATIVIDADE: 2.001 – Manutenção e Funcionamento das Atividades Legislativas
ELEM. DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS: 0100000000 – Recursos Ordinários

C M
PROC. 040103/2023
FOLHA 266
RUBRICA

Nº 135
Processo 01/01/2025

5.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração/inclusão dos respectivos créditos orçamentários e/ou financeiros, as despesas decorrentes da execução do objeto correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1 - Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Caberá ao **CONTRATANTE:**

8.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s).

8.1.2. Vetar os serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado para o fiel cumprimento do objeto.

8.1.3. A Contratante deverá ter reservado o direito de não mais utilizar dos serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no Contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.1.4. Intervir ou interromper a execução do objeto nos casos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as disposições do Contrato.

8.1.6. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.7. Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.1.8. Preencher e enviar a Ordem de Serviços de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

8.1.9. Receber os serviços executados pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

8.1.10. Solicitar a correção imediata dos serviços que julgar em desacordo com o termo de referência.

C M
PROC. 040103/2023
FOLHA 267
RUBRICA

Nº 136
Processo 21/01/2025
Assinatura

8.1.11. Recusar com a devida justificativa qualquer sérvio executado fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

8.1.12. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

8.1.13. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto.

8.1.14. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando por escrito à CONTRATADA, as ocorrências de imperfeições, falhas ou irregularidades, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades constatadas na execução do objeto.

8.2. Caberá à **CONTRATADA**:

8.2.1. Executar o objeto do contrato, em conformidade com o termo de referência, e de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista previdenciária, comercial, fiscal, e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução do objeto.

8.2.3. Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos exigidos pela Contratante, e o lote e número de processo de contratação.

8.2.4. Executar o objeto conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta.

8.2.5. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, relacionados execução do objeto.

8.2.6. Executar o objeto, nos locais determinados pelo CONTRATANTE na(s) Ordem(ns) de Serviço, dentro do prazo de execução estabelecido.

8.2.7. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação a execução do objeto que for objeto do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários.

8.2.8. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato.

8.2.9. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual.

8.2.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

C M
PROC. 040103/2023
FOLHA 269
RUBRICA
Nº 137
Processo 21/01/2025
Assinatura

8.2.10.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.

8.2.11. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução do objeto, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os serviços que julgar inadequados.

8.2.12. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo.

8.2.13. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento.

8.2.14. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

8.2.15. Arcar com todas as despesas relacionadas à execução do objeto, tais como frete, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de correção dos serviços, se houver.

8.2.16. A contratada estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato.

8.2.17. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência e no(s) respectivo(s) contrato(s).

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o processos;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do termo de referência sem motivo justificado;

CM
PROC. 040103/2025
FOLHA 269
RUBRICA

Nº 138
Processo 21/01/2025
Assinatura

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante os tramites processuais ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a instrução do processo ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do termo de referência e contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato celebrado com a contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 9.1

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar com administração pública pelas infrações previstas nos itens 9.1.2 ao 9.1.7 do Termo de Referência.

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.8 ao 9.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas itens 9.1.2 ao 9.1.7 do Termo de Referência, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.2.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, e 9.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora no importe de 0,5% (zero virgula cinco porcento) sobre o valor do contrato.

9.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Termo de Referência.

9.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

9.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

C.M.
PROC. 040103/2025
FOLHA 270
RUBRICA

Nº 139
Processo 21/01/2025

9.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação

9.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Municipal e cobrados judicialmente.

9.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da proponente deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições

C M
PROC. 040103/2023
FOLHA 271
RUBRICA

Nº 140
Processo 21/01/2025
Assinatura

técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. O representante do órgão anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. A extinção do presente instrumento de contrato dar-se-á de acordo com os artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Instrumento é regido pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, regulamentada pela Resolução nº. 001/2022, de 26 de janeiro de 2022, e pelos preceitos de direito público, lhe aplicando supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

14.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pinheiro - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na preste ata, as partes assinam o presente instrumento, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Presidente Sarney - Maranhão, 07 de Fevereiro de 2023.

CM
PROC. 040103/2023
FOLHA 272
RUBRICA

Nº 141
Processo 21/01/2025
Assinatura

Valmir dos Santos Soares
CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY – MA.
Valmir dos Santos Soares
Presidente da Câmara de Presidente Sarney - MA
Contratante

R. Castro Araujo EIRELI.
CNPJ nº 40.001.962/0001-80.
Reinaldo Castro Araújo.
CPF nº 918.228.153-04.
Contratada

TESTEMUNHAS:

Otavio Ferreira Campos CPF nº 747.512.043-00

Joab Pontes de Reis CPF nº 03251458 3-02

Nº 142
Processo 21 01 01 20 25
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

MEMORANDO SOLICITANDO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

À Sra.
WALEFFIA VERUSKA DA SILVA CEZAR SANTOS
MD Contadora
Nesta

Assunto: Solicita Dotação Orçamentária.

Prezada Contadora,

Pelo presente solicito a esse setor contábil que informe a dotação orçamentária para ocorrer a despesa referente a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, sendo, contratação direta por inexigibilidade de licitação, no valor mensal de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) e valor total de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), para doze meses.

Poção de Pedras/MA, 22 de janeiro de 2025.

Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

Nº 143
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Ao Sr.
Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Nesta

Prezado Senhor,

Conforme solicitação, informamos a Vossa Excelência a existência de crédito orçamentário para a despesa com a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA. Conforme especificação constante no Orçamento para 2025.

Órgão/Unidade: 0101 – Câmara Municipal
ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL POÇÃO DE PEDRAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Poção de Pedras
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0011.2.002 – Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos
Valor da Despesa: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).

Poção de Pedras – MA, 22 de janeiro de 2025.

Waleffia Veruska da Silva Cezar Santos
CRC-MA- 012947/O-0
Contadora
Portaria 13/2023

Nº 144
Processo 21/01/2025

Assinatura

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
LEGISLATIVO

SUMÁRIO

[redacted]

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE TESOUREIRO PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Srº **ARMANDO MEIRELES FÉ,** inscrito no CPF sob o nº 743.285.493-91 RG sob o nº 072561162020-2 SSP/MA, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Tesoureiro**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 02 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONTADORA PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a Srª. **WALEFFIA VERUSKA DA SILVA CEZAR SANTOS,** inscrita no CPF sob o nº 020.083.203-40 e CRC sob o nº MA-012947/O-0, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Contadora**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 02 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONTROLADOR PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Sr. **JAILTON CELIO BATISTA DA COSTA,** inscrito no CPF sob o nº 413.394.363-53, RG 033507102007-0 SSP-MA, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Controlador**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 9bf27f28c84b9b1d7465af6b5c30b2c8ed5a075e
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 145
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Ao Senhor
Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

Nesta

Assunto: solicitação de elaboração de Termo de Referência.

Prezado Senhor,

Solicito a V. Senhoria que elabore o Termo de Referência visando a contratação de empresa para a Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA. Conforme os atos constantes no Processo Administrativo nº 210101/2025.

Poção de Pedras – MA, 22 de janeiro de 2025.

Joaquim Eloi de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
de Poção de Pedras

Nº 146
Processo 200101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200101/2025

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n.
14.133/2021).

1. **OBJETO:** Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR UNITÁRIO R$
1	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	SERVIÇOS	1	4.500,00	54.000,00
	VALOR TOTAL				54.000,00

1.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, podendo, por interesse da Câmara Municipal de Poção de Pedras (MA), ser prorrogado na forma do artigo 114 da Lei 14.133/2021.

1.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/21

2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

a) O serviço a ser contratado envolve apenas a cessão de direitos de uso da plataforma, ou seja, abrange uma simples liberação do acesso no próprio sistema, não envolvendo recursos humanos e outros recursos materiais e/ou equipamentos e, consequentemente, não ocasiona responsabilidade subsidiária da Câmara Municipal de Poção de Pedras (MA). Dessa forma, pode-se inferir que o risco é mínimo para a Prefeitura, uma vez que, caso houvesse uma interrupção do serviço, seria prejudicial a transparência do executivo municipal, porém não teria de arcar com custos, por exemplo, trabalhistas como ocorre em contratos mais complexos que envolvem a responsabilidade subsidiária da Câmara Legislativa.

b) Há que se destacar que exige-se "o acesso ininterrupto ao serviço, com pleno funcionamento de todas as ferramentas do portal de transparência, ouvidoria, e-sic e Diário Oficial, durante todo período de vigência do contrato". Em caso de descumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no contrato e na Proposta Comercial, a empresa estará sujeita às sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento;

3. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei nº **14.133/2021).**

3.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, com início imediatamente após a assinatura da ordem de serviços.

4. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

4.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

4.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

4.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

4.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

4.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
4.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

4.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

4.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

4.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

4.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Câmara a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

4.1.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da.

4.1.8. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),

4.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

4.2.1. A avaliação da execução do objeto será verificada pelo fiscal de contrato devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a
CONTRATADA:
a.) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

b.) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4.3. DO RECEBIMENTO

4.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, contado da emissão da nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

4.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

4.3.3. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

4.3.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

5.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

5.2. Previamente à celebração do contrato, a Câmara verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

5.3. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

5.3.1. Habilitação Jurídica:

5.3.1.1. Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da
União, abrangendo as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN de n° 1.751/2014;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicilio ou sede do INTERESSADO. (CND E CNDA).

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do INTERESSADO
(CND E CNDA);

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

f) Declaração de que não permite o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo ANEXO IV.

g) Declaração de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art.14 da Federal n°
14.133/2021, conforme modelo ANEXO V;

Nº 151
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

6.1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Unidade: 0101 – Câmara Municipal
ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL POÇÃO DE PEDRAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Poção de Pedras
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0011.2.002 – Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos

6.1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondente, mediante apostilamento.

Poção de Pedras/MA, 24 de janeiro de 2025.

Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

Nº 152
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA
DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. **Previamente à celebração do contrato**

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

2. Habilitação Jurídica:

2.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sitio www.portaledoempreendedor.gov.br

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas
Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

2.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante CND –
Certidão Negativa de Débito e CNDA – Certidão Negativa da Dívida Ativa;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante CND –
Certidão Negativa de Débito e CNDA – Certidão Negativa da Dívida Ativa;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

2.4. Relativos a Qualificação Técnica

Nº 154
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Nº 155
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ANEXO III

DECLARAÇÕES

A empresa _____inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, a Sra. Paulinha Barbosa Gomes Sampaio, portadora do CPF nº DECLARA:

1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7) Que é (x) **ME, ( ) EPP ou ( ) MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.

8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Nº 156
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

9) Que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos, disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021.

Poção de Pedras/MA, 24 de janeiro de 2025.

Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

Nº 157
Processo 27/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

MEMORANDO ENVIANDO O TERMO DE REFERÊNCIA

Ao
Exmo. Sr.
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA
Nesta

Senhor Presidente,

Estamos enviando Termo de Referência elaborado conforme estabelecido nos autos do processo administrativo e submetemos a aprovação da Vossa Excelência;

Poção de Pedras/MA – MA, 24 de janeiro de 2025.

Gustavo Rodrigo Moreira de Oliveira
Setor Requisitante

Nº 154
Processo 21012025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Com fundamento na Lei 14.133/2021 c/c com a Resolução N° 007/2023, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a realização da Inexigibilidade de Licitação, visando a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Em 24 / 01 **/2025.**

Joaquim Elói de Souza Filho.
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
de Poção de Pedras

Nº 159
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Câmara Municipal de Poção de Pedras- MA
Nome empresarial: R CASTRO ARAUJO EIRELI
CNPJ: 40.001.962/0001-80
Endereço: Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA

A Câmara de Poção de Pedras (MA), em virtude da necessidade da contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, em conformidade com o processo referente à contratação por inexigibilidade, solicitamos que esta empresa encaminhe, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sua proposta de preço, contendo a descrição do objeto, valores, e devidamente emitida em papel timbrado da empresa e assinada por representante legal (conforme planilha a seguir), e documentos de Habilitação.

Poção de Pedras (MA), 24 de janeiro de 2025.

CÍCERO RODRIGUES MONTEIRO JÚNIOR
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria n° 09/2025

OBJETO: contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR UNITÁRIO R$
1	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	SERVIÇOS			
	VALOR TOTAL				

Nº 160
Processo 21012025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Proposta de preço no valor de R$ _____ (____) mensais, totalizando R$ _____(____) para 12 meses.

Segue em anexo a lista de documentos que são exigidos para a habilitação.

Data: ___/___/2025

Assinatura/Rubrica:_____

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Anexo I
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.4. **Habilitação Jurídica:**

1.4.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.5. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

1.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.5.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

1.5.5. declaração de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art.14 da Federal n° 14.133/2021.

1.5.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1° de maio de 1943.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

1.5.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.5.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.5.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.5.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.6. **Qualificação Econômico-Financeira**

1.6.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

1.6.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, dos dois últimos exercícios social. Já exigíveis e apresentados na forma da lei. que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.7. **Qualificação Técnica**

1.7.1. **Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.**

1.7.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

1.7.3. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ANEXO II

DECLARAÇÕES

A empresa _____inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, a Sr._____, portadora do CPF nº_____ DECLARA:

1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7) Que é (x) **ME, ( ) EPP ou ( ) MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.

8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

9) Que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos, disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021.

Nº 165
Processo 2101012025
Assinatura

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
LEGISLATIVO

SUMÁRIO

PORTARIA Nº 09, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro, equipe de apoio e Comissão de Contratação para atuar perante a Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora MARIA LETICIA BORGES LEITE para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRA da Câmara Municipal de Poção de Pedras afim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Somente em licitações na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame é designada PREGOEIRA.

Art.2º Nomear os servidores CÍCERO RODRIGUES MONTEIRO JÚNIOR e ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO SILVA VERA para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação e a Pregoeira no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º A Comissão de Contratação será composta pelos servidores MARIA LETICIA BORGES LEITE, CÍCERO RODRIGUES MONTEIRO JÚNIOR E ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO SILVA VERA.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Presidência da Comissão de Contratação será exercida pelo servidor CÍCERO RODRIGUES MONTEIRO JÚNIOR; o mesmo conduzirá as contratações diretas (Dispensa e Inexigibilidade).

Art. 4º As atribuições das funções acima referidas estão descritas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 1/2023.

Art. 5º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,

Registre-se e Publique-se e Cumpra-se

Poção de Pedras-MA, 06 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho

Presidente

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: e1a6c6efafca4978fdfc8bf06fb18d190ee1f791
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 166
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

JUNTADA DA PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210101/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025

OBJETO: Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Junto aos autos do processo administrativo n° 210101/2025, a proposta de preço da empresa abaixo referida, para a presente contratação.

PROPOSTA DE PREÇO

EMPRESA: R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ sob Nº 40.001.962/0001-80.

Nº 167
Processo 21/01/2025
Assinatura

WEB SERVICE SISTEMAS - SOLUÇÕES INTELIGENTES ON-LINE
www.webservicesistemas.com.br
98-98285-8304

À CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS – MA.

PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: Prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Poção de Pedras - MA.

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.S.ª, a nossa proposta de preços relativa ao processo em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos.

Proponente:

Razão Social: R. CASTRO ARAUJO LTDA (WEBSERVICE)
CNPJ: 40.001.962/0001-80
Endereço: Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA.
CEP: 65.712-000
Inscrição estadual: 126745617
E-mail: reinaldo.vitoria@gmail.com
Contato: 98-98285-8304

Representante legal da Empresa:

Nome: Reinaldo Castro Araújo
Cédula de identidade/órgão emissor: 1234527992 – GEJUSPC/MA.
CPF: 918.228.153-04
Cargo/Função: Titular
E-mail: reinaldo.vitoria@gmail.com
(DDD) Telefone: (98) 98285-8304

(ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

LOCAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS TÉCNICOS					
Item	*Especificação*	*Unid.*	*Quant.*	*V. Unit.*	*V. Total*
1	*Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.*	*MÊS*	*12*	*R$ 4.500,00*	*R$ 54.000,00*
➢ *Valor Global da Proposta: R$* ***54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).***					

Nº 168
Processo 21010120 25
Assinatura

WEB SERVICE SISTEMAS - SOLUÇÕES INTELIGENTES ON-LINE
www.webservicesistemas.com.br
98-98285-8304

➢ Dados Bancários:
Banco: Bradesco
Agência: 1117-7 Conta: 27.368-6

A EMPRESA: R. CASTRO ARAUJO LTDA (WEBSERVICE) DECLARA QUE:

- ✓ ESTÃO INCLUSAS NO VALOR DA PROPOSTA TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E OUTRAS DESPESAS.
- ✓ VALIDADE DA PROPOSTA: **90 (NOVENTA DIAS) DIAS**.
- ✓ QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- ✓ QUE ESTA DE ACORDO COM TODOS OS REQUISITOS DO PROCESSO REFERIDO.

Lago dos Rodrigues - MA, em 27/01/2025.

Reinaldo Castro Araújo
CPF: 918.228.153-04
Representante

Nº 169
Processo 21/01/2016
Assinatura

WEB SERVICE SISTEMAS - SOLUÇÕES INTELIGENTES ON-LINE
www.webservicesistemas.com.br
98-98285-8304

A CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS/MA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROPOSTA DE PREÇOS

Nº 170
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

JUNTADA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210101/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025

OBJETO: Contratação direta de empresa, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Junto aos autos do processo administrativo n° 210101/2025, os documentos de habilitação da empresa abaixo referida, para a presente contratação.

HABILITAÇÃO

EMPRESA: R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ sob Nº 40.001.962/0001-80.

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

R CASTRO ARAUJO EIRELI

Pelo presente instrumento particular de Ato Constitutivo:

REINALDO CASTRO ARAUJO, BRASILEIRO , CASADO(A), Separação de Bens, empresario, natural da cidade de Pedreiras – MA, data de nascimento 06/05/1980, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): nº 04392420180, expedida por DETRAN/MA em 23/05/2018 e CPF: nº 918.228.153-04, residente e domiciliado na cidade de Lago dos Rodrigues - MA, na AVENIDA GONCALO BARBOSA LIMA, nº 15, CENTRO, CEP: 65712-000;

Resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, mediante as seguintes cláusulas (art. 997, I, CC):

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II e ART. 980-A, §1º, CC)
A empresa adotará como nome empresarial: **R CASTRO ARAUJO EIRELI**, e usará a expressão WEBSERVICE como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A empresa terá sua sede no seguinte endereço: AVENIDA GONCALO BARBOSA LIMA, nº 12, CENTRO, Lago dos Rodrigues - MA, CEP: 65712000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A empresa terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA 4649-4/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO 4649-4/08 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR 4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS 4721-1/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS 4722-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS 6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET 6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA 4649-4/02 - COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO 4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR 4712-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS 4721-1/03 - COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS 4722-9/01 - COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS 6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO 6209-1/00 - SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO 6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET 6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET.

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 6201-5/01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
CNAE Nº 4649-4/02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
CNAE Nº 4649-4/08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
CNAE Nº 4712-1/00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
CNAE Nº 4721-1/03 - Comércio varejista de laticínios e frios
CNAE Nº 4722-9/01 - Comércio varejista de carnes - açougues
CNAE Nº 6203-1/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
CNAE Nº 6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação
CNAE Nº 6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

R CASTRO ARAUJO EIRELI

CNAE Nº 6311-9/00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
CNAE Nº 6319-4/00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A empresa iniciará suas atividades na data do arquivamento deste ato na Junta Comercial do Estado do Maranhão e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, da seguinte forma: R$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais)em moeda corrente no Pais

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI, CC)
A administração será exercida pelo titular REINALDO CASTRO ARAUJO, que representará legalmente a empresa e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinentes ao objeto.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DA DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EIRELI (art. 980-A, § 2° CC)
O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA X - DO PRÓ LABORE
Titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de pro labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA XI - DO FALECIMENTO (art. 1.028, CC)
Falecendo o titular, seus sucessores poderão continuar o exercício da empresa. Não sendo possível ou inexistindo interesse na continuidade, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA XII - DA INTERDIÇÃO (art. 974, § 3° CC)
Sendo interditado o titular, ele poderá continuar o exercício da empresa, desde que ele seja devidamente representado ou assistido, conforme o grau de sua incapacidade, e que a administração da empresa caiba a terceiro não impedido.

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

R CASTRO ARAUJO EIRELI

CLÁUSULA XIII - PORTE EMPRESARIAL

O titular declara que a empresa se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento.

Lago dos Rodrigues - MA, 01 de dezembro de 2020

REINALDO CASTRO ARAUJO
Titular/Administrador

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI consta assinado digitalmente por:

CPF	Nome
91822815304	REINALDO CASTRO ARAUJO

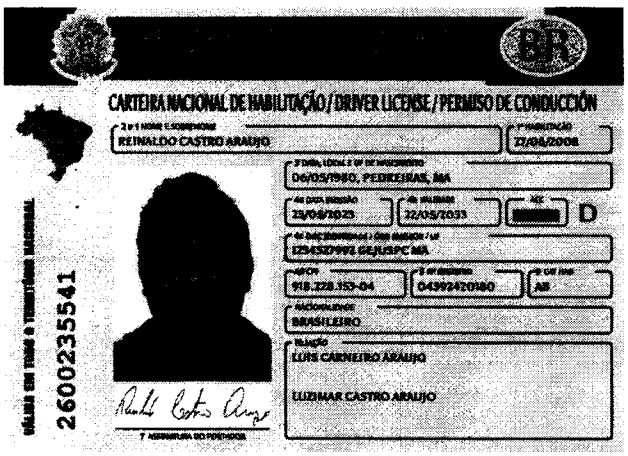
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/12/2020 11:29 SOB Nº 21600170869.
PROTOCOLO: 201109263 DE 03/12/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12005987202. CNPJ DA SEDE: 40001962000180.
NIRE: 21600170869. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/12/2020.
R CASTRO ARAUJO EIRELI

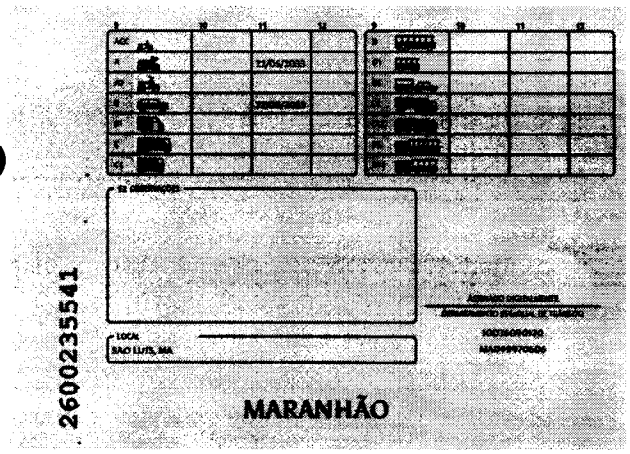
JUCEMA

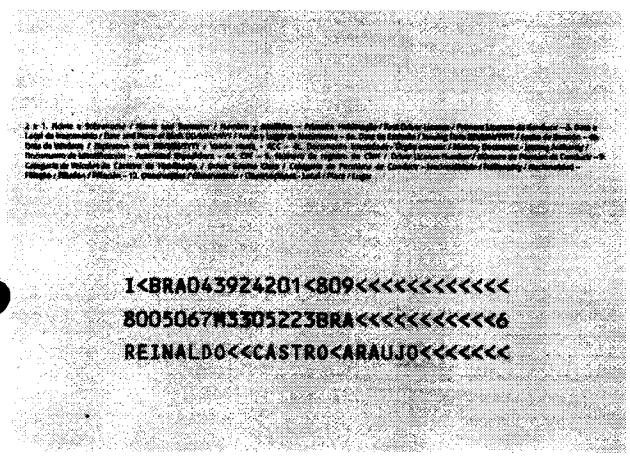
LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Nº 175
Processo 21010130025
Assinatura







QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Nº 176
Processo 21010120 25
Assinatura

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**40.001.962/0001-80**
Razão Social:	**R CASTRO ARAUJO LTDA**
Nome Fantasia:	**WEBSERVICE**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **10/01/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**26/02/2025**	**Automática**
FGTS	Validade:	**08/01/2025**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**03/03/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**24/11/2024** (*)
Receita Municipal	Validade:	**30/10/2024** (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2025**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 918.XXX.XXX-04 Nome: REINALDO CASTRO ARAUJO

Ass: _____

Nº 177
Processo 21/01/2025
Assinatura

Data da consulta: 06/01/2025 09:46:18

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **40.001.962/0001-80**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **R CASTRO ARAUJO LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 03/12/2020**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Informações de Períodos como MEI Transportador Autônomo de Cargas

Não Existem

Voltar | Gerar PDF

Nº 176
Processo 21012025
Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.001.962/0001-80 **MATRIZ**		**03/12/2020**

NOME EMPRESARIAL
R CASTRO ARAUJO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
WEBSERVICE	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns (Dispensada *)
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios
47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues (Dispensada *)
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (Dispensada *)
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação (Dispensada *)
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (Dispensada *)
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (Dispensada *)
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV GONCALO BARBOSA LIMA	**12**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.712-000	**CENTRO**	**LAGO DOS RODRIGUES**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
REINALDO.VITORIA@GMAIL.COM	**(98) 8285-8304**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/12/2020**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/01/2025** às **09:38:29** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Nº 179
Processo 21/01/2025
Assinatura

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
40.001,962/0001-80
NOME EMPRESARIAL:
R CASTRO ARAUJO LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$104.500,00 (Cento e quatro mil e quinhentos reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
REINALDO CASTRO ARAUJO
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **06/01/2025** às **09:39** (data e hora de Brasília).

Nº 180
Processo 21/01/2025
Assinatura

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **40.001.962/0001-80**

Razão Social: **R CASTRO ARAUJO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

Endereço:

AVENIDA GONCALO BARBOSA LIMA, 12 - CENTRO - 65.712-000 - LAGO DOS RODRIGUES / Maranhão

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço https://comprasnet.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 01/2025 (Diário Oficial da União - CEAF)

Dados da consulta: 08/01/2025 10:45:50

FILTROS APLICADOS:

Nome sancionado: R CASTRO ARAUJO LTDA

CPF / CNPJ sancionado: 40001962000180

UF do sancionado: MARANHÃO

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Nº Processo 21010.012025
Assinatura
181

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 01/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 01/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 01/2025 (Diário Oficial da União - CEAF)

Dados da consulta: 08/01/2025 10:48:47

FILTROS APLICADOS:

Cadastro: CNEP

Nome sancionado: R CASTRO ARAUJO LTDA

CPF / CNPJ sancionado: 40001962000180

UF do sancionado: MARANHÃO

Limpar filtros

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

Nº Processo 21/01/2025

Assinatura

Nº 183
Processo 21010120 25
Assinatura

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que R CASTRO ARAUJO LTDA **encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:**	**Protocolo:** MAC2500016676
NIRE 21600170869 **CNPJ 40.001.962/0001-80**	**Situação** ATIVA **Status**
Endereço Completo Avenida GONCALO BARBOSA LIMA, Nº 12, xxxxx, CENTRO - Lago dos Rodrigues/MA - CEP 65712-000	

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
904	T2160017086	09/12/2022	TRANSFORMACAO
223	20220236470	22/02/2022	BALANCO
310	20210494387	08/04/2021	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
091	21600170869	03/12/2020	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
091	21600170869	03/12/2020	ATO CONSTITUTIVO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 15/01/2025, às 14:24:00 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **APV2TS18**.

MAC2500016676

CARLOS JOSÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Nº 184
Processo 21010130 25
Assinatura

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: R CASTRO ARAUJO LTDA **NIRE :** 21600170869 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** MAC2500016629
NIRE (Sede) 21600170869	**CNPJ** 40.001.962/0001-80	**Data de Ato Constitutivo** 03/12/2020	**Início de Atividade** 03/12/2020

Endereço Completo
Avenida GONCALO BARBOSA LIMA, Nº 12, CENTRO - Lago dos Rodrigues/MA - CEP 65712-000

Objeto Social
6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA 4649-4/02 - COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO 4649-4/08 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR 4712-1/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS 4721-1/03 - COMERCIO VAREJISTA DE LATICINIOS E FRIOS 4722-9/01 - COMERCIO VAREJISTA DE CARNES - ACOUGUES 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS 6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO 6209-1/00 - SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO 6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET 6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET

Capital Social R$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais) **Capital Integralizado** R$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
REINALDO CASTRO ARAUJO	918.228.153-04	R$ 104.500,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
REINALDO CASTRO ARAUJO	918.228.153-04	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 09/12/2022	**Número** T2160017086	**Ato/evento** 904 / 046 - TRANSFORMACAO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida eletronicamente em 15/01/2025, às 14:03:29 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade na Internet, no endereço www.[illegible].gov.br, com o código **GSGFTAVB.**

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Nº 185
Processo 21011.012025
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: R CASTRO ARAUJO LTDA
CNPJ: 40.001.962/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:18:03 do dia 11/10/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/04/2025.
Código de controle da certidão: **C654.F62B.8C8C.9B4A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nº 186
Processo 21/01/2025
Assinatura

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.001.962/0001-80
Razão Social: R CASTRO ARAUJO EIRELI
Endereço: AV GONCALO BARBOSA LIMA / CENTRO / LAGO DOS RODRIGUES / MA / 65712-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:17/01/2025 a 15/02/2025

Certificação Número: 2025011704045558816711

Informação obtida em 21/01/2025 11:48:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Nº 187
Processo 21/01/2025
Assinatura

WEB SERVICE SISTEMAS - SOLUÇÕES INTELIGENTES ON-LINE
www.webservicesistemas.com.br
98-98285-8304

Lago dos Rodrigues - MA, em 27/01/2025.

ANEXO II
DECLARAÇÕES

À CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS – MA.

A empresa R CASTRO ARAUJO LTDA, INSCRITA NO CNPJ N° 40.001.962/0001-80, LOCALIZADA NA AV. GONÇALO BARBOSA LIMA, Nº 12, CENTRO, LAGO DOS RODRIGUES – MA.CEP: 65.712-000, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) REINALDO CASTRO ARAÚJO, PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 1234527992 – GEJUSPC/MA E DO CPF Nº 918.228.153-04, DECLARA:

1) Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

2) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

5) Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

6) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

7) Que é (x) **ME, ( ) EPP ou ( ) MEI** e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 124/2006, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 124/2006.

8) Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Nº 158
Processo 21/01/2025
Assinatura

WEB SERVICE SISTEMAS - SOLUÇÕES INTELIGENTES ON-LINE
www.webservicesistemas.com.br
98-98285-8304

9) Que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos, disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021.

Atenciosamente,

Reinaldo Castro Araújo
CPF: 918.228.153-04
Representante

Nº 189
Processo 21/01/2025
Assinatura

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.001.962/0001-80
Certidão nº: 68147199/2024
Expedição: 04/10/2024, às 15:21:18
Validade: 02/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.001.962/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Nº 190
Processo 21/01/2025
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAGO DOS RODRIGUES
TRABALHANDO PARA O POVO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES - MA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OBRAS PLANEJAMENTO E FINANÇAS

2025

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

VALIDADE : 31/12/2025

Nº DO ALVARÁ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	CPF/CNPJ:
0202	1295	40.001.962/0001-80

RAZÃO SOCIAL:
R CASTRO ARAUJO LTDA

NOME DE FANTASIA:
WEBSERVICE

LOCALIZAÇÃO
GONCALO BARBOSA LIMA, Nº: 12, BAIRRO: CENTRO
65712000, LAGO DOS RODRIGUES - MA

CNAE - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA
6202300001 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

LAGO DOS RODRIGUES - MA, 15 DE JANEIRO DE 2025.

Paola Paglícia P. Rodrigues

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO OBRAS PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Este Alvará é válido somente para a atividade acima discriminada.

ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada escaneando o QrCode ao lado.
Ou acessando o link: https://nfse.lagodosrodrigues.ma.gov.br/autenticar
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 3H4dya47T5x9Nnojgm1G
Emitido às 09:39:22 DO DIA 15/01/2025.

Nº 141
Processo 21/01/2025
Assinatura

Estado do Maranhão
SINTEGRA/ICMS
Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão
Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 40.001.962/0001-80 **Inscrição Estadual:** 12.674561-7

Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: AVE GONCALO BARBOSA LIMA

Número: 12 **Complemento:**

Bairro: CENTRO

Município: LAGO DOS RODRIGUES **UF:** MA

CEP: 65712000 **DDD:** **Telefone:** 82858304

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 6201501 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
6311900	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET
6319400	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET
4649408	COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
4712100	COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZÉNS
4721103	COMÉRCIO VAREJISTA DE LATICÍNIOS E FRIOS
4722901	COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES - AÇOUGUES
4649402	COMÉRCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO
6203100	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS
6204000	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
6209100	SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 03/02/2021

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/04/2010 - (4649402-4649408), 01/12/2010 - (6319400-6311900),

EDF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 06/01/2025

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

Nº 192
Processo 2101012025
Assinatura

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Condições de Dispensa de Licenciamento

Estabelecimento:
40.001.962/0001-80 - R CASTRO ARAUJO LTDA
UF/Município:
MA/LAGO DOS RODRIGUES

Órgão	Abrangência	Condições
Corpo de Bombeiros	ESTADUAL	• Desde que I. Na residência do empreendedor, sem recepção de pessoas; ou II. Em edificações diversas da residência, se a ocupação da atividade tiver até 200m² (duzentos metros quadrados) de área total construída e for realizada: a. em edificação com até 03 (três) pavimentos, podendo ser desconsiderado como pavimento o subsolo quando usado exclusivamente para estacionamento, sem abastecimento no local; b. em locais de reunião de público com lotação até 100 (cem) pessoas; c. que possua até 250 L (duzentos e cinquenta litros) de líquido inflamável ou combustível ; e d. que possua até 90 kg (noventa quilogramas) de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Atividade Econômica:
62.03-1/00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis

Órgão	Abrangência	Condições
Vigilância Sanitária	FEDERAL	• Desde que não haja o desenvolvimento de softwares que realizam ou influenciam diretamente no diagnóstico, monitoramento, terapia (tratamento) para a saúde

VOLTAR IMPRIMIR

Nº 193
Processo 21/01/2025
Assinatura

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

Nº 194
Processo 21010/2025
Assinatura

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 032203/25 **Data da** 30/01/2025 18:03:40

Inscrição Estadual: 126745617 **CPF/CNPJ:** 40001962000180

Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Endereço: AVE GONCALO BARBOSA LIMA, 12 CEP: 65712000 - CENTRO

Telefone: (98)82858304 **Município:** LAGO DOS RODRIGUES **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 30/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/03/2025 08:41:08

Nº 195
Processo 210101/2025
Assinatura

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 009253/25 **Data da** 30/01/2025 18:04:20

Inscrição Estadual: 126745617 **CPF/CNPJ:** 40001962000180

Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Endereço: AVE GONCALO BARBOSA LIMA, 12 CEP: 65712000 - CENTRO

Telefone: (98)82858304 **Município:** LAGO DOS RODRIGUES **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 30/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/03/2025 08:42:01

Nº 196
Processo 21/01/2025
DATA DA EMISSÃO - 16/12/2024 09:57:06
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES - MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DE DÍVIDA ATIVA

NUMERO: 00438 **LIBERAÇÃO:** 03/12/2024 **VALIDADE:** 03/03/2025

NOME / RAZÃO SOCIAL: R CASTRO ARAUJO LTDA

CPF / CNPJ: 40.001.962/0001-80 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 1295

ENDEREÇO: GONCALO BARBOSA LIMA **Bairro:** CENTRO **Nº:** 12

MUNICÍPIO: LAGO DOS RODRIGUES **UF:** MA

ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
ALVARÁ - TAXA DE FISCALIZAÇÃO
ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Certificamos que, após realização de consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da Lei Nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos (240 a 242) da Lei Nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) o sujeito passivo acima identificado, se encontra até a presente data em situação: **REGULAR**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada escaneando o QrCode ao lado.
Ou acessando o link: https://nfse.lagodosrodrigues.ma.gov.br/autenticar
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 3D5ekHr0Y0aUW421O36P
EMITIDO ÀS 09:57:06 DO DIA 16/12/2024.

Nº 197
Processo 21/01/2025
Assinatura

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra

CERTJUDONE-1VLP - 12025
Código de validação: 290A83C85A

Número da guia: 24053901002013665.

CERTIDÃO DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Certifico a requerimento de parte interessada e pelo direito que me confere a lei, que verificando os Livros de Distribuição dos Feitos Cíveis desta Comarca, por intermédio do sistema Themis - PG e PJE, deles constatei a **INEXISTÊNCIA** de Ações de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial em nome da empresa **R CASTRO ARAÚJO LTDA (WEBSERVICE),** empresa inscrita com **CNPJ nº 40.001.962/0001-80,** com endereço na Av. Gonçalo Barbosa Lima, n° 12, Centro, Lago dos Rodrigues/MA, CEP: 65712-000. **CERTIFICO** que a Comarca de Lago da Pedra/MA, com endereço na Rua Hilário Neto, nº 177A, Bairro Planalto, Lago da Pedra/MA, é formada por 04 (quatro) termos judiciais que compreendem as cidades de Lago do Junco/MA, Lago dos Rodrigues/MA e Lagoa Grande do Maranhão/MA, sendo o termo sede a cidade de Lago da Pedra/MA **CERTIFICO**, finalmente, que o Cartório de Distribuição é o único existente nesta cidade e Comarca de Lago da Pedra – MA. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada a presente certidão no Cartório de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador José Joaquim Ramos Filgueiras" nesta cidade de Lago da Pedra – MA.

Lago da Pedra/MA, 07 de janeiro de 2025.

OBSERVAÇÕES
1. Esta certidão é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS,** (art. 198 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, com redação de 2013).
2. Esta certidão é emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor (Art. 199 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, com redação de 2013).
3. o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário.
4. As consultas foram realizadas nos sistemas Themis PG e Processo Judicial Eletrônico(PJE) e Abrange Somente as Varas Comuns do Termo Judiciário de Lago da Pedra-MA.
5. Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra

link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor QR Code.

ROBERTO DE BRITO SILVA
Auxiliar Judiciário - Apoio Administrativo
1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra
Matrícula 163782

Documento assinado. LAGO DA PEDRA, 07/01/2025 08:52 (ROBERTO DE BRITO SILVA)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

Nº 199
Processo 21/01/2025
Assinatura

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU

FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 14/01/2025 **Nº da certidão:** 12500129969

Data de validade: 14/03/2025 **Código de Validação:** 8a963658d1

NOME: R CASTRO ARAUJO LTDA

CNPJ: 40.001.962/0001-80

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1o GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;

b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;

c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;

d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;

e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);

Nº 200
Processo 21/01/2025
Assinatura

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 15 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 15 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como Livro Diário nº 001, referente período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma R CASTRO ARAUJO LTDA, estabelecida no(a) AV GONCALO BARBOSA LIMA, nº 12, bairro CENTRO, CEP 65.712-000, cidade Lago dos Rodrigues, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 40.001.962/0001-80 e registradano(a) JUCEMA sob o nº 2160017086-9, por despacho de 03/12/2020.

Lago dos Rodrigues-MA, 01 de Janeiro de 2022

REINALDO CASTRO ARAUJO
ADMINISTRADOR
CPF 918.228.153-04
RG 1234527992

MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
CONTADOR
CPF 034.416.593-09
CRC 013149-O MA

Balanço Patrimonial

Licenciado para: MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES

Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: **40.001.962/0001-80**

Conta	Descrição	31/12/2022	
1	*** Ativo ***	247.607,34	D
1.01	Ativo Circulante	148.107,34	D
1.01.01	Disponibilidades	148.107,34	D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	148.107,34	D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	148.107,34	D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	148.107,34	D
1.07	Ativo não Circulante	99.500,00	D
1.07.04	Imobilizado	99.500,00	D
1.07.04.01	Bens em Operação	99.500,00	D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Venda de mercadorias	99.500,00	D
1.07.04.01.01.0003	Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	99.500,00	D
2	*** Passivo ***	247.607,34	C
2.01	Passivo Circulante	3.302,86	C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	3.302,86	C
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	3.302,86	C
2.01.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	187,86	C
2.01.01.03.01.0001	INSS a Recolher	90,90	C
2.01.01.03.01.0002	FGTS a Recolher	96,96	C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	3.115,00	C
2.01.01.03.03.0010	Simples a Recolher	3.115,00	C
2.07	Patrimônio Líquido	244.304,48	C
2.07.01	Capital Realizado	104.500,00	C
2.07.01.01	Capital Social	104.500,00	C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	104.500,00	C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	104.500,00	C
2.07.07	Outras Contas	139.804,48	C
2.07.07.01	Outras Contas	139.804,48	C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	139.804,48	C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia	139.804,48	C

Data de Encerramento: 31/12/2022
Valor de Ativo e Passivo: R$ 0,00 () .

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2022

REINALDO CASTRO ARAUJO
ADMINISTRADOR
CPF 918.228.153-04
RG 1234527992

MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
CONTADOR
CPF 034.416.593-09
CRC 013149-O MA

Demonstração do Resultado do Exercício

Licenciado para: MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: **40.001.962/0001-80**
Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos

ADMIN
Fortes Contábil 6.195.1

Conta	Descrição	01/01/2022 a 31/12/2022
(+) 010	Receita Bruta Operacional	287.336,00
010.01	Faturamento Prod. Merc/ Serviços. e Mercadorias	287.336,00
010.01.03	Vendas venda de mercadorias	287.336,00
(-) 020	Deduções da Receita	29.960,00
020.01	Impostos Faturados	29.960,00
020.01.05	Simples	29,960,00
(=) 030	Receita Líquida	257.376,00
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	92.876,00
040.01	Custo dos Produtos/Serviços Vendidos	92.876,00
(=) 060	Lucro Bruto	164.500,00
(-) 070	Despesas Operacionais	24.695,52
070.01	Despesas Administrativas	24.695,52
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	139.804,48
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	139.804,48
(=) 200	Resultado Líquido do Exercicio	139.804,48

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2022

REINALDO CASTRO ARAUJO
ADMINISTRADOR
CPF 918.228.153-04
RG 1234527992

MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
CONTADOR
CPF 034.416.593-09
CRC 013149-O MA

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2022

Nota 1 - Práticas Contábeis

1.1 - Disponibilidades

VALOR PROVENIENTE DA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL EM DINHEIRO E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A AVISTA

Nota 2 - Patrimônio Líquido

2.1 - Divisão do Capital Social

CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO PELO ADMINISTRADOR REINALDO CASTRO ARAUJO DE FORMA INTEGRAL E EM ESPECIE NA DATA DE ABERTURA DA EMPRESA.

2.2 - Resultado do Exercício

LUCRO REFERENTE AO EXERCICIO DE 2022

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2022

REINALDO CASTRO ARAUJO
ADMINISTRADOR
CPF 918.228.153-04
RG 1234527992

MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
CONTADOR
CPF 034.416.593-09
CRC 013149-O MA

Nº 204
Processo 21/01/2025
Assinatura

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 15 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 15 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como Livro Diário nº 001, referente ao período 01/01/2022 a 31/12/2022, com encerramento do exercício social em 31/12/2022, da firma R CASTRO ARAUJO LTDA, estabelecida no(a) AV GONCALO BARBOSA LIMA, nº 12, , bairro CENTRO, CEP 65.712-000, cidade Lago dos Rodrigues, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 40.001.962/0001-80 e registradano(a) JUCEMA sob o nº 2160017086-9 por despacho de 03/12/2020.

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2022

REINALDO CASTRO ARAUJO
ADMINISTRADOR
CPF 918.228.153-04
RG 1234527992

MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
CONTADOR
CPF 034.416.593-09
CRC 013149-O MA

Nº 205
Processo 20/01/2025
Assinatura

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa null consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
03441659309	MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
91822815304	REINALDO CASTRO ARAUJO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 29/05/2023 08:43 SOB Nº 20230694136.
PROTOCOLO: 230694136 DE 24/05/2023. NIRE: 21600170869.
R CASTRO ARAUJO LTDA

JUCEMA

NATALIA AMORIM MORAIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 29/05/2023
empresafacil.ma.gov.br

Nº 206
Processo 21012025
Assinatura

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 15 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 15 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como Livro Diário nº 002, referente ao período 01/01/2023 a 31/12/2023, com encerramento do exercício social em 31/12/2023, da firma R CASTRO ARAUJO LTDA, estabelecida no(a) AV GONCALO BARBOSA LIMA, nº 12, bairro CENTRO, CEP 65712-000, cidade Lago dos Rodrigues, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 40.001.962/0001-80 e registrada no(a) JUCEMA sob o nº 2160017086-9 por despacho de 03/12/2020.

Lago dos Rodrigues-MA, 1 de Janeiro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
28/01/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	2	2.500,00	
28/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		2.500,00
			Totais do dia 28:	**2.500,00**	**2.500,00**
30/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	30.000,00	
30/01/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		30.000,00
30/01/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
30/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
30/01/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	3	120,00	
30/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	3		120,00
30/01/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	4	1.302,00	
30/01/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	4		1.302,00
30/01/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	5	104,16	
30/01/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	5		104,16
30/01/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	7	97,65	
30/01/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	7		97,65
30/01/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	201,12	
30/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		201,12
30/01/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	188,55	
30/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	9		188,55
30/01/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	10	3.000,00	
30/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	10		3.000,00
			Totais do dia 30:	**35.613,48**	**35.613,48**
31/01/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	1	1.204,35	
31/01/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	1		1.204,35
			Totais do dia 31:	**1.204,35**	**1.204,35**
			Totais do mês de Janeiro:	**39.317,83**	**39.317,83**
28/02/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	1	1.204,35	
28/02/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	1		1.204,35
28/02/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	2	29.000,00	
28/02/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	2		29.000,00
28/02/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	3	600,00	

Livro Diário Nº. 2

Assinatura

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
28/02/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	3		600,00
28/02/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	4	120,00	
28/02/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	4		120,00
28/02/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	5	1.302,00	
28/02/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	5		1.302,00
28/02/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	6	104,16	
28/02/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	6		104,16
28/02/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	7	97,65	
28/02/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	7		97,65
28/02/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	104,16	
28/02/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		104,16
28/02/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	97,65	
28/02/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	9		97,65
		Totais do dia 28:		**32.629,97**	**32.629,97**
		Totais do mês de Fevereiro:		**32.629,97**	**32.629,97**
30/03/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	31.500,00	
30/03/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		31.500,00
30/03/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	3	600,00	
30/03/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	3		600,00
		Totais do dia 30:		**32.100,00**	**32.100,00**
31/03/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	1	120,00	
31/03/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	1		120,00
31/03/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	2	1.302,00	
31/03/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	2		1.302,00
31/03/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	3	104,16	
31/03/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	3		104,16
31/03/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	4	97,65	
31/03/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	4		97,65
31/03/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	5	1.204,35	
31/03/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	5		1.204,35
31/03/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
		Pg.FGTS ref.	6	104,16	
31/03/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	6		104,16
31/03/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	7	97,65	
31/03/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	7		97,65
31/03/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	8	2.900,00	
31/03/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	8		2.900,00
			Totais do dia 31:	**5.929,97**	**5.929,97**
			Totais do mês de Março:	**38.029,97**	**38.029,97**
30/04/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	33.500,00	
30/04/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		33.500,00
30/04/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
30/04/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
30/04/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	3	120,00	
30/04/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	3		120,00
30/04/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	4	1.302,00	
30/04/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	4		1.302,00
30/04/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	5	104,16	
30/04/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	5		104,16
30/04/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	6	97,65	
30/04/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	6		97,65
30/04/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	7	1.204,35	
30/04/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	7		1.204,35
30/04/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	104,16	
30/04/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		104,16
30/04/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	97,65	
30/04/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	9		97,65
30/04/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	10	2.750,00	
30/04/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	10		2.750,00
			Totais do dia 30:	**39.879,97**	**39.879,97**
			Totais do mês de Abril:	**39.879,97**	**39.879,97**
31/05/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	32.900,00	
31/05/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
		Rec.receita de serviços nf	1		32.900,00
31/05/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
31/05/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
31/05/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	3	120,00	
31/05/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	3		120,00
31/05/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	4	1.302,00	
31/05/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	4		1.302,00
31/05/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	5	104,16	
31/05/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	5		104,16
31/05/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	6	97,65	
31/05/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	6		97,65
31/05/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	7	1.204,35	
31/05/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	7		1.204,35
31/05/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	104,16	
31/05/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		104,16
31/05/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	97,65	
31/05/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	9		97,65
31/05/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	10	2.450,00	
31/05/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	10		2.450,00
		Totais do dia 31:		**38.979,97**	**38.979,97**
		Totais do mês de Maio:		**38.979,97**	**38.979,97**
30/06/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	34.300,00	
30/06/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		34.300,00
30/06/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
30/06/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
30/06/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	3	120,00	
30/06/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	3		120,00
30/06/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	4	1.302,00	
30/06/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	4		1.302,00
30/06/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	5	104,16	
30/06/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
		Vr.prov.FGTS ref.	5		104,16
30/06/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	6	97,65	
30/06/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	6		97,65
30/06/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	7	1.204,35	
30/06/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	7		1.204,35
30/06/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	104,16	
30/06/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		104,16
30/06/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	97,65	
30/06/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	9		97,65
30/06/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	10	2.800,00	
30/06/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	10		2.800,00
		Totais do dia 30:		**40.729,97**	**40.729,97**
		Totais do mês de Junho:		**40.729,97**	**40.729,97**
31/07/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	29.900,00	
31/07/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		29.900,00
31/07/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
31/07/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
31/07/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	3	120,00	
31/07/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	3		120,00
31/07/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	4	1.302,00	
31/07/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	4		1.302,00
31/07/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	5	104,16	
31/07/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	5		104,16
31/07/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	6	97,65	
31/07/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	6		97,65
31/07/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	7	1.204,35	
31/07/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	7		1.204,35
31/07/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	104,16	
31/07/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		104,16
31/07/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	97,65	
31/07/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Assinatura ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
		Pg.INSS ref.	9		97,65
31/07/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	10	2.900,00	
31/07/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	10		2.900,00
			Totais do dia 31:	**36.429,97**	**36.429,97**
			Totais do mês de Julho:	**36.429,97**	**36.429,97**
31/08/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	30.500,00	
31/08/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		30.500,00
31/08/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
31/08/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
31/08/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	3	120,00	
31/08/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	3		120,00
31/08/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	4	1.302,00	
31/08/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	4		1.302,00
31/08/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	5	104,16	
31/08/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	5		104,16
31/08/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	6	97,65	
31/08/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	6		97,65
31/08/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	7	1.204,35	
31/08/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	7		1.204,35
31/08/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	104,16	
31/08/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		104,16
31/08/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	97,65	
31/08/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	9		97,65
31/08/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	10	2.600,00	
31/08/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	10		2.600,00
			Totais do dia 31:	**36.729,97**	**36.729,97**
			Totais do mês de Agosto:	**36.729,97**	**36.729,97**
30/09/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	31.400,00	
30/09/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		31.400,00
30/09/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
30/09/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
30/09/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
		Pg.internet ref.	3	120,00	
30/09/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	3		120,00
30/09/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	4	1.302,00	
30/09/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	4		1.302,00
30/09/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	5	104,16	
30/09/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	5		104,16
30/09/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	6	97,65	
30/09/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	6		97,65
30/09/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	7	1.204,35	
30/09/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	7		1.204,35
30/09/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	8	104,16	
30/09/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	8		104,16
30/09/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	9	97,65	
30/09/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	9		97,65
30/09/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	10	2.850,00	
30/09/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	10		2.850,00
		Totais do dia 30:		**37.879,97**	**37.879,97**
		Totais do mês de Setembro:		**37.879,97**	**37.879,97**
31/10/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	31.100,00	
31/10/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		31.100,00
31/10/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
31/10/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
31/10/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	3	1.302,00	
31/10/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	3		1.302,00
31/10/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	4	104,16	
31/10/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	4		104,16
31/10/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	5	97,65	
31/10/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	5		97,65
31/10/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	6	1.204,35	
31/10/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	6		1.204,35
31/10/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
		Pg.FGTS ref.	7	104,16	
31/10/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	7		104,16
31/10/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	8	97,65	
31/10/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	8		97,65
31/10/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	9	2.950,00	
31/10/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	9		2.950,00
		Totais do dia 31:		**37.559,97**	**37.559,97**
		Totais do mês de Outubro:		**37.559,97**	**37.559,97**
30/11/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	29.450,00	
30/11/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		29.450,00
30/11/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
30/11/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
30/11/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	3	1.302,00	
30/11/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	3		1.302,00
30/11/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	4	104,16	
30/11/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	4		104,16
30/11/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	5	97,65	
30/11/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	5		97,65
30/11/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	6	1.204,35	
30/11/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	6		1.204,35
30/11/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Pg.FGTS ref.	7	104,16	
30/11/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.FGTS ref.	7		104,16
30/11/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Pg.INSS ref.	8	97,65	
30/11/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.INSS ref.	8		97,65
30/11/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	9	2.990,00	
30/11/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	9		2.990,00
		Totais do dia 30:		**35.949,97**	**35.949,97**
		Totais do mês de Novembro:		**35.949,97**	**35.949,97**
30/12/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Rec.receita de serviços nf	1	31.700,00	
30/12/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Rec.receita de serviços nf	1		31.700,00
30/12/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Pg.alugueis ref.	2	600,00	
30/12/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Data	Conta	Histórico	Chave	Débito	Crédito
		Pg.alugueis ref.	2		600,00
30/12/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.salário ref.	3	1.302,00	
30/12/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.salário ref.	3		1.302,00
			Totais do dia 30:	**33.602,00**	**33.602,00**
31/12/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Pg.internet ref.	1	120,00	
31/12/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.internet ref.	1		120,00
31/12/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.prov.FGTS ref.	2	104,16	
31/12/2023	2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher				
		Vr.prov.FGTS ref.	2		104,16
31/12/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Vr.prov.INSS ref.	4	97,65	
31/12/2023	2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher				
		Vr.prov.INSS ref.	4		97,65
31/12/2023	2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar				
		Pg.funcionários ref.	5	1.204,35	
31/12/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.funcionários ref.	5		1.204,35
31/12/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Pg.alugueis ref.	7	2.910,00	
31/12/2023	1.01.01.01.01.0001 - Caixa				
		Pg.alugueis ref.	7		2.910,00
31/12/2023	3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8	375.250,00	
31/12/2023	6.01 - Apuração do Exercício				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8	1.200,00	
31/12/2023	6.01 - Apuração do Exercício				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8	1.249,92	
31/12/2023	6.01 - Apuração do Exercício				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8	7.200,00	
31/12/2023	6.01 - Apuração do Exercício				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8	15.624,00	
31/12/2023	6.01 - Apuração do Exercício				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8	33.600,00	
31/12/2023	6.01 - Apuração do Exercício				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8	316.376,08	
31/12/2023	2.07.07.01.01.0001 - Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8		316.376,08
31/12/2023	3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8		33.600,00
31/12/2023	3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8		15.624,00
31/12/2023	3.01.01.07.01.0013 - FGTS				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8		1.249,92
31/12/2023	3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8		7.200,00
31/12/2023	3.01.01.07.01.0072 - Internet				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8		1.200,00
31/12/2023	6.01 - Apuração do Exercício				
		Vr.encerramento do exercício 2023	8		375.250,00
			Totais do dia 31:	**754.936,16**	**754.936,16**
			Totais do mês de Dezembro:	**788.538,16**	**788.538,16**

Balanço Patrimonial

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Conta	Descrição	31/12/2023
1	*** Ativo ***	563.997,37 D
1.01	Ativo Circulante	464.497,37 D
1.01.01	Disponibilidades	464.497,37 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	464.497,37 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	464.497,37 D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	464.497,37 D
1.07	Ativo não Circulante	99.500,00 D
1.07.04	Imobilizado	99.500,00 D
1.07.04.01	Bens em Operação	99.500,00 D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	99.500,00 D
1.07.04.01.01.0003	Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais	99.500,00 D
2	*** Passivo ***	563.997,37 C
2.01	Passivo Circulante	3.316,81 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	3.316,81 C
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	3.316,81 C
2.01.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	201,81 C
2.01.01.03.01.0001	INSS a Recolher	97,65 C
2.01.01.03.01.0002	FGTS a Recolher	104,16 C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	3.115,00 C
2.01.01.03.03.0010	Simples a Recolher	3.115,00 C
2.07	Patrimônio Líquido	560.680,56 C
2.07.01	Capital Realizado	104.500,00 C
2.07.01.01	Capital Social	104.500,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	104.500,00 C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País	104.500,00 C
2.07.07	Outras Contas	456.180,56 C
2.07.07.01	Outras Contas	456.180,56 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	456.180,56 C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia	456.180,56 C

Data de Encerramento: 31/12/2023
Valor de Ativo e Passivo: R$ 563.997,37 (Quinhentos e Sessenta e Três Mil Novecentos e Noventa e Sete Reais e Trinta e Sete Centavos) .

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04
RG: 1234527992

Demonstração do Resultado do Exercício

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80
Estabelecimentos: Todos; Centros de Resultado: Todos

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1

Conta	Descrição	01/01/2023 a 31/12/2023
(+) 010	Receita Bruta Operacional	375.250,00
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	375.250,00
010.01.03	Vendas de Serviços	375.250,00
(=) 030	Receita Líquida	375.250,00
(-) 040	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	33.600,00
040.01	Custo dos Produtos Vendidos	33.600,00
(=) 060	Lucro Bruto	341.650,00
(-) 070	Despesas Operacionais	25.273,92
070.01	Despesas Administrativas	25.273,92
(=) 110	Res. Antes das Participações e Contrib.	316.376,08
(=) 150	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	316.376,08
(=) 200	Resultado Líquido do Exercicio	316.376,08

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04
RG: 1234527992

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31/12/2023

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80

ADMIN
Fortes Contábil 7.212.1
Nº
Processo 21012025
Assinatura

Nota 1 - Práticas Contábeis

1.1 - Disponibilidades

VALOR PROVENIENTE DE RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A AVISTA

Nota 2 - Patrimônio Líquido

2.1 - Resultado do Exercício

LCRO LIQUIDO DO EXERCICIO R$ 316.376,08

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04
RG: 1234527992

Nº 219
Processo 21/01/2025
Assinatura

Balancete Contábil

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	*** Ativo ***	247.607,34 D	375.250,00	58.859,97	563.997,37 D
1.01	Ativo Circulante	148.107,34 D	375.250,00	58.859,97	464.497,37 D
1.01.01	Disponibilidades	148.107,34 D	375.250,00	58.859,97	464.497,37 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	148.107,34 D	375.250,00	58.859,97	464.497,37 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	148.107,34 D	375.250,00	58.859,97	464.497,37 D
1.01.01.01.01.0001	Caixa	148.107,34 D	375.250,00	58.859,97	464.497,37 D
1.07	Ativo não Circulante	99.500,00 D	0,00	0,00	99.500,00 D
1.07.04	Imobilizado	99.500,00 D	0,00	0,00	99.500,00 D
1.07.04.01	Bens em Operação	99.500,00 D	0,00	0,00	99.500,00 D
1.07.04.01.01	Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação d	99.500,00 D	0,00	0,00	99.500,00 D
1.07.04.01.01.0003	Equipamentos, Máquinas e Instalações Indus	99.500,00 D	0,00	0,00	99.500,00 D
2	*** Passivo ***	247.607,34 C	18.031,77	334.421,80	563.997,37 C
2.01	Passivo Circulante	3.302,86 C	18.031,77	18.045,72	3.316,81 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	3.302,86 C	18.031,77	18.045,72	3.316,81 C
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fisca	3.302,86 C	18.031,77	18.045,72	3.316,81 C
2.01.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	187,86 C	18.031,77	18.045,72	201,81 C
2.01.01.03.01.0001	INSS a Recolher	90,90 C	1.165,05	1.171,80	97,65 C
2.01.01.03.01.0002	FGTS a Recolher	96,96 C	1.242,72	1.249,92	104,16 C
2.01.01.03.01.0010	Salários a Pagar	0,00	15.624,00	15.624,00	0,00
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	3.115,00 C	0,00	0,00	3.115,00 C
2.01.01.03.03.0010	Simples a Recolher	3.115,00 C	0,00	0,00	3.115,00 C
2.07	Patrimônio Líquido	244.304,48 C	0,00	316.376,08	560.680,56 C
2.07.01	Capital Realizado	104.500,00 C	0,00	0,00	104.500,00 C
2.07.01.01	Capital Social	104.500,00 C	0,00	0,00	104.500,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no	104.500,00 C	0,00	0,00	104.500,00 C
2.07.01.01.01.0001	Capital Subscrito de Domiciliados e Resident	104.500,00 C	0,00	0,00	104.500,00 C
2.07.07	Outras Contas	139.804,48 C	0,00	316.376,08	456.180,56 C
2.07.07.01	Outras Contas	139.804,48 C	0,00	316.376,08	456.180,56 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	139.804,48 C	0,00	316.376,08	456.180,56 C
2.07.07.01.01.0001	Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição	139.804,48 C	0,00	316.376,08	456.180,56 C
3	Resultado Líquido do Período	0,00	434.123,92	434.123,92	0,00
3.01	Result Liq do Período Antes do IRPJ e da CSLL	0,00	434.123,92	434.123,92	0,00
3.01.01	Resultado Operacional	0,00	434.123,92	434.123,92	0,00
3.01.01.01	Receita Líquida	0,00	375.250,00	375.250,00	0,00
3.01.01.01.01	Receita Bruta	0,00	375.250,00	375.250,00	0,00
3.01.01.01.01.0006	Receita da Prestação de Serviços - Mercado	0,00	375.250,00	375.250,00	0,00
3.01.01.03	Custo dos Bens e Serviços Vendidos	0,00	33.600,00	33.600,00	0,00
3.01.01.03.02	Custo dos Produtos de Fabricação Própria Pro	0,00	33.600,00	33.600,00	0,00
3.01.01.03.02.0057	Aluguél de Equipamentos	0,00	33.600,00	33.600,00	0,00
3.01.01.07	Despesas Operacionais	0,00	25.273,92	25.273,92	0,00
3.01.01.07.01	Despesas Operacionais das Atividades em Ger	0,00	25.273,92	25.273,92	0,00
3.01.01.07.01.0003	Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remune	0,00	15.624,00	15.624,00	0,00
3.01.01.07.01.0013	FGTS	0,00	1.249,92	1.249,92	0,00
3.01.01.07.01.0024	Aluguéis	0,00	7.200,00	7.200,00	0,00
3.01.01.07.01.0072	Internet	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
6	Sistema Auxiliar de Contas	0,00	375.250,00	375.250,00	0,00
6.01	Apuração do Exercício	0,00	375.250,00	375.250,00	0,00
		0,00	1.202.655,69	1.202.655,69	0,00

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04
RG: 1234527992

Processo 21010120 25
Assinatura

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 15 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 15 em uma via, todas elas já escrituradas e serviu como Livro Diário nº 002, referente ao período 01/01/2023 a 31/12/2023, com encerramento do exercício social em 31/12/2023, da firma R CASTRO ARAUJO LTDA, estabelecida no(a) AV GONCALO BARBOSA LIMA, nº 12, bairro CENTRO, CEP 65712-000, cidade Lago dos Rodrigues, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 40.001.962/0001-80 e registrada no(a) JUCEMA sob o nº 2160017086-9 por despacho de 03/12/2020.

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa R CASTRO ARAUJO LTDA consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
03441659309	MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
91822815304	REINALDO CASTRO ARAUJO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 16/05/2024 10:56 SOB Nº 20240631382.
PROTOCOLO: 240631382 DE 09/05/2024. NIRE: 21600170869.
R CASTRO ARAUJO LTDA

JUCEMA

ROSSI AUREA CAVALCANTE DE FREITAS MELO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 16/05/2024
empresafacil.ma.gov.br

Nº 222
Processo 2401012025
Assinatura

TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 8 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 8 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como Livro Razão nº 002, referente ao período 01/01/2023 a 31/12/2023, com encerramento do exercício social em 31/12/2023, da firma R CASTRO ARAUJO LTDA, estabelecida no(a) AV GONCALO BARBOSA LIMA, nº 12, bairro CENTRO, CEP 65712-000, cidade Lago dos Rodrigues, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 40.001.962/0001-80 e registrada no(a) JUCEMA sob o nº 2160017086-9 por despacho de 03/12/2020.

Lago dos Rodrigues-MA, 1 de Janeiro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04

Livro Razão

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA — ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 — Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos; Todos

Data	Histórico	Contrapart.	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 1.01.01.01.01.0001 - Caixa						
	*** SALDO ANTERIOR ***					148.107,34D
28/01/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	2		2.500,00	145.607,34D
30/01/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	30.000,00		175.607,34D
30/01/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	175.007,34D
30/01/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	3		120,00	174.887,34D
30/01/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		201,12	174.686,22D
30/01/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		188,55	174.497,67D
30/01/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	10		3.000,00	171.497,67D
31/01/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	1		1.204,35	170.293,32D
28/02/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	2	29.000,00		199.293,32D
28/02/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	1		1.204,35	198.088,97D
28/02/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	3		600,00	197.488,97D
28/02/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	4		120,00	197.368,97D
28/02/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		104,16	197.264,81D
28/02/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		97,65	197.167,16D
30/03/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	31.500,00		228.667,16D
30/03/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	3		600,00	228.067,16D
31/03/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	1		120,00	227.947,16D
31/03/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	5		1.204,35	226.742,81D
31/03/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	6		104,16	226.638,65D
31/03/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	7		97,65	226.541,00D
31/03/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	8		2.900,00	223.641,00D
30/04/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	33.500,00		257.141,00D
30/04/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	256.541,00D
30/04/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	3		120,00	256.421,00D
30/04/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	7		1.204,35	255.216,65D
30/04/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		104,16	255.112,49D
30/04/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		97,65	255.014,84D
30/04/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	10		2.750,00	252.264,84D
31/05/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	32.900,00		285.164,84D
31/05/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	284.564,84D
31/05/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	3		120,00	284.444,84D
31/05/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	7		1.204,35	283.240,49D
31/05/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		104,16	283.136,33D
31/05/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		97,65	283.038,68D
31/05/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	10		2.450,00	280.588,68D
30/06/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	34.300,00		314.888,68D
30/06/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	314.288,68D
30/06/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	3		120,00	314.168,68D
30/06/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	7		1.204,35	312.964,33D
30/06/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		104,16	312.860,17D
30/06/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		97,65	312.762,52D
30/06/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	10		2.800,00	309.962,52D
31/07/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	29.900,00		339.862,52D
31/07/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	339.262,52D
31/07/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	3		120,00	339.142,52D
31/07/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	7		1.204,35	337.938,17D
31/07/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		104,16	337.834,01D
31/07/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		97,65	337.736,36D
31/07/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	10		2.900,00	334.836,36D
31/08/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	30.500,00		365.336,36D
31/08/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	364.736,36D
31/08/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	3		120,00	364.616,36D
31/08/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	7		1.204,35	363.412,01D
31/08/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		104,16	363.307,85D
31/08/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		97,65	363.210,20D
31/08/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	10		2.600,00	360.610,20D

Livro Razão

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos; Todos

Data	Histórico	Contrapart.	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 1.01.01.01.01.0001 - Caixa						
30/09/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	31.400,00		392.010,20D
30/09/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	391.410,20D
30/09/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	3		120,00	391.290,20D
30/09/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	7		1.204,35	390.085,85D
30/09/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	8		104,16	389.981,69D
30/09/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	9		97,65	389.884,04D
30/09/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	10		2.850,00	387.034,04D
31/10/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	31.100,00		418.134,04D
31/10/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	417.534,04D
31/10/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	6		1.204,35	416.329,69D
31/10/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	7		104,16	416.225,53D
31/10/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	8		97,65	416.127,88D
31/10/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	9		2.950,00	413.177,88D
30/11/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	29.450,00		442.627,88D
30/11/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	442.027,88D
30/11/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	6		1.204,35	440.823,53D
30/11/2023	Pg.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	7		104,16	440.719,37D
30/11/2023	Pg.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	8		97,65	440.621,72D
30/11/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	9		2.990,00	437.631,72D
30/12/2023	Rec.receita de serviços nf	3.01.01.01.01.0006	1	31.700,00		469.331,72D
30/12/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.07.01.0024	2		600,00	468.731,72D
31/12/2023	Pg.internet ref.	3.01.01.07.01.0072	1		120,00	468.611,72D
31/12/2023	Pg.funcionários ref.	2.01.01.03.01.0010	5		1.204,35	467.407,37D
31/12/2023	Pg.alugueis ref.	3.01.01.03.02.0057	7		2.910,00	464.497,37D
Resumo da conta 1.01.01.01.01.0001 (s.ant./ent./saíd./s.at.):		**148.107,34D**		**375.250,00**	**58.859,97**	**464.497,37D**
Conta: 1.07.04.01.01.0003 - Equipamentos, Máquinas e Instalações Industriais						
	*** SALDO ANTERIOR ***					99.500,00D
Resumo da conta 1.07.04.01.01.0003 (s.ant./ent./saíd./s.at.):		**99.500,00D**		**0,00**	**0,00**	**99.500,00D**
Conta: 2.01.01.03.01.0001 - INSS a Recolher						
	*** SALDO ANTERIOR ***					90,90C
30/01/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	7		97,65	188,55C
30/01/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	188,55		0,00
28/02/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	7		97,65	97,65C
28/02/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	97,65		0,00
31/03/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	4		97,65	97,65C
31/03/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	7	97,65		0,00
30/04/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	6		97,65	97,65C
30/04/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	97,65		0,00
31/05/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	6		97,65	97,65C
31/05/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	97,65		0,00
30/06/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	6		97,65	97,65C
30/06/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	97,65		0,00
31/07/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	6		97,65	97,65C
31/07/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	97,65		0,00
31/08/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	6		97,65	97,65C
31/08/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	97,65		0,00
30/09/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	6		97,65	97,65C
30/09/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	9	97,65		0,00
31/10/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	5		97,65	97,65C
31/10/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	97,65		0,00
30/11/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	5		97,65	97,65C
30/11/2023	Pg.INSS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	97,65		0,00
31/12/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0010	4		97,65	97,65C
Resumo da conta 2.01.01.03.01.0001 (s.ant./ent./saíd./s.at.):		**90,90C**		**1.165,05**	**1.171,80**	**97,65C**
Conta: 2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher						
	*** SALDO ANTERIOR ***					96,96C

Livro Razão

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos; Todos

Data	Histórico	Contrapart.	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 2.01.01.03.01.0002 - FGTS a Recolher						
30/01/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	5		104,16	201,12C
30/01/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	201,12		0,00
28/02/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	6		104,16	104,16C
28/02/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	104,16		0,00
31/03/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	3		104,16	104,16C
31/03/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	6	104,16		0,00
30/04/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	5		104,16	104,16C
30/04/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	104,16		0,00
31/05/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	5		104,16	104,16C
31/05/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	104,16		0,00
30/06/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	5		104,16	104,16C
30/06/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	104,16		0,00
31/07/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	5		104,16	104,16C
31/07/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	104,16		0,00
31/08/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	5		104,16	104,16C
31/08/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	104,16		0,00
30/09/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	5		104,16	104,16C
30/09/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	8	104,16		0,00
31/10/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	4		104,16	104,16C
31/10/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	7	104,16		0,00
30/11/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	4		104,16	104,16C
30/11/2023	Pg.FGTS ref.	1.01.01.01.01.0001	7	104,16		0,00
31/12/2023	Vr.prov.FGTS ref.	3.01.01.07.01.0013	2		104,16	104,16C
Resumo da conta 2.01.01.03.01.0002 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**96,96C**	**1.242,72**	**1.249,92**	**104,16C**
Conta: 2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
30/01/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	4		1.302,00	1.302,00C
30/01/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	7	97,65		1.204,35C
31/01/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	1	1.204,35		0,00
28/02/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	5		1.302,00	1.302,00C
28/02/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	1	1.204,35		97,65C
28/02/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	7	97,65		0,00
31/03/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	2		1.302,00	1.302,00C
31/03/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	4	97,65		1.204,35C
31/03/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	5	1.204,35		0,00
30/04/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	4		1.302,00	1.302,00C
30/04/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	6	97,65		1.204,35C
30/04/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	7	1.204,35		0,00
31/05/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	4		1.302,00	1.302,00C
31/05/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	6	97,65		1.204,35C
31/05/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	7	1.204,35		0,00
30/06/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	4		1.302,00	1.302,00C
30/06/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	6	97,65		1.204,35C
30/06/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	7	1.204,35		0,00
31/07/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	4		1.302,00	1.302,00C
31/07/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	6	97,65		1.204,35C
31/07/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	7	1.204,35		0,00
31/08/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	4		1.302,00	1.302,00C
31/08/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	6	97,65		1.204,35C
31/08/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	7	1.204,35		0,00
30/09/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	4		1.302,00	1.302,00C
30/09/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	6	97,65		1.204,35C
30/09/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	7	1.204,35		0,00
31/10/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	3		1.302,00	1.302,00C
31/10/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	5	97,65		1.204,35C
31/10/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	6	1.204,35		0,00
30/11/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	3		1.302,00	1.302,00C

Livro Razão

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos; Todos

Data	Histórico	Contrapart.	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 2.01.01.03.01.0010 - Salários a Pagar						
30/11/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	5	97,65		1.204,35C
30/11/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	6	1.204,35		0,00
30/12/2023	Vr.salário ref.	3.01.01.07.01.0003	3		1.302,00	1.302,00C
31/12/2023	Vr.prov.INSS ref.	2.01.01.03.01.0001	4	97,65		1.204,35C
31/12/2023	Pg.funcionários ref.	1.01.01.01.01.0001	5	1.204,35		0,00
Resumo da conta 2.01.01.03.01.0010 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**0,00**	**15.624,00**	**15.624,00**	**0,00**
Conta: 2.01.01.03.03.0010 - Simples a Recolher						
	*** SALDO ANTERIOR ***					3.115,00C
Resumo da conta 2.01.01.03.03.0010 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**3.115,00C**	**0,00**	**0,00**	**3.115,00C**
Conta: 2.07.01.01.01.0001 - Capital Subscrito de Domiciliados e Residentes no País						
	*** SALDO ANTERIOR ***					104.500,00C
Resumo da conta 2.07.01.01.01.0001 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**104.500,00C**	**0,00**	**0,00**	**104.500,00C**
Conta: 2.07.07.01.01.0001 - Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembléia						
	*** SALDO ANTERIOR ***					139.804,48C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8		316.376,08	456.180,56C
Resumo da conta 2.07.07.01.01.0001 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**139.804,48C**	**0,00**	**316.376,08**	**456.180,56C**
Conta: 3.01.01.01.01.0006 - Receita da Prestação de Serviços - Mercado Interno						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
30/01/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		30.000,00	30.000,00C
28/02/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	2		29.000,00	59.000,00C
30/03/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		31.500,00	90.500,00C
30/04/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		33.500,00	124.000,00C
31/05/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		32.900,00	156.900,00C
30/06/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		34.300,00	191.200,00C
31/07/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		29.900,00	221.100,00C
31/08/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		30.500,00	251.600,00C
30/09/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		31.400,00	283.000,00C
31/10/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		31.100,00	314.100,00C
30/11/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		29.450,00	343.550,00C
30/12/2023	Rec.receita de serviços nf	1.01.01.01.01.0001	1		31.700,00	375.250,00C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8	375.250,00		0,00
Resumo da conta 3.01.01.01.01.0006 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**0,00**	**375.250,00**	**375.250,00**	**0,00**
Conta: 3.01.01.03.02.0057 - Aluguél de Equipamentos						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
28/01/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	2.500,00		2.500,00D
30/01/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	10	3.000,00		5.500,00D
31/03/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	8	2.900,00		8.400,00D
30/04/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	10	2.750,00		11.150,00D
31/05/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	10	2.450,00		13.600,00D
30/06/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	10	2.800,00		16.400,00D
31/07/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	10	2.900,00		19.300,00D
31/08/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	10	2.600,00		21.900,00D
30/09/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	10	2.850,00		24.750,00D
31/10/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	9	2.950,00		27.700,00D
30/11/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	9	2.990,00		30.690,00D
31/12/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	7	2.910,00		33.600,00D
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8		33.600,00	0,00
Resumo da conta 3.01.01.03.02.0057 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**0,00**	**33.600,00**	**33.600,00**	**0,00**
Conta: 3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
30/01/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	4	1.302,00		1.302,00D
28/02/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	5	1.302,00		2.604,00D
31/03/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	2	1.302,00		3.906,00D
30/04/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	4	1.302,00		5.208,00D

Livro Razão

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos; Todos

Data	Histórico	Contrapart.	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 3.01.01.07.01.0003 - Ordenados, Salários, Gratif e Outras Remuner a Empregados						
31/05/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	4	1.302,00		6.510,00D
30/06/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	4	1.302,00		7.812,00D
31/07/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	4	1.302,00		9.114,00D
31/08/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	4	1.302,00		10.416,00D
30/09/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	4	1.302,00		11.718,00D
31/10/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	3	1.302,00		13.020,00D
30/11/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	3	1.302,00		14.322,00D
30/12/2023	Vr.salário ref.	2.01.01.03.01.0010	3	1.302,00		15.624,00D
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8		15.624,00	0,00
Resumo da conta 3.01.01.07.01.0003 (s.ant./ent./saíd./s.at.):				**0,00**	**15.624,00**	**15.624,00**	**0,00**
Conta: 3.01.01.07.01.0013 - FGTS						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
30/01/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	5	104,16		104,16D
28/02/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	6	104,16		208,32D
31/03/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	3	104,16		312,48D
30/04/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	5	104,16		416,64D
31/05/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	5	104,16		520,80D
30/06/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	5	104,16		624,96D
31/07/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	5	104,16		729,12D
31/08/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	5	104,16		833,28D
30/09/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	5	104,16		937,44D
31/10/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	4	104,16		1.041,60D
30/11/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	4	104,16		1.145,76D
31/12/2023	Vr.prov.FGTS ref.	2.01.01.03.01.0002	2	104,16		1.249,92D
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8		1.249,92	0,00
Resumo da conta 3.01.01.07.01.0013 (s.ant./ent./saíd./s.at.):				**0,00**	**1.249,92**	**1.249,92**	**0,00**
Conta: 3.01.01.07.01.0024 - Aluguéis						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
30/01/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		600,00D
28/02/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	3	600,00		1.200,00D
30/03/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	3	600,00		1.800,00D
30/04/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		2.400,00D
31/05/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		3.000,00D
30/06/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		3.600,00D
31/07/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		4.200,00D
31/08/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		4.800,00D
30/09/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		5.400,00D
31/10/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		6.000,00D
30/11/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		6.600,00D
30/12/2023	Pg.alugueis ref.	1.01.01.01.01.0001	2	600,00		7.200,00D
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8		7.200,00	0,00
Resumo da conta 3.01.01.07.01.0024 (s.ant./ent./saíd./s.at.):				**0,00**	**7.200,00**	**7.200,00**	**0,00**
Conta: 3.01.01.07.01.0072 - Internet						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
30/01/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	3	120,00		120,00D
28/02/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	4	120,00		240,00D
31/03/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	1	120,00		360,00D
30/04/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	3	120,00		480,00D
31/05/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	3	120,00		600,00D
30/06/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	3	120,00		720,00D
31/07/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	3	120,00		840,00D
31/08/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	3	120,00		960,00D
30/09/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	3	120,00		1.080,00D
31/12/2023	Pg.internet ref.	1.01.01.01.01.0001	1	120,00		1.200,00D
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8		1.200,00	0,00
Resumo da conta 3.01.01.07.01.0072 (s.ant./ent./saíd./s.at.):				**0,00**	**1.200,00**	**1.200,00**	**0,00**

Continua...

Livro Razão

Licenciado para: RODRIGO FRANCELINO DE SOUZA ADMIN
Empresa: R CASTRO ARAUJO LTDA - CNPJ: 40.001.962/0001-80 Fortes Contábil 7.212.1
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos; Todos

Data	Histórico	Contrapart.	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta: 3.01.01.07.01.0072 - Internet						
Conta: 6.01 - Apuração do Exercício						
	*** SALDO ANTERIOR ***					0,00
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8		375.250,00	375.250,00C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8	33.600,00		341.650,00C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8	15.624,00		326.026,00C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8	1.249,92		324.776,08C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8	7.200,00		317.576,08C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8	1.200,00		316.376,08C
31/12/2023	Vr.encerramento do exercício 2023	(diversas)	8	316.376,08		0,00
Resumo da conta 6.01 (s.ant./ent./saíd./s.at.):			**0,00**	**375.250,00**	**375.250,00**	**0,00**

Processo 29012025
Assinatura

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente livro 8 páginas, eletronicamente numeradas de 1 a 8 em uma via, todas elas já escrituradas e servirá como Livro Razão nº 002, referente ao período 01/01/2023 a 31/12/2023, com encerramento do exercício social em 31/12/2023, da firma R CASTRO ARAUJO LTDA, estabelecida no(a) AV GONCALO BARBOSA LIMA, nº 12, bairro CENTRO, CEP 65712-000, cidade Lago dos Rodrigues, estado MA, inscrita no C.N.P.J. 40.001.962/0001-80 e registrada no(a) JUCEMA sob o nº 2160017086-9 por despacho de 03/12/2020.

Lago dos Rodrigues-MA, 31 de Dezembro de 2023

Marcelo Barbosa Ferreira Gomes
Contador
CPF: 034.416.593-09
CRC: 013149-O-MA

Reinaldo Castro Araújo
Administrador
CPF: 918.228.153-04

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa R CASTRO ARAUJO LTDA consta assinado digitalmente por:

CPF/CNPJ	Nome
03441659309	MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
91822815304	REINALDO CASTRO ARAUJO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 16/05/2024 11:06 SOB Nº 20240631242.
PROTOCOLO: 240631242 DE 09/05/2024. NIRE: 21600170869.
R CASTRO ARAUJO LTDA

JUCEMA

ROSSI AUREA CAVALCANTE DE FREITAS MELO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 16/05/2024
empresafacil.ma.gov.br

Nº 231
Processo 21/01/2025
JUCEMA Assinatura

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ROSSI AUREA CAVALCANTE DE FREITAS MELO, sob a autenticidade nº 12406890040 em 16/05/2024, protocolo 240631242. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação da Empresa	
Nome Empresarial:	R CASTRO ARAUJO LTDA
Número de Registro:	21600170869
CNPJ:	40001962000180
Munícipio:	Lago dos Rodrigues

Tipo de Livro:	RAZÃO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

03441659309	MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES	MA013149
91822815304	REINALDO CASTRO ARAUJO	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 16/05/2024 11:06 SOB Nº 20240631242.
PROTOCOLO: 240631242 DE 09/05/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12406890040. NIRE: 21600170869.
R CASTRO ARAUJO LTDA

JUCEMA

ROSSI AUREA CAVALCANTE DE FREITAS MELO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 16/05/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Nº 232
Processo 21/01/2025
Assinatura

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ROSSI AUREA CAVALCANTE DE FREITAS MELO, sob a autenticidade nº 12406888771 em 16/05/2024, protocolo 240631382. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Nome Empresarial:	R CASTRO ARAUJO LTDA
Número de Registro:	21600170869
CNPJ:	40001962000180
Município:	Lago dos Rodrigues

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

03441659309	MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES	MA013149
91822815304	REINALDO CASTRO ARAUJO	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 16/05/2024 10:56 SOB Nº 20240631382.
PROTOCOLO: 240631382 DE 09/05/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12406888771. NIRE: 21600170869.
R CASTRO ARAUJO LTDA

JUCEMA

ROSSI AUREA CAVALCANTE DE FREITAS MELO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 16/05/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Nº 233
Processo 21/01/2025
Assinatura

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCELO BARBOSA FERREIRA GOMES
REGISTRO.....	: MA-013149/O-5
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.416.593-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 07/11/2024 as 09:26:15.
Válido até: 05/02/2025.
Código de Controle: 488255.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

Nº 234
Processo 21/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINÓPOLIS
Rua Getúlio Vargas, nº 304 – Centro– CEP: 65.750-000
CNPJ Nº 69.390.623/0001-14

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINÓPOLIS, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 304, Centro, Esperantinópolis – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 69.390.623/0001-14, representada neste ato pelo Presidente da Câmara, Sr. Francisco William de Oliveira Lira, portador do RG nº 012576761999-6-SSP/MA e do CPF nº 017.006.283-05, **ATESTA** que a empresa R. Castro Araújo LTDA, situada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.001.962/0001-80, representada neste ato pelo Sr. Reinaldo Castro Araújo, portador do RG nº 1234527992–GEJUSPC/MA e do CPF nº 918.228.153-04, já nos prestou serviços a seguir expressos:

CONTRATO Nº 020302/2023

Prestação de serviços de produção, hospedagem, alimentação e atualização do web site e Diário Oficial na forma da LC nº 131/2009 e Lei nº 12.527/2011, de interesse da Câmara Municipal de Esperantinópolis – MA.	
Item	Especificação
01	**CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO WEBSITE:** O Website deverá ficar de acordo com as características e tecnologias (mínimas) abaixo relacionadas: O portal deverá ser compatível com as tecnologias: PHP, Javascript, HTML, CS3, bem como com os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari, Opera e Internet Explorer; Gestão Search Engine Optimization (SEO): O Portal deverá conter funcionalidades para que os sites de busca o encontrem com facilidade, de acordo com as palavras pesquisadas pelo internauta (Atenção especial para o Google); URL's amigáveis: será possível alterar a terminação da página em qualquer conteúdo do site; Ser customizável para alterações e criação de novos Menus e Submenus, Banners, Páginas para ocasiões especiais, fotos, links, vídeos, dentre outros, integrando um gerenciador de conteúdos que permite atualizar os principais conteúdos, como textos, imagens, fotos e vídeos, não tendo custo para manutenções de rotina; Ter um alto padrão de qualidade sendo fácil e intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo agradável e visualmente atraente; Ser um site planejado e estruturado, pensando sempre na usabilidade, navegabilidade e acessibilidade dos usuários através dos padrões Web Standards / W3C; Facilitar a gestão do conteúdo divulgado; Ser de acesso fácil, simples e rápido; A página inicial deverá está atualizada de forma objetiva, curta e direta; Possibilitar que, em qualquer ponto do website, seja possível retornar a página principal e para o topo da página em apenas um click. **CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS MENUS E PUBLICAÇÕES:** TOP Menu: Localizado na parte superior do site, de forma fixa; Na opção ouvidoria: Deve conter informações sobre o que é, objetivo, o que a ouvidoria proporciona e como funciona: Main Menu: Principal menu do site, a disposição de conteúdo deverá ser de pelo menos de sete níveis, contendo em no mínimo as opções: página inicial, informações sobre a cidade, notícias, transparência, legislação, publicações e diário da Câmara (o conteúdo desses links deverá ser gerado em conjunto com a Câmara Municipal); No menu da Institucional: Deve expor informações sobre a Câmara Municipal, como Estrutura Administrativa, Organograma, Documentos, dentre outras informações; No menu publicações: Deve apresentar resoluções, leis, atas, avisos e outros; No menu legislação: Deve conter Leis, Decretos, Normas, Resoluções e Outros; No menu informações sobre a cidade: Deverá conter informações importantes sobre a cidade dentre outras; No menu notícias: Deve conter informações sobre o legislativo municipal dentre outras; No menu transparência: Deve conter todas as informações conforme legislação vigente; Diário da Câmara: Deve conter todas as informações conforme legislação vigente; Banners: Deve permitir a disposição de um conjunto de banners informativos;

Nº 235
Processo 21/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANTINÓPOLIS
Rua Getúlio Vargas, nº 304 – Centro– CEP: 65.750-000
CNPJ Nº 69.390.623/0001-14

	Pesquisa: Uma plataforma de pesquisa bem elaborada que consiga procurar dentro de todo o site, exibindo os resultados em raízes, desde palavras chaves, títulos e palavras dentro do texto. A pesquisa deve ser dividida em simples e avançada, com ferramenta de filtro de datas e categorias do conteúdo e notícias; Vídeos: espaço para adicionar vídeos pequenos, tanto código embed do youtube quanto enviado diretamente do navegador (mp4, wmv, mpg); A contratante poderá a seu critério solicitar outras alterações/atualizações na página do site ficando a contratada a inteira disposição para realizar os serviços solicitados. • **HOSPEDAGEM DO WEB SITE:** A hospedagem do site é de inteira responsabilidade da contratada, ficando a mesma na responsabilidade de manter o site no ar 24 horas por dia; Caso o site fique fora do ar, o contratado após verificação da ocorrência ou acionada via solicitação por parte da contratante, deverá solucionar o problema no prazo máximo de 24 horas; Ao término do contrato a contratada deverá fornecer todos os dados a contratante; As despesas com hospedagem do site ficam sobe inteira responsabilidade da contratada.
02	Produção do site institucional, diário oficial do órgão e integração com o portal da transparência.

CONTRATO Nº 010303/2023

Prestação de serviços de locação, manutenção, atualização, treinamento e hospedagem de sistema de gerenciamento de arquivos para envio ao portal da transparência e sistema do TCE/MA, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Esperantinópolis – MA.

Item	Especificação
01	• O sistema deverá compreender, layout fácil e intuitivo; • Sistema para gerenciamento de documentos; • Gerar e processar arquivos JavaScript Object Notation (JSON) e codificação binária do tipo 8-bit Unicode Transformation Format (UTF-8); • No mínimo 2 logins de acesso; • Gerenciamento e upload de arquivos conforme IN nº 73/2022/TCE/MA e posteriores alterações; • Suporte por e-mail ou telefone de segunda a sexta feira em horário comercial; • Realização de treinamento sobre a operacionalização do sistema sempre que for solicitado pela contratante, ou sempre que houver atualização do sistema durante a vigência do contrato; • Atualização do sistema sempre que houver necessidade por parte da administração ou sempre que houver mudança na legislação; • Hospedagem do sistema; • Integração com o portal da transparência do órgão.

Esperantinópolis - Maranhão, 10 de Janeiro de 2024.

Francisco William de Oliveira Lira

Câmara Municipal de Esperantinópolis – MA
Francisco William de Oliveira Lira
Presidente da Câmara Municipal

Nº 236
Processo
Assinatura

POÇÃO DE PEDRAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Poção de Pedras - MA, Localizada na Rua Manoel Máximo nº38. Através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos deste Legislativo, ***ATESTA*** que a empresa: **R CASTRO ARAUJO LTDA**, Inscrita no CNPJ nº **40.001.962/0001-80**, localizada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, tendo como representante o Sr. Reinaldo Castro Araújo, portador do RG de nº 1234527992 – GEJUSPC/MA e CPF de nº 918.228.153-04, já nos prestou serviços, cujo objeto trata da prestação de serviços de instalação e manutenção de Web Site, de interesse da Prefeitura Municipal de Poção de Pedras/MA.

Comunicamos ainda que os serviços prestados foram executados dentro dos mais excelentes padrões de qualidade e prazos contratuais, não havendo nada que desabone a conduta da empresa em questão.

Poção de Pedras - Maranhão, em21 de Fevereiro de 2024.

Rahilda Pinheiro Fernandes
CPF: 010.109.393-43
Secretária Municipal de Administração e RH

Nº 237
Processo 21/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY
PRESIDENTE SARNEY - MA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Por este instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE SARNEY, situada na Av. Padre Luis Risso, s/n, Centro, Presidente Sarney – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.051.645/0001-89, representada neste ato pelo Presidente da Câmara, Sr. Valmir dos Santos Soares, portador do RG nº 044551492012-0-SSP/MA e do CPF nº 377.180.293-87, **ATESTA**, que a empresa R Castro Araujo LTDA, situada na Av. Gonçalo Barbosa de Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.001.962/0001-80, representada neste ato pelo Sr. Reinaldo Castro Araujo, portador do RG nº 1234527992/GEJUSPC-MA e do CPF nº 918.228.153-04, nos prestou os serviços com objeto: Prestação de serviços de hospedagem e alimentação do web site, Diário Oficial e sistema de gerenciamento de arquivos na forma da LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 (Sinc-Contrata), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Presidente Sarney – MA, firmado no **CONTRATO Nº 030702/2023**. Comunicamos ainda que os serviços prestados foram executados dentro dos mais excelentes padrões de qualidade e prazos contratuais, não havendo nada que desabone a conduta da empresa em questão.

Presidente Sarney - Maranhão, 25 de Dezembro de 2023.

Valmir dos Santos Soares
Presidente da Câmara Municipal de Presidente Sarney - MA.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Marajá do Sena , inscrita no CNPJ nº 01.555.070/0001-79 , com sede na AV. DEP. CÉSAR BANDEIRA, S/Nº, atesta para os devidos fins que a empresa R.CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 40.001.962/0001-80, com sede na Rua Gonçalo Barbosa , 15 - Centro - Lago dos Rodrigues - MA, já nos prestou serviços de Desenvolvimento de sistema para Publicação do Diário Oficial do Município, Instalação e Suporte, com possibilidade de integração no Site oficial do Município, hospedado em servidor compartilhado de alto desempenho , de forma satisfatória conforme contrato.

Informamos ainda que até a presente data, nenhum fato ocorreu que desabone a conduta da empresa acima citada.

Maraja do Sena - MA, em 20 de dezembro de 2021.

ELIVANDO PESSOA LIMA:95491937304

Assinado digitalmente por ELIVANDO PESSOA LIMA:95491937304
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=26882551000110, OU=Certificado PF A3, CN=ELIVANDO PESSOA LIMA:95491937304
Razão: Reconheço o autor deste documento
Local: Informe: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.12.20 16:25:20-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

ELIVANDO PESSOA LIMA
Sec. Municipal, de Adm. Planej. e Finanças
Portaria NCPC nº 002/2021

Nº 234
Processo 31/01/2025
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PINDARÉ-MIRIM – MA
Av. Elias Haickel, 11 – Centro.
CNPJ: 06.189.344/0001-77

Prefeitura de Pindaré
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa R. CASTRO ARAUJO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 40.001.962./0001-80, estabelecida na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12 – Centro Lago dos Rodrigues - MARANHÃO, representada pelo Srº Reinaldo Castro Araújo, CNH. n.º 04392420180, expedida por DETRAN em 23/05/2018, CPF n. 918.228.153-04, presta serviços de alimentação e manutenção do portal da transparência e diário oficial da Prefeitura Municipal, encontrando-se apta e em conformidade com as exigências de padrões de qualidade exigidos, atendendo os prazos e características dos serviços solicitado, ou seja, cumpre satisfatoriamente com suas obrigações contratuais, conforme Contrato nº 090/2022 Processo Adm. nº 07/2022 Dispensa de Licitação nº 05/2022, de forma satisfatória, nada constando em nossos arquivos que desabone comercial e eticamente a referida empresa.

Pindaré Mirim – MA, 27 de junho de 2022

Atenciosamente,

José Francisco Santos Sousa
Secretário Municipal de Administracão

Nº 240
Processo 21/01/2025
Assinatura

SEMAD
SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMNISTRAÇÃO

PREFEITURA DE
MARAJÁ
DO SENA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAJÁ DO SENA – MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, através do Secretário Municipal, o Sr. Elivando Pessoa Lima, **ATESTA**, para os devidos fins de direito, que a empresa: **R CASTRO ARAUJO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **40.001.962/0001-80**, localizada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, tendo como representante o Sr. Reinaldo Castro Araújo, portador do RG de nº 1234527992 – GEJUSPC/MA e CPF de nº 918.228.153-04, já nos prestou serviços, cujo objeto trata da prestação de serviços de locação de softwares de gestão pública, hospedagem e alimentação do web site e diário oficial, conforme especificações abaixo:

ITEM	SERVIÇO DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	**ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA:** Permite o gerenciamento das informações referentes à movimentação dos créditos tributários e não tributários; Permite cadastros cartográficos e territoriais de endereços e imóveis, inclusive através de dispositivos móveis; Emissão e gerenciamento das licenças municipais e seus titulares; Emissão e controle das Notas Fiscais de Serviço Eletrônica Avulsas; Integração ao módulo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica; Autenticidade dos documentos por meio de tecnologia QR Code; Acesso ao Portal do Contribuinte, onde poderão emitir Certidões Negativas, 2ª via de DAMs, Alvarás e Notas Fiscais de Serviço.	mês	12
4	**PORTAL TRANSPARÊNCIA:** prestação dos serviços de hospedagem e alimentação do web site e Diário Oficial na forma da LC 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 e Lei de Enfrentamento à Covid-19 nº 13.979/2020. **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO WEBSITE APÓS ATUALIZAÇÃO:** O Website deverá ficar de acordo com as características e tecnologias (mínimas) abaixo relacionadas: O portal deverá ser compatível com as tecnologias: PHP, Javascript, HTML, CS3, bem como com os navegadores: Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari, Opera e Internet Explorer; Gestão Search Engine Optimization (SEO): O Portal deverá conter funcionalidades para que os sites de busca o encontrem com facilidade, de acordo com as palavras pesquisadas pelo internauta (Atenção especial para o Google); URL's amigáveis: será possível alterar a terminação da página em qualquer conteúdo do site; Ser customizável para alterações e criação de novos Menus e Submenus, Banners, Páginas para ocasiões especiais, fotos, links, vídeos, dentre outros, integrando um gerenciador de conteúdos que permite atualizar os principais conteúdos, como textos, imagens, fotos e vídeos, não tendo custo para manutenções de rotina; Ter um alto padrão de qualidade sendo fácil e intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo agradável e visualmente atraente; Ser um site planejado e estruturado, pensando sempre na usabilidade, navegabilidade e acessibilidade dos usuários através dos padrões Web Standards / W3C; Facilitar a gestão do conteúdo divulgado; Ser de acesso fácil, simples e rápido; Link de acesso ao site do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE/MA; A página inicial deverá está atualizada de forma objetiva, curta e direta; Possibilitar que, em qualquer ponto do website, seja possível retornar a página principal e para o topo da página em apenas um click. **CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS MENUS E PUBLICAÇÕES:** TOP Menu: Localizado na parte superior do site, de forma fixa; Na opção ouvidoria: Deve conter informações sobre o que é, objetivo, o que a ouvidoria proporciona e como funciona; Main Menu: Principal menu do site, a disposição de conteúdo deverá ser de pelo menos de sete níveis, contendo em no mínimo as opções: página inicial, informações sobre a cidade, notícias, transparência, legislação, publicações e diário da Câmara (o conteúdo desses links deverá ser gerado em conjunto com a Câmara Municipal); No menu da Institucional: Deve expor informações sobre a Câmara Municipal, como Estrutura Administrativa, Organograma, Documentos, dentre outras informações; No menu publicações: Deve apresentar resoluções, leis, atas, avisos e outros; No menu legislação: Deve conter Leis, Decretos, Normas, Resoluções e Outros; No menu informações sobre a cidade: Deverá conter informações importantes sobre a cidade dentre outras; No menu notícias: Deve conter informações sobre o legislativo	mês	12

Nº 241
Processo 31/01/2025
Assinatura

SEMAD
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO

PREFEITURA DE MARAJÁ DO SENA

	municipal dentre outras: No menu transparência: Deve conter todas as informações conforme legislação vigente: Diário da Câmara: Deve conter todas as informações conforme legislação vigente: Banners: Deve permitir a disposição de um conjunto de banners informativos: Pesquisa: Uma plataforma de pesquisa bem elaborada que consiga procurar dentro de todo o site, exibindo os resultados em raizes, desde palavras chaves, títulos e palavras dentro do texto. A pesquisa deve ser dividida em simples e avançada, com ferramenta de filtro de datas e categorias do conteúdo e noticias: Vídeos: espaço para adicionar vídeos pequenos, tanto código embed do youtube quanto enviado diretamente do navegador (mp4, wmv, mpg): A contratante poderá a seu critério solicitar outras alterações/atualizações na página do site ficando a contratada a inteira disposição para realizar os serviços solicitados. **HOSPEDAGEM DO WEBSITE:** A hospedagem do site é de inteira responsabilidade da contratada, ficando a mesma na responsabilidade de manter o site no ar 24 horas por dia: Caso o site fique fora do ar, o contratado após verificação da ocorrência ou acionada via solicitação por parte da contratante, deverá solucionar o problema no prazo máximo de 24 horas: Ao término do contrato a contratada deverá fornecer todos os dados a contratante: As despesas com hospedagem do site ficam sobe inteira responsabilidade da contratada		

Comunicamos ainda que os serviços prestados foram executados dentro dos mais excelentes padrões de qualidade e prazos contratuais, não havendo nada que desabone a conduta da empresa em questão.

Marajá do Sena – MA, 05 de fevereiro de 2024.

ELIVANDO PESSOA LIMA
Sec. Municipal de Adm. Planej. e Finanças
Portaria NCPC nº 002/2022

Nº 242
Processo 21/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 10/2023, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2022, PROCESSO ADM. Nº 15/2023, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ESTRUTURA DE DADOS PARA O DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI–MA, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA E A EMPRESA R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30, com sede administrativa situada à Rua Padre José da Cunha D'eça, nº 182, Bairro: Centro, Arari-MA., CEP: 65.480-970**,** representado neste ato por seu Presidente, o Sr. **Benedito de Jesus Abas Filho**, brasileiro, portador do RG nº 0376533020093 e inscrito no CPF sob o n° 080.892.303-00, doravante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**; e a Empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80, com endereço à Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu proprietário o senhor Reinaldo Castro Araújo, inscrito no CPF sob o nº. 918.228.153-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 15/2023, com fulcro no artigo Art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Cláusula Segunda do Contrato nº 10/2023 e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, resolvem alterar a CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO Nº 10/2023, passando, a partir desta data, a prevalecer o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

1.1. O presente Contrato terá sua vigência aditada, vigorando a partir de 07 (sete) de fevereiro de 2024 com previsão por mais 11 (onze) meses, ou seja, de 07 (sete) de fevereiro até 31 (trinta e um) de dezembro de 2024, *Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Em vista do aditamento da vigência do referido contrato, objeto do presente instrumento, fica mantido o valor mensal do contrato inicial que é de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:54:46 -03'00'

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:16 -03'00'

Nº 243
Processo 29/01/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI
RUA PADRE JOSÉ DA CUNHA D'EÇA, nº 182.
CEP: 65480-970 – FONE: (98) 3453-1636
CNPJ Nº 35.205.830/0001-30
Arari – Maranhão

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO.....01-Poder Legislativo;
Projeto Atividade..... 01.031.0101.2001.0000 – Manut. das Ativ. Legislativas.
Natureza da Despesa.....3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e Condições do instrumento particular ora alterado.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo em sítio eletrônico oficial, nos termos da norma de regência, correndo as respectivas despesas a expensas da **CONTRATANTE.**

E, por estarem assim acordadas, assinam o presente TERMO ADITIVO em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas.

Arari/MA, em 29 de janeiro de 2024.

BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Assinado de forma digital por BENEDITO DE JESUS ABAS FILHO:08089230300
Dados: 2024.01.29 12:29:37 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA
CNPJ sob o nº 35.205.830/0001-30
Benedito de Jesus Abas Filho
CPF sob o nº 080.892.303-00
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Assinado de forma digital por R. CASTRO ARAUJO EIRELI
Dados: 2024.01.29 15:55:10 -03'00'

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ sob n.º 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº. 918.228.153-04
CONTRATADA

Testemunhas:

_____ CPF _____

_____ CPF _____

Nº 244
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

CONTRATO Nº 12/2023.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA, E A EMPRESA R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SITE INSTITUCIONAL E PORTAL.

Pelo presente instrumento, **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA**, pessoa jurídica, inscrita no **CNPJ sob o nº 10.266.351/0001-00**, com sede administrativa situada à Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000, representado neste ato por seu Presidente, o Sr. Francisco Marques Figueiredo Neto, brasileiro, portador do RG nº 105453999-2, inscrito no CPF sob o nº 450.239.303-78, doravante denominada abreviadamente de **CONTRATANTE**; e a Empresa **R. CASTRO ARAUJO LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 40.001.962/0001-80, situada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu titular o(a) senhor(a) Reinaldo Castro Araújo, inscrito no CPF sob o nº 918.228.153-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 17/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da Dispensa de Licitação nº 07/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo, para atender as demandas da Câmara Municipal de São Vicente de Férrer–MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	UND	QUANT	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	Implantação de site institucional e Portal da Transparência e, estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	unid	1	R$ 3.700,00	R$ 3.700,00
02	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e, estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	Mês	11	R$ 4.100,00	R$ 45.100,00
	VALOR TOTAL				R$ 48.800,00

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Dados: 2025.01.07 15:02:15 -03'00'

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ***O prazo de vigência da contratação é de 11 (onze) meses contados do(a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.***

2.2. ***A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.***

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.***

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. ***O valor mensal da contratação é de R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais). Tendo o Valor de R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) referente à implantação, perfazendo o valor total de R$ 48.800,00 (quarenta e oito mil e oitocentos reais).***

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/02/2023.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

R = V (I – Iº) / Iº, onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data do orçamento estimado;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023913 0378

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de *60 (sessenta) dais*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *60 (sessenta) dais.*

8.12. ***Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.***

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:05023[illegible] 30378

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta

relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

FRANCISCO MARQUES PIQUEMUDO NETO:45021930320
378

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

9.19. **Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);**

9.20. **Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;**

9.21. **Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;**

9.22. **Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;**

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. ***As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.***

10.2. ***Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.***

10.3. ***É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.***

10.4. ***A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.***

10.5. ***Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.***

10.6. ***É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.***

10.7. ***O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.***

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Dados: 2025.01.07 15:03:56 -03'00'

10.8. ***O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.***

10.9. ***O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.***

10.10. ***Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.***

10.10.1. ***Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.***

10.11. ***O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.***

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. ***Não haverá exigência de garantia contratual da execução.***

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 — Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378 Dados: 2025.01.07 13:56:59 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv) Multa:
(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *60 (sessenta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

FRANCISCO MARQUES FIGUEREDO NETO:05823458378

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. *O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. *O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

13.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

13.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Dados: 2025.01.07 15:04:55 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da contratante, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade: Câmara Municipal de São Vicente de Férrer/MA.

II.Fonte de Recursos: Recursos Próprios

III.Programa de Trabalho: 01.031.0001.2001.0000

IV.Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

14.2. ***A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.***

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

Nº 256
Processo 27/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ Nº 10.266.351/0001-00
Rua Getúlio Vargas/ s/nº, Centro, São Vicente de Férrer/MA. CEP: 65.220-000

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente de Férrer/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São Vicente de Férrer/MA, em 07 de março de 2023.

FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378

Assinado de forma digital por FRANCISCO MARQUES FIGUEIREDO NETO:45023930378
Dados: 2023.03.07 15:05:27 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA
CNPJ sob o nº 10.266.351/0001-00
Francisco Marques Figueiredo Neto
CPF sob o nº 450.239.303-78
CONTRATANTE

R. CASTRO ARAUJO LTDA – ME
CNPJ nº 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF sob o nº 918.228.153-04
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

CPL - CM
PROC. 060201 /20 23
FLS 104
RUB

ESTADO DO MARANHAO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES
CNPJ: 01.612.833/0001-76
Rua 08 de Maio, S/N, Centro - Lago Dos Rodrigues – MA

Nº 257
Processo 21/01/2025
Assinatura

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 010303/2023

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES, situada na Rua 08 de Maio, s/n, Centro, Lago dos Rodrigues – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.833/0001-76, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, o Sr. José Silva Valdivino, portador da Cédula de Identidade nº 0300322920056-SSP/MA e do CPF nº 038.359.933-48, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa R Castro Araújo EIRELI, situada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, nº 12, Centro, Lago dos Rodrigues - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.001.962/0001-80, representada neste ato pelo Sr. Reinaldo Castro Araújo, portador do RG nº 1234527992–GEJUSPC/MA e do CPF nº 918.228.153-04 a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. Processo Administrativo nº 060201/2023, Dispensa de Licitação sob o nº 005/2023, em conformidade com o art. 24, inciso II da Lei Federal Nº 8.666/93, Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e suas alterações posteriores.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Prestação de serviços de locação e hospedagem de sistema de gerenciamento de arquivos para envio ao portal da transparência e sistema do TCE/MA, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues - MA, estes a serem prestados conforme discriminação deste contrato, termo de referência e com a Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE:

3.1. O valor global da presente avença é de R$ 13.000,00 (teze mil reais), a ser pago em conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais da Contratada, todas atualizadas.

Item	Especificação	Und.	Qtd.	V. Unit.	V. Total
01	Contratação de serviços de locação e hospedagem de sistema de gerenciamento de arquivos para envio ao portal da transparência e sistema do TCE/MA, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues - MA:	Mês	10	1.300,00	13.000,00

	Especificações dos Serviços: O sistema deverá compreender, layout fácil e intuitivo, sistema para gerenciamento de documentos, gerar e processar arquivos JavaScript Object Notation (JSON) e codificação binária do tipo 8-bit Unicode Transformation Format (UTF-8), no mínimo 2 logins de acesso, gerenciamento e upload de arquivos conforme IN nº 73/2022/TCE/MA e posteriores alterações, suporte por e-mail ou telefone de segunda a sexta feira em horário comercial, realização de treinamento sobre a operacionalização do sistema sempre que for solicitado pela contratante, ou sempre que houver atualização do sistema durante a vigência do contrato, atualização do sistema sempre que houver necessidade por parte da administração ou sempre que houver mudança na legislação, hospedagem do sistema e integração com o portal da transparência do órgão.				
Valor Total:					R$ 13.000,00 (treze mil reais)

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, antes de decorridos 1 (um) mes da data de assinatura deste contrato, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1. O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e produzirá seus efeitos legais até o dia 31 de Dezembro de 2023.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS:

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária consignada no orçamento da CONTRATANTE, representada pela seguinte rubrica:

ÓRGÃO:	01 – Câmara Municipal
UNIDADE ORÇAMENTARIA:	0101 – Câmara Municipal
FUNÇÃO:	01 – Legislativa
SUBFUNÇÃO:	031 – Ação Legislativa
PROGRAMA:	0201 – Manter as Atividades do Poder legislativo
PROJETO ATIVIDADE:	2.001 – Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA:	33.90.39.00 - Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO:	1500000000 – Recursos não vinculados de Impostos
DOTAÇÃO DISPONÍVEL:	34.811,00
DOTAÇÃO REFORÇADA	SIM ( ) NÃO (X)

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à Contratada:

C.P.L - CM
DOC. 060201 /20 23
FLS 106
RUB

Nº 259
Processo 21/01/2025
Assinatura

6.1. Prestar os serviços no endereço e prazo estipulado previamente pela Contratante, compreendidos no período Contratual e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

6.2. A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara Municipal.

6.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

6.4.1. Vale ressaltar que os acréscimos ao presente Contrato não podem, somado com os valores inicialmente contratados através da Dispensa de Licitação nº 005/2023, ultrapassar R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

6.5. A contratada deverá se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo.

6.6. A prestação dos serviços deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento do contratante.

6.7. A Contratada é obrigada a assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas ao serviço e de seus empregados.

6.8. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste processo, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CPL - CM
PROC 060201 /2023
FLS 107
Nº 260
Processo 24/01/2025
Assinatura

6.9. A contratada deverá prestar os serviços na sede da CONTRATANTE, e sempre que for necessário, os serviços deverão ser prestados na sede da contratada, não gerando nenhum ônus a contratante.

6.10. Em se tratando de demandas que se fizer necessário o deslocamento da contratada dentro ou fora do estado, a serviço da CONTRATANTE, as despesas serão de inteira responsabilidade da contratada, não gerando nenhum ônus a CONTRATANTE.

6.11. Deverá a contratante observar, também, o seguinte:

I - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato;

II - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

III - É vedada a subcontratação de terceiros para execução do objeto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar o pagamento na forma e prazo pactuados.

7.2. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa prestar os serviços, dentro das normas do Termo de Referência.

7.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o Contrato.
7.4. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos do termo de referência ou no contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES:

8.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a CONTRATANTE, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções a seguir relacionadas:

8.1.1 - Advertência;

8.1.2 – Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do contrato;

8.1.3 – Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, quando a contratada,

CPL - CM
PROC. 060201 /2023
FLS 108
RUB

Nº 161
Processo 21/01/2025
Assinatura

injustificadamente ou por motivo não aceito pela CONTRATANTE, deixar de realizar os serviços previstos no contrato.

8.1.4 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 02 (dois) anos;

Obs.: as multas previstas nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 desta Condição serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

8.2. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

8.2.1 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.2.2 - Não mantiver a proposta, injustificadamente;

8.2.3 - Comportar-se de modo inidôneo;

8.2.4 - Fizer declaração falsa;

8.2.5 - Cometer fraude fiscal;

8.2.6 - Falhar ou fraudar na execução do Contrato;

8.2.7 - Não celebrar o contrato;
8.2.8 - Deixar de entregar documentação exigida no Processo;

8.2.9 - Apresentar documentação falsa.

8.3. Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE, caso haja, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

8.4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

8.5. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE, poderão ser aplicadas à contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9. CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

L - CM
ROC 060201 /20 23
FLS 109
Nº 162
Processo 27/01/2025
Assinatura

9.1. O início para prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias após emissão da ordem de serviços.

9.2. Serão aceitos os serviços prestados que estiverem em estrita conformidade com as determinações do termo de referência.

9.3. A aceitação dos serviços se dará com a emissão, por servidor designado pela Contratante, de Termo de Aceitação "recibo", o qual deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - FORMA DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento à contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da entrada da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada e validada por quem de direito.

10.2. A CONTRATADA, para recebimento de pagamento, deverá comprovar a inexistência de pendência quanto às seguintes certidões de regularidade fiscal e trabalhista:

- Certidão conjunta de Tributos Federais e da dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/14;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual mediante apresentação de CND e CNDA;
- Certidão de regularidade de Tributos Municipais do domicílio tributário mediante apresentação de CND e CNDA;
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3. Nenhum pagamento será feito sem que a contratada tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

10.4. Havendo erro na fatura/nota fiscal, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que a contratada tome as medidas saneadoras necessárias.

10.5. O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da contratada, que será informado pela mesma, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

10.6. O atraso no pagamento pela administração no prazo estipulado no subitem 10.1. Por motivo de força maior, não garantem a contratada o direito de suspensão imediato

dos serviços, os quais, só poderão fazer este mediante comunicação por escrito e após 90 (noventa) dias consecutivos de atraso da fatura mais antiga.

10.7. O não cumprimento pela contratada dos termos previstos no subitem anterior sujeitará a contratada as sanções previstas na Lei 8.666/93.

10.8. Caso haja eventual situação de irregularidade fiscal ou trabalhista por parte da CONTRATADA, não impede o pagamento, se os serviços estiverem sido prestados e atestados. Tal hipótese ensejará, entretanto, na adoção das providências tendentes ao sancionamento da contratada e rescisão contratual.

10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%.
10.9.1 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no presente contrato.

11.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

CPL - CM
PROC. 060201 /20 23
FLS. 111
RUB.

Nº 264
Processo 20/01/2025
Assinatura

11.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSICOES FINAIS:

12.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações.

12.3. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

12.4. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e a aquisição dos serviços.

12.5. A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar no todo ou em parte o objeto do contrato.

12.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com os termos deste contrato.

12.7. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

12.8. A publicação resumida do intrumento de contrato será feita observando o que determina o Parágrafo Único, do Art. 61, da Lei 8.666/93.

12.9. A vigênica do contrato poderá ser alterada nas hipoteses previstas no Art. 57, da Lei 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. O foro da Comarca de Lago da Pedra - Maranhão é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada. Assim pactuadas, as partes firmam o presente instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

CPL - CM
PROC. 060201 /20 23
FLS. 112
RUB.

ESTADO DO MARANHAO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES
CNPJ: 01.612.833/0001-76
Rua 08 de Maio, S/N, Centro - Lago Dos Rodrigues – MA

Nº 265
Processo 21/01/2025
Assinatura

Lago dos Rodrigues - Maranhão, 03 de Março de 2023.

Câmara Municipal de Lago dos Rodrigues – MA.
José Silva Valdivino
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

R Castro Araújo EIRELI.
CNPJ nº 40.001.962/0001-80
Reinaldo Castro Araújo
CPF nº 918.228.153-04
Contratada

TESTEMUNHAS:

Gabriela M. Moura Alves CPF nº 610.979-213-60

CPF nº 038.859.923-76

Nº 266
Processo 21/01/2023
Assinatura

WEB SERVICE SISTEMAS - SOLUÇÕES INTELIGENTES ON-LINE
www.webservicesistemas.com.br
98-98285-8304

A CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS/MA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nº 267
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

JUNTADA DAS AUTENTICIDADES DAS CERTIDÕES

P PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210101/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA

Junto aos autos do processo administrativo n° 210101/2025, as autenticidades das certidões da empresa abaixo referida.

AUTENTICIDADES DAS CERTIDÕES

EMPRESA: R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80.

Nº 268
Processo 27101/2025
Assinatura

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **R CASTRO ARAUJO LTDA**

CPF/CNPJ: **40.001.962/0001-80**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:33:46 do dia 08/01/2025 , com validade até o dia 07/02/2025.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: aOHrNTiJRf8u7VH6ibew

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (08/01/2025 às 10:51) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.001.962/0001-80.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 677E.82D3.34A1.C275 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Nº 270
Processo 01/01/2025
Assinatura

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 40.001.962/0001-80

Código de Controle: C654.F62B.8C8C.9B4A

Data da Emissão: 11/10/2024

Hora da Emissão: 10:18:03

Tipo Certidão: Negativa

Certidão Negativa emitida em 11/10/2024, com validade até 09/04/2025.

Página Anterior (/Servicos/certidaointernet/pj/autenticidade/Voltar)

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/pj/autenticidade/Confirmar)

Nº 271
Processo 21019 bors
6
Assinatura

Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 1.7

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 40.001.962/0001-80
Razão social: R CASTRO ARAUJO EIRELI

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
25/02/2025	25/02/2025 a 26/03/2025	2025022514135558816739
/02/2025	05/02/2025 a 06/03/2025	2025020520475558816700
17/01/2025	17/01/2025 a 15/02/2025	2025011704045558816711
29/12/2024	29/12/2024 a 27/01/2025	2024122903375558816701
10/12/2024	10/12/2024 a 08/01/2025	2024121004185558816765
21/11/2024	21/11/2024 a 20/12/2024	2024112104085558816747
02/11/2024	02/11/2024 a 01/12/2024	2024110203065558816796
14/10/2024	14/10/2024 a 12/11/2024	2024101409485558816720
25/09/2024	25/09/2024 a 24/10/2024	2024092522055558816760
05/09/2024	05/09/2024 a 04/10/2024	2024090510175558816744
17/08/2024	17/08/2024 a 15/09/2024	2024081704445558816712
29/07/2024	29/07/2024 a 27/08/2024	2024072920485558816709
10/07/2024	10/07/2024 a 08/08/2024	2024071010415558816724
21/06/2024	21/06/2024 a 20/07/2024	2024062110115558816762
/06/2024	02/06/2024 a 01/07/2024	2024060202315558816751
14/05/2024	14/05/2024 a 12/06/2024	2024051406385558816787
25/04/2024	25/04/2024 a 24/05/2024	2024042507542135283660
05/04/2024	05/04/2024 a 04/05/2024	2024040519013311211773
17/03/2024	17/03/2024 a 15/04/2024	2024031702093402858242
27/02/2024	27/02/2024 a 27/03/2024	2024022720032784510965
08/02/2024	08/02/2024 a 08/03/2024	2024020820010155197746
20/01/2024	20/01/2024 a 18/02/2024	2024012002535933849480
01/01/2024	01/01/2024 a 30/01/2024	2024010102020735415376
13/12/2023	13/12/2023 a 11/01/2024	2023121321082952913605
24/11/2023	24/11/2023 a 23/12/2023	2023112406125905398864
05/11/2023	05/11/2023 a 04/12/2023	2023110502405984894356
17/10/2023	17/10/2023 a 15/11/2023	2023101705185878966903
28/09/2023	28/09/2023 a 27/10/2023	2023092807011679924319
08/09/2023	08/09/2023 a 07/10/2023	2023090822423540899350
20/08/2023	20/08/2023 a 18/09/2023	2023082005044603077580
01/08/2023	01/08/2023 a 30/08/2023	2023080122550437060934

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.001.962/0001-80
Certidão nº: 68147199/2024
Expedição: 04/10/2024, às 15:21:18
Validade: 02/04/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.001.962/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Débito** Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 032203/25
Data de Validade: 30/04/2025
Data de Emissão: 30/01/2025 18:03:40
Inscrição Estadual: 126745617
CPF/CNPJ: 40001962000180
Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Nova Consulta | Imprimir

Nº 273
Processo 210101/2025
Assinatura

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Dívida Ativa**

Secretaria da Fazenda

Nº 274
Processo 21010112025
Assinatura

Resultado da Validação da Certidão NegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 009253/25
Data de Validade: 30/04/2025
Data de Emissão: 30/01/2025 18:04:20
Inscrição Estadual: 126745617
CPF/CNPJ: 40001962000180
Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2008-2009

Nº 275
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DOS SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025.
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei n.º 14.133/2021.

INTERESSADO: Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

A Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, através do Presidente da Comissão de Contratação, apresenta justificativa pertinente à contratação da empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, sediada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA, para a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Considerando que a empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, está no mercado desde o ano de 2020, já prestou serviços de mesmo objeto e semelhantes em outras cidades do Maranhão, que tem histórico de desempenhar com excelência suas atividades e dispõe de profissionais com notória especialização.

Da necessidade da contratação:

A presente aquisição tem por finalidade a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Vale ressaltar que a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, existe como uma forma de fornecer as soluções mais adequadas no ramo do serviço a ser prestado, revelando-se oportuna e conveniente para atender às exigências legais, melhorar a comunicação com a população e garantir a transparência nas ações do Legislativo Municipal, que só podem ser oferecidos por quem possui comprovada qualificação, cuja especialização decorra também, de reconhecida experiência adquirida com

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

desempenho anterior, estudos e outros requisitos necessários para confirmar que seu trabalho é essencial e adequado para atender os legítimos interesses desta Câmara Municipal.

Por fim, a contratação de uma empresa especializada é uma medida estratégica para garantir a transparência, eficiência e modernização dos serviços da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA. Além de atender às exigências legais, a criação de um site institucional, portal da transparência e estrutura para o diário oficial digital contribuirá para uma gestão pública mais transparente, eficiente e acessível à população. Tal contratação representa um avanço significativo na comunicação entre a Câmara Municipal e os cidadãos, promovendo um governo mais aberto e participativo.

Da inviabilidade de competição:

É notório que as compras públicas, via de regra, devem ser precedidas de licitação, garantido os princípios regedores da matéria, principalmente os da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência (art. 37, XXI, da CF/88).

Contudo, o mesmo dispositivo constitucional faz ressalva às situações previstas em lei, que por suas peculiaridades, dispensam ou não exigem a instauração de processo de licitação. Tais situações excluem a necessidade de competição, seja em razão de questões técnicas ou em função de uma certa exclusividade.

O que respalda a inexigibilidade de licitação, nesse caso, é justamente a inexistência de critérios objetivos na escolha do prestador de serviços quando se trata de serviços técnicos profissionais especializados, cuja aferição é complexa e pressupõe um grau de subjetividade que faz cair por terra a competitividade.

É impossível estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Portanto, qualquer tentativa de licitar serviço como este restaria frustrada, pela inviabilidade de processar-se o julgamento objetivo.

Nesse sentido assevera Marçal JUSTEN FILHO:

> "Há serviços que exigem habilitação específica, vinculada a determinada capacitação intelectual e material. Não é qualquer ser humano quem poderá satisfazer tais exigências. Em tais hipóteses, verifica-se que a variação no desenvolvimento do serviço individualiza e peculiariza de tal forma a situação que exclui a comparações ou competições – isso, quando os profissionais habilitados disponham-se a competir entre si".

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Dessa forma, é possível concluir que a contratação pretendida pode ser enquadrada na hipótese de inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, inciso III, "c", da Lei 14.133/2021:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
> II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
> III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
> b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
> c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
> e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
> f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
> g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
> h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
> IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;
> V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

Ademais, cabe mencionar que a Lei nº 14.039/2020, estabelece que os serviços de profissionais na área de Recursos Humanos, são técnicos e singulares:

"Art. 25

(...)

> "§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.
> § 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir

> que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Para o Professor Ronny Charles "A inviabilidade de competição tem como referência não apenas a competição, enquanto procedimento formal, mas enquanto instrumento de atendimento do interesse público, motivo pelo qual é inexigível uma licitação cuja obrigatoriedade o contrarie". "competição inviável, para fins de aplicação da hipótese de inexigibilidade licitatória, não ocorreria apenas nas situações em que é impossível haver disputa, mas também naquelas em que a disputa é inútil ou prejudicial ao atendimento da pretensão contratual, pelo confronto e contradição com aquilo que a justifica (o interesse público)". (*Lei de Licitações Públicas Comentadas. Pag.417-418).*

Segundo o § 3º do artigo 74,

> [...}
>
> considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Ressalta-se que notória especialização pode variar de acordo com a localidade da prestação contratual. Determinado profissional, detentor de alguns atributos ou de específica formação, pode ser reconhecido como notório especialista em uma pequena cidade ou região, embora seu trabalho e sua reputação sejam totalmente desconhecidos em uma grande capital. Essa relatividade deve ser respeitada, quando da aferição dos elementos que autorizam a inexigibilidade prevista deste dispositivo. Convém lembrar que a notória especialização envolve elemento subjetivo, já que se refere a uma característica do particular contratado. (Ronny Charles, p.424).

A notória especialização é entendida como sendo o reconhecimento público da capacidade do profissional acerca de determinada matéria, ou seja, aquele que desfruta de prestígio e reconhecimento no campo de sua atividade, como no presente caso.

Assim, embora possam existir vários profissionais dotados de notória especialização em determinada área do conhecimento, a circunstância que inviabiliza a competição são as suas características individuais, que despertam a confiança do administrador, analisadas sob o enfoque do objeto do contrato a ser executado, bem como do interesse público que deve ser buscado em toda atuação da administração.

Nº 279
Processo 31/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Resta evidente, portanto, que a contratação de profissionais na área de Recursos Humanos, notoriamente especializado por inexigibilidade de licitação nos termos do art. 74, III, "c" da Lei 14.133/2021, não constitui qualquer ilegalidade.

Do prestador de serviço e da justificativa da escolha:

Neste sentido, faz se necessário contratar uma empresa que se enquadre no texto positivado, conforme o art. 74, III, da Lei Federal n° 14.133, de 2021, que trata da inexigibilidade de licitação em decorrência da contratação de serviços técnicos especializados e art. 6, XVIII e alínea "c" da referida Lei que definem os serviços técnicos profissionais especializados, e, ainda, preencha os requisitos necessitados para contratação, com isso, em face do objeto de natureza predominantemente intelectual a ser contratado, escolhemos a empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, pois a mesma, conforme documento em anexo possui as qualificações necessárias para o perfeito enquadramento da modalidade.

Fica dispensada a realização de licitação posto que a contratação atende de pleno o disposto no Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei n.° 14.133/2021, e de forma a cumprir o disposto no art. 72, inciso VIII da mesma Lei, apresentamos a presente JUSTIFICATIVA para autorização do Exmo. Presidente da Câmara Municipal.

Poção de Pedras/MA, 30 de janeiro de 2025.

Cícero Rodrigues Monteiro Júnior
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria n° 09/2025

Nº 210
Processo 21010120 25
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei n.º 14.133/2021.

INTERESSADO: Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

A Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, através do Presidente da Comissão de Contratação, apresenta justificativa de preço pertinente à contratação da empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, sediada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA, para a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A análise de referência de outros preços praticados pelo contratado em outros entes públicos, ou por outros profissionais que executem serviços similares em entes públicos, conforme estabelecido no § 4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. É o mais adequado para justificar o preço, na medida que não existe no Estado do Maranhão uma tabela de preço fixo para tais serviços. Lembrando, porém, não ser possível e justo exacerbar valores ao contrato que podem produzir resultado lesivo ao patrimônio público, sob pena de responsabilização do ente contratante e do contratado. Assim, devem ser respeitados os princípios de razoabilidade e proporcionalidade.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Câmara Municipal adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Após análise do mercado regional, tendo em vista serviços de natureza similar, obtiveram-se estes valores de referência conforme contratos em anexo:

Nº 281
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ÓRGÃO PÚBLICO	MODALIDADE E ANO	VALOR MENSAL R$
CÂMARA MUNICIPAL DE ARARI/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	4.500,00
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	2.930,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO FREIRE/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2022	4.100,00
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	4.100,00
CÂMARA MUNICIPAL PRESIDENTE SARNEY/MA	DISPENSA DE LICITAÇÃO/2023	3.500,00

O valor da proposta apresentada no montante mensal de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) encontra-se vantajoso conforme o parâmetro da análise de mercado anexa ao processo administrativo.

A empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, enviou uma proposta de preço no valor de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) mensais, totalizando R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais) para 12 meses.

Por cautela, foi consultado contratos de outros órgãos público, que contrataram o mesmo ou similar objeto, a fim de dar maior segurança na tomada de decisão ou mesmo conferir-lhe elementos para eventual negociação.

Verificou-se que a proposta apresentada pela empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, está compatível com o valor do mercado.

Portanto, o valor de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) mensais pode ser justificado pela empresa com base na qualidade e especialização dos serviços prestados, abrangência do escopo, e as condições de mercado.

Entendo, através do que já foi exposto e considerando os aspectos utilizados, a referida contratação é considera economicamente vantajosa para esta Câmara Municipal.

Poção de Pedras - MA, 30 de janeiro de 2025.

Cícero Rodrigues Monteiro Júnior
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria n° 09/2025

Nº 282
Processo 27/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Ratifico a presente JUSTIFICATIVA.

Em, 30/01/2025.

Joaquim Elói de Souza Filho.
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras

Nº 283
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE ESTIMATIVA E ADEQUAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(INCISO I e II, Art. 16 Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

1. Declaro, para os fins legais, com fulcro no art. 16, I e II da Lei Complementar nº 101/2000, possui adequação orçamentária e que existem recursos orçamentários e financeiros para o atendimento da despesa de que trata este processo, no valor estimado total de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais) que será realizada no exercício 2025, constando do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, na seguinte.

Órgão/Unidade: 0101 – Câmara Municipal
ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL POÇÃO DE PEDRAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Poção de Pedras
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0011.2.002 – Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos
Valor da Despesa: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).

2. O saldo da referida dotação orçamentária é de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), e o impacto estimado do valor total da despesa representa 2,6% (dois vírgula seis por cento), do orçamento geral no corrente exercício.

3. Haverá impacto orçamentário-financeiro nos anos seguintes, por se tratar de despesa de caráter continuado, devendo ser realizado em outro exercício.

Poção de Pedras/MA, 10 de fevereiro de 2025.

Waleffia Veruska da Silva Cezar Santos
CRC-MA- 012947/O-0
Contadora
Portaria 13/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Nº 284
Processo 240101/2025
Assinatura

MEMORANDO ENCAMINHANDO AS MINUTAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240101/2025
TIPO: INEXIGIBILIDADE

Ao Sr.
Dr. Luis Braga de Sousa Filho
MD. Procurador da Câmara Municipal
Nesta.

Senhor Procurador,

Anexo ao presente, estamos encaminhando o processo administrativo nº 210101/2025, para exame e elaboração do parecer da minuta do Contrato, da Inexigibilidade de Licitação, que versa, sobre a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, nos termos do artigo 72, da Lei nº 14.133/21.

Poção de Pedras (MA), 13 de fevereiro de 2025.

Cícero Rodrigues Monteiro Júnior
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria nº 09/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO N° ___/____
Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021
Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra – Contratação Direta

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° _____/____
INEXIGIBILIDADE N°____/_____

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS (MA), E A EMPRESA XXXX.

A Câmara Municipal de Poção de Pedras. Estado do Maranhão, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 143, Centro, CEP n° 65740-000, na cidade de Poção de Pedras/MA, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 00.459.816/0001-88, neste ato representada pelo Sr. Joaquim Elói de Souza Filho, Presidente da Câmara Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXX, inscrita no CNPJ N°_____, sediada na _____, representada pelo (a) Sr (a).____, CPF n° ***.***.***-**, Administrador, doravante denominado CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo n° _____/___ e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n°____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR UNITÁRIO R$
1	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	SERVIÇOS	1		
	VALOR TOTAL				

MINUTA

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), no total de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), para 12 (doze) meses.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

6.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

6.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

MINUTA

6.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sites oficiais ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sites oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.11. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

MINUTA

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

6.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao CADIN.

6.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **21/01/2025.**

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas afetações finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

MINUTA

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente no fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

MINUTA

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por

MINUTA

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

MINUTA

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo h)

i) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

MINUTA

Nº 293
Processo 2401012025
Assinatura

j) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

MINUTA

Nº 294
Processo 27/01/2025
Assinatura

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

MINUTA

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto:

13.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

113.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade: 0101 – Câmara Municipal

MINUTA

Nº 196
Processo 21/01/2025
Assinatura

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL POÇÃO DE PEDRAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Poção de Pedras
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0011.2.002 – Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SOITAVA – FORO (art. 92, §1º)

MINUTA

Nº 297
Processo 21/01/2025
Assinatura

18.1. É eleito o Foro da Justiça da Comarca de Poção de Pedras/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1° da Lei n° 14.133/21.

Poção de Pedras/MA, ____de _____ de 2025.

_____
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
De Poção de Pedras
Representante legal do CONTRATANTE

_____
xxxxxxxxxx
CNPJ N° _____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

*1-*_____

2- _____

MINUTA

Nº 198
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Despacho da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Recebi nesta data os autos do processo administrativo n° 210101/2025, para análise e parecer da minuta do Contrato.

Em 13/02/2025.

Luis Braga de Sousa Filho
OAB n° 26465
Procurador

Nº 299
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Parecer Jurídico nº 200201/2025

Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

RELATÓRIO

EMENTA. Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA. **Inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, "c", da Lei nº 14.133/21. CONTRATAÇÃO POSSÍVEL**

A esta Assessoria Jurídica fora enviado para fins de exame prévio, o processo administrativo que trata da contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA., na modalidade inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 74, inciso III, "c", da Lei nº 14.133/21.

Em primeiro plano, insta salientar, que o exame do presente processo licitatório, na modalidade de inexigibilidade parte da necessidade de analisar os aspectos jurídicos da mesma, restando excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

Ainda assim, cumpre pontuar que sobre tais aspectos técnicos, do que se tem nos autos, nota-se que foram respeitados os ditames específicos e imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Observa-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, foram, *a priori*, regularmente, determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Faz parte dos autos a devida referência da dotação orçamentária, informando quanto à previsão de despesa na programação orçamentária.

Estudo Técnico Preliminar confeccionado e presente.

Termo de Referência confeccionado e presente.

Processo autuado e numerado; justificativa da inexigibilidade de licitação constante dos autos.

Assim, esta assessoria manifesta-se nos termos a seguir:

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público, contudo, o próprio dispositivo em comento regula exceções à regra ao tratar de dispensa e inexigibilidade de licitação, o que possibilita a administração pública contratar diretamente.

Dentre as modalidades de contratação direta encontra-se a inexigibilidade de licitação; o art. 74 da Lei nº 14.133/21 elenca os possíveis casos de inexigibilidade, especificando em seu inciso III, *in verbis*:

> *"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
>
> *[...]*
>
> *III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
>
> *[...]"*

Desta feita, o dispositivo em comento torna possível a contratação direta, mas com características de exceção. Tao logo, verificando-se, como é o caso dos autos, que restaram atendidos as exigências devidas, nos termos do regramento instituído pela Lei n. 14.133/21, para os casos de contratação por meio de inexigibilidade, a Administração Pública encontra-se autorizada a promover a contratação referida.

Verifica-se, assim, que há uma presunção legal de que os serviços de assessoria e consultoria na área de licitações e contratos administrativos, são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos do dispositivo acima expostos e outrora

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

reproduzido na Lei 14.133/21, no seu art. 74, III, "c".

Outrossim, diante do arcabouço conceitual e doutrinário, entende-se inexigível a licitação em que é "inviável a competição". O conceito de inviabilidade de competição, por sua vez, decorre de causas nas quais há a ausência de pressupostos que permitam a escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A inexigibilidade, nas palavras de Marçal Justen Filho, é uma "imposição da realidade extranormativa" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18. ed. São Paulo: RT, 2019, p. 594). Como decorrência disso, o rol do inciso c, do artigo 74 da Lei nº 14.133 se afigura como meramente exemplificativo – *"numerus apertus"*. Isso porque é impossível sistematizar todos os eventos dos quais decorrem uma inviabilidade de competição.

Nesse diapasão é que o inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 possibilita ao gestor público a contratação por inexigibilidade de serviços de notória especialização.

O art. 6º, inciso XIX, da Lei nº 14.133/2021, define notória especialização como a *"qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto contratado"*.

O serviço deve ser executado por profissional ou empresa cujo reconhecimento na área de atuação seja essencial e reconhecidamente adequado à satisfação do objeto a ser contratado.

Contudo, em que pese tal possibilidade, a nova legislação exige a formalização de um processo para a possibilidade da contratação direta, estabelecendo o dever de o administrador justificar e instruir a dispensa ou a inexigibilidade com documentação indispensável para o controle externo da sociedade e dos demais órgãos de Estado.

De acordo com o art. 72 da nova lei de licitações, a formalização de um "processo de contratação direta" é requisito indispensável para a contratação por dispensa e inexigibilidade. Nele, devem constar: documento de formalização da demanda, e, se for o caso, de estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou executivo, estimativa de despesa, parecer jurídico e técnico, demonstração de compatibilidade com a previsão de recursos orçamentários, comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima, razão da escolha do contratado, justificativa do preço e autorização da autoridade competente.

Nº 302
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Percebe-se que os requisitos acima especificados restam constatados, cumprindo a prescrição normativa aplicável ao caso.

Assim, se vislumbra a existência de motivos justificadores que determinam, condicionam a sua escolha, bem como a compatibilidade do preço com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, outrora existente.

Não fosse isso, a regularidade da proponente com suas obrigações fiscais está devidamente comprovadas nos autos, representada pelas suas respectivas certidões.

Dessa forma, é dispensável o processo licitatório, segundo a literalidade do artigo 74 da Lei 14.133/21 pelo que por esse motivo é adotada a inexigibilidade de licitação, reservando à Administração Pública a discricionariedade para decidir diante do caso concreto, contudo resguardando sempre o interesse público.

Com relação à minuta do Termo de Contrato trazida à colação para análise, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual se propõe sua aprovação.

Dessa forma, compreende-se que estão presentes os aspectos formais e legais inerentes ao presente procedimento, razão pela qual, esta assessoria opina favoravelmente pela contratação por inexigibilidade de licitação, de acordo com a norma do artigo 74, inciso III, da Lei n. 14.133/21, tornando possível a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

É o meu parecer.

Poção de Pedras/MA, 20 de fevereiro de 2025.

Luís Braga de Sousa Filho
OAB Nº 26465
Procurador da Câmara Municipal

Nº 303
Processo 2101012025
Assinatura

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
EXTRAS

SUMÁRIO

[redacted]

PORTARIA Nº 08, DE 04 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PROCURADOR PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1° Nomear o Srº. **LUIS BRAGA DE SOUSA FILHO**, inscrito no CPF sob o 036.620.033-09, RG 015879782000-0 SSP-MA e OAB sob o nº 26465, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Procurador**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2° Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,

Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 04 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 10, DE 04 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art.1° Nomear o Sr. **PABLO DE ANDRADE MOITA**, inscrito no CPF sob o nº 061.437.963-60, RG 074719922021-6 SSP-MA, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Auxiliar de serviços de transparência**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2° Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,

Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 04 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho

Presidente da Câmara Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: b0ff2f90ee0f1852adb57904a2cd5d66421b3ed1
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 304
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Parecer nº 270201/2025
Inexigibilidade nº 9/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.
BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei n.º 14.133/2021.

EXAME

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de se destacar que a Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, in verbis:

> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*
>
> *I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*
>
> *II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*
>
> *III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*
>
> *IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*

Cabe aos responsáveis pelo Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darem ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo Tribunal de Contas que forem vinculados. Neste sentido cabe a ressalva quanto à responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

dela não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

Vem a esta Unidade de Controle Interno, para exame, os autos de procedimento administrativo realizado por meio de contratação direta INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

O processo administrativo nessa modalidade tem previsão legal esculpida no artigo 74, inciso III, "c" da Lei n° 14.133, de 2021, apontado na minuta de despacho de inexigibilidade de licitação como fundamento legal para a contratação pretendida, assim dispõe o aludido artigo, vejamos:

> *Art. 74. É* inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
>
> *[...]*
>
> *III* - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
>
> *"c"* assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias
>
> *[...].*

De acordo com a inteligência do artigo 72, o processo licitatório deve obrigatoriamente conter os seguintes documentos, vejamos:

> *Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*
>
> *I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*
>
> *II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

O processo está autuado, protocolado e numerado, contendo ao tempo desta apreciação apenas 01, volume.

Os autos foram encaminhados a Controladoria da Câmara Municipal de Poção de Pedras para manifestação acerca da legalidade do procedimento de Inexigibilidade de licitação.

É o relatório.

1- FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

O procedimento em epígrafe qual foi instruído com a seguinte documentação:

☐ Documento de Formalização de Demanda;

☐ Estudo Técnico Preliminar;

☐ Mapa de Riscos;

☐ Termo de referência;

☐ Justificativa;

Nº 307
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

☐ Documentos da empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI;

☐ CNPJ nº 40.001.962/0001-80;

☐ Certidão de regularidade FGTS-CRF;

☐ Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais à Dívida Ativa da União;

☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

☐ Certidão Negativa de débitos Tributária e não Tributária;

☐ Contrato Social da empresa;

☐ Balanço Patrimonial;

☐ Parecer jurídico nº 300101/2025;

2 – LEGALIDADE DA DISPENSA

Considerando a razão da escolha do fornecedor apresentada pela Comissão de Contratação, além da justificativa para contratação apresentada no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, através da documentação apresentada constatou-se que a empresa atende as necessidades da Comissão de Contratação da Câmara, sendo este motivo para fundamentar a contratação através da inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74 da Lei 14.133/21.

Sobre o quesito da legalidade para contratação da empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, através de Inexigibilidade de Licitação fundamentada no artigo 74 da Lei 14.133/21, vemos tratar-se de uma possibilidade legal de afastamento da licitação, tendo respeitado a legalidade do presente processo, com fulcro no referido diploma legal.

3-DA HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

Diante da análise da proposta e valores mencionados no processo, verifica-se que estão em conformidade com os estimados para a presente contratação.

Ainda sobre a documentação apresentada pela empresa, confirmou-se que está atendeu às exigências previstas nas normas vigentes.

4 - RECOMENDAÇÕES

Recomendamos que seja observado o art. 42, caput, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.

Nº 308
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Recomendamos a realização de despesa, somente com recurso disponível em conta bancária.

CONCLUSÃO

O senhor: Jailton Celio Batista da Costa, responsável pela Controle Interno da Câmara Municipal de Poção de Pedras, nomeado nos termos da Portaria nº 03/2025, declara, para os devidos fins, que analisou integralmente o Processo Administrativo n.º 210101/2025, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025, tendo por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 14.133/21 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento e Publicidade;

O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo licitatório demostrou o que segue:

a) Houve requerimento através de Documento de Formalização da Demanda - DFD;

b) Existe Comissão Permanente de Contratação designada na forma da lei;

c) Foi realizada a estimativa da despesa em conformidade com a Lei 14.133/21, Art. 23, § 1º, inciso II;

d) Foi elaborado Termo de Referência;

e) Há Previsão de Recursos Orçamentários para o compromisso a ser assumido;

f) Constam a proposta e a documentação da empresa a ser contratada, preenchendo os requisitos de habilitação e qualificação necessárias.

g) A Justificativa da Comissão de Contratação para a Inexigibilidade apresenta o levantamento e justificativa do preço e a razão de escolha do fornecedor;

h) Consta minuta do contrato;

i) O parecer jurídico opina pela legalidade da contratação por inexigibilidade de licitação e aprova a minuta do contrato;

j) Consta Termo de Ratificação assinado pela autoridade competente autorizando a contratação;

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

k) Foi anexada a publicação do termo de ratificação da autoridade competente.

Conforme parecer jurídico de 27 de janeiro de 2025, da Procuradoria Jurídica, Sr. **LUIS BRAGA DE SOUSA FILHO,** onde o mesmo manifesta-se favorável ao processo de inexigibilidade de licitação nº 9/2025 e conclui que estão presentes todos os requisitos conforme determinam o Art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Administrativo de Licitação nº 210101/2025, encontra-se em ordem nas fases supramencionadas, podendo a administração pública dar sequência na realização da contratação conforme proposta e declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para as providências de alçada.

S.M.J. É o parecer da Unidade de Controle Interno.

Poção de Pedras/MA, 27 de fevereiro de 2025

Jailton Célio Batista da Costa
Controlador
Portaria nº 03/2025

Nº 310
Processo 2101012025
Assinatura

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
LEGISLATIVO

POÇÃO DE PEDRAS :: DIÁRIO OFICIAL - LEGISLATIVO - VOL. 55 - Nº 410 / 2025 :: QUINTA, 02 DE JANEIRO DE 2025 :: PÁGINA 1 DE 2

SUMÁRIO

[redacted]

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE TESOUREIRO PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Srº **ARMANDO MEIRELES FÉ,** inscrito no CPF sob o nº 743.285.493-91 RG sob o nº 072561162020-2 SSP/MA, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Tesoureiro**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 02 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONTADORA PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a Srª. **WALEFFIA VERUSKA DA SILVA CEZAR SANTOS,** inscrita no CPF sob o nº 020.083.203-40 e CRC sob o nº MA-012947/O-0, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Contadora**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 02 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONTROLADOR PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Sr. **JAILTON CELIO BATISTA DA COSTA,** inscrito no CPF sob o nº 413.394.363-53, RG 033507102007-0 SSP-MA, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do **Poder Legislativo Municipal,** no cargo de **Controlador**, da **Câmara Municipal de Poção de Pedras.**

Art.2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 9bf27f28c84b9b1d7465af6b5c30b2c8ed5a075e
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 311
Processo 02/01/2025
Assinatura

Dê-se Ciência, Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 02 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 9bf27f28c84b9b1d7465af6b5c30b2c8ed5a075e
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBLIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025

INEXIGIBILIDADE Nº 9/2025.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRS/MA, pessoa jurídica de direito público interno, situada Av. Presidente Kennedy, 143, Centro Poção de Pedras/MA, CEP 65740-000. Inscrita no CNPJ sob nº 00.459.816/0001-88. No uso de suas atribuições e competências, com fundamento no art. 74, III, "c", da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 14.133/2021;

Considerando o exposto pelo setor de Compras da Câmara Municipal de Poção de Pedras, AUTORIZAO presente procedimento de inexigibilidade de licitação, para contratação da empresa **R CASTRO ARAUJO EIRELI,** inscrita **no CNPJ Nº 40.001.962/0001-80,** sediada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA, representada pelo empresário Reinaldo Castro Araujo, empresário, para prestar serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

A inexigibilidade aqui autorizada limita-se exclusivamente à contratação da empresa acima descrita, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme arts.106 e 107, da Lei 14.133/2021, no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Este ato deverá ser publicado no portal de transparência da Câmara Municipal de Poção de Pedras, no prazo de 5 (cinco) dias, e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme exige o art. 72, da Lei 14.1233/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

Nº 313
Processo 20101/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

A presente contratação é fundamentada na Lei 14.1313/2021 e regulamentada pela Resolução nº 001/2023, da Messa da Câmara Municipal de Poção de Pedras.

Ester ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Poção de Pedras/MA, 28 de março de 2025

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
De Poção de Pedras

Nº 314
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

TERMO DE RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 9/2025.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2025, RATIFICO/AUTORIZO, a inexigibilidade nº 9/2025, que tem como objeto citado em epigrafe, tendo com empresa contratada **R CASTRO ARAUJO EIRELI,** inscrita **no CNPJ Nº 40.001.962/0001-80**. No valor de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) mensais, totalizando R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais) para 12 meses, de acordo com a proposta de preços apresentada.

BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei n.º 14.133/2021.

Publique-se na forma da lei.

Poção de Pedras (MA), 28 de março de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
De Poção de Pedras

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Nº 315
Processo 210101/2025
Assinatura

PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO

Processo Administrativo nº 210101/2025

Inexigibilidade nº 9/2025.

Contratante: Câmara Municipal de Poção de Pedras – MA.

Contratada: R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Fundamento Legal: Artigo 74, inciso III, alínea C, da Lei n.° 14.133/2021.

Valor R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) mensais, totalizando R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais) para 12 meses

Data: 28/03/2025.

Nº 316
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

DESPACHO ENCAMINHANDO ARQUIVOS EM MÍDIA PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

DA:
Câmara Municipal de Poção de Pedras

PARA:
Setor de Tecnologia da Informação

ASSUNTO:
Encaminho a mídia contendo o "TERMO DE RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO", referente à Inexigibilidade de Licitação Nº 9/2025, para as providências cabíveis.

Processo 317
210101/2025

Assinatura

LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 9/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 9/2025.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2025, RATIFICO/AUTORIZO, a inexigibilidade nº 9/2025, que tem como objeto citado em epigrafe, tendo com empresa contratada **R CASTRO ARAUJO EIRELI,** inscrita **no CNPJ Nº 40.001.962/0001-80**. No valor de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) mensais, totalizando R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais) para 12 meses, de acordo com a proposta de preços apresentada.

BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei n.º 14.133/2021.

Publique-se na forma da lei.

Poção de Pedras (MA), 28 de março de 2025.
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
De Poção de Pedras

ATO CONVOCATÓRIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025.

Pelo presente instrumento e com base da **Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025**, amparado pelo artigo Art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, convocamos a empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 40.001.962/0001-80, sediada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA, para comparecer na Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (segunda a sexta-feira) e no horário das 08:00 (oito) horas às 12:00 (doze) horas, a contar da data de seu recebimento, para assinatura do Termo de Contrato.

No ato da assinatura, a empresa deverá comprovar que está em dia com as obrigações fiscais, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a). Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.

b).CND – Certidão Negativa de Débito e CNDA – Certidão Negativa da Dívida Ativa, perante a fazenda Estadual; e

c). CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

d). Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativa de inidoneidade, e de impedimento (art. 91§ 4°, Lei 14.133/2021).

As certidões expedidas pela internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autênticidade nos sites de cada órgão emissor.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidos neste instrumento, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação e contra a mesma serão aplicadas as sanções administrativas e penalidades previstas em lei.

Poção de Pedras/MA, 28 de março de 2025.
Maria Leticia Borges Leite
Agente de Contratação
Portaria n° 25/2025

Nº 315
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

TERMO DE CONTRATO N° 9/2025

CONTRATADO: R CASTRO ARAUJO EIRELI

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS

Nº 319
Processo 210101/2025
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

ATO CONVOCATÓRIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025.

Pelo presente instrumento e com base da **Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025**, amparado pelo artigo Art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, convocamos a empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, sediada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA, para comparecer na Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (segunda a sexta-feira) e no horário das 08:00 (oito) horas às 12:00 (doze) horas, a contar da data de seu recebimento, para assinatura do Termo de Contrato.

No ato da assinatura, a empresa deverá comprovar que está em dia com as obrigações fiscais, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a). Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.

b).CND – Certidão Negativa de Débito e CNDA – Certidão Negativa da Dívida Ativa, perante a fazenda Estadual; e

c). CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

d). Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativa de inidoneidade, e de impedimento (art. 91§ 4°, Lei 14.133/2021).

As certidões expedidas pela internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidos neste instrumento, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação e contra a mesma serão aplicadas as sanções administrativas e penalidades previstas em lei.

Poção de Pedras/MA, 28 de março de 2025.

Maria Leticia Borges Leite
Agente de Contratação
Portaria n° 25/2025

Assinatura/rubrica: _____

GABINETE

PORTARIA Nº 25, DE 21 DE MARÇO DE 2025.

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro, equipe de apoio e Comissão de Contratação para atuar perante a Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, **Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais.**

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora MARIA LETICIA BORGES LEITE para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRA da Câmara Municipal de Poção de Pedras afim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Somente em licitações na modalidade pregão, a agente responsável pela condução do certame é designada PREGOEIRA.

Art.2º Nomear os servidores ANTONIO JUCIE DA SILVA e ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO SILVA VERA para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação e a Pregoeira no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º A Comissão de Contratação será composta pelos servidores MARIA LETICIA BORGES LEITE, ANTONIO JUCIE DA SILVA E ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO SILVA VERA.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Presidência da Comissão de Contratação será exercida pelo servidor MARIA LETICIA BORGES LEITE, o mesmo conduzirá as contratações diretas (Dispensa e Inexigibilidade).

Art. 4º As atribuições das funções acima referidas estão descritas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 1/2023.

Art. 5º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 20/2025.

Dê-se Ciência,
Registre-se e Publique-se e Cumpra-se

Poção de Pedras-MA, 21 de março de 2025.
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: c1c69ebcbac1af582234c75cd26653ce6a44a672
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 321
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

DESPACHO ENCAMINHANDO ARQUIVOS EM MÍDIA PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

DA:
Câmara Municipal de Poção de Pedras

PARA:
Setor de Tecnologia da Informação

ASSUNTO:
Encaminho a mídia contendo o "ATO CONVOCATORIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025", referente à Inexigibilidade de Licitação Nº 9/2025, para as providências cabíveis.

322
Processo 21/01/2025
Assinatura

LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO/AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 9/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 9/2025.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2025, RATIFICO/AUTORIZO, a inexigibilidade nº 9/2025, que tem como objeto citado em epigrafe, tendo com empresa contratada **R CASTRO ARAUJO EIRELI,** inscrita **no CNPJ Nº 40.001.962/0001-80**. No valor de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) mensais, totalizando R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais) para 12 meses, de acordo com a proposta de preços apresentada.

BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei n.º 14.133/2021.

Publique-se na forma da lei.

Poção de Pedras (MA), 28 de março de 2025.
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
De Poção de Pedras

ATO CONVOCATÓRIO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025.

Pelo presente instrumento e com base da **Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025**, amparado pelo artigo Art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, convocamos a empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 40.001.962/0001-80, sediada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA, para comparecer na Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (segunda a sexta-feira) e no horário das 08:00 (oito) horas às 12:00 (doze) horas, a contar da data de seu recebimento, para assinatura do Termo de Contrato.

No ato da assinatura, a empresa deverá comprovar que está em dia com as obrigações fiscais, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a). Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.

b).CND – Certidão Negativa de Débito e CNDA – Certidão Negativa da Dívida Ativa, perante a fazenda Estadual; e

c). CNDT – Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

d). Consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativa de inidoneidade, e de impedimento (art. 91§ 4°, Lei 14.133/2021).

As certidões expedidas pela internet e que possuam código para averiguação, estão condicionadas à verificação de sua autenticidade nos sites de cada órgão emissor.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidos neste instrumento, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação e contra a mesma serão aplicadas as sanções administrativas e penalidades previstas em lei.

Poção de Pedras/MA, 28 de março de 2025.
Maria Leticia Borges Leite
Agente de Contratação
Portaria n° 25/2025

Nº 323
Processo 24/01/2025
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: R CASTRO ARAUJO LTDA
CNPJ: 40.001.962/0001-80

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:18:03 do dia 11/10/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/04/2025.
Código de controle da certidão: **C654.F62B.8C8C.9B4A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Nº 324
Processo 21/01/2025
Assinatura

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 40.001.962/0001-80

Código de Controle: C654.F62B.8C8C.9B4A

Data da Emissão: 11/10/2024

Hora da Emissão: 10:18:03

Tipo Certidão: Negativa

Certidão Negativa emitida em 11/10/2024, com validade até 09/04/2025.

Página Anterior (/Servicos/certidaointernet/pj/autenticidade/Voltar)

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/pj/autenticidade/Confirmar)

Voltar | Imprimir

Nº 325
Processo 21/01/2025
Assinatura

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.001.962/0001-80
Razão Social: R CASTRO ARAUJO EIRELI
Endereço: AV GONCALO BARBOSA LIMA / CENTRO / LAGO DOS RODRIGUES / MA / 65712-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:17/03/2025 a 15/04/2025

Certificação Número: 2025031708135558816716

Informação obtida em 28/03/2025 19:42:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Nº 326
Processo 24 01 01 2025
Assinatura

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 40.001.962/0001-80
Razão social: R CASTRO ARAUJO EIRELI

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
17/03/2025	17/03/2025 a 15/04/2025	2025031708135558816716
25/02/2025	25/02/2025 a 26/03/2025	2025022514135558816739
05/02/2025	05/02/2025 a 06/03/2025	2025020520475558816700
17/01/2025	17/01/2025 a 15/02/2025	2025011704045558816711
29/12/2024	29/12/2024 a 27/01/2025	2024122903375558816701
10/12/2024	10/12/2024 a 08/01/2025	2024121004185558816765
21/11/2024	21/11/2024 a 20/12/2024	2024112104085558816747
02/11/2024	02/11/2024 a 01/12/2024	2024110203065558816796
14/10/2024	14/10/2024 a 12/11/2024	2024101409485558816720
25/09/2024	25/09/2024 a 24/10/2024	2024092522055558816760
05/09/2024	05/09/2024 a 04/10/2024	2024090510175558816744
17/08/2024	17/08/2024 a 15/09/2024	2024081704445558816712
29/07/2024	29/07/2024 a 27/08/2024	2024072920485558816709
10/07/2024	10/07/2024 a 08/08/2024	2024071010415558816724
21/06/2024	21/06/2024 a 20/07/2024	2024062110115558816762
02/06/2024	02/06/2024 a 01/07/2024	2024060202315558816751
14/05/2024	14/05/2024 a 12/06/2024	2024051406385558816787
25/04/2024	25/04/2024 a 24/05/2024	2024042507542135283660
05/04/2024	05/04/2024 a 04/05/2024	2024040519013311211773
17/03/2024	17/03/2024 a 15/04/2024	2024031702093402858242
27/02/2024	27/02/2024 a 27/03/2024	2024022720032784510965
08/02/2024	08/02/2024 a 08/03/2024	2024020820010155197746
20/01/2024	20/01/2024 a 18/02/2024	2024012002535933849480
01/01/2024	01/01/2024 a 30/01/2024	2024010102020735415376
13/12/2023	13/12/2023 a 11/01/2024	2023121321082952913605
24/11/2023	24/11/2023 a 23/12/2023	2023112406125905398864
05/11/2023	05/11/2023 a 04/12/2023	2023110502405984894356
17/10/2023	17/10/2023 a 15/11/2023	2023101705185878966903
28/09/2023	28/09/2023 a 27/10/2023	2023092807011679924319
08/09/2023	08/09/2023 a 07/10/2023	2023090822423540899350

Nº Processo 21010132025

Assinatura

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.001.962/0001-80
Certidão nº: 17840182/2025
Expedição: 28/03/2025, às 20:10:42
Validade: 24/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.001.962/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Nº 328
Processo 2410120125
Assinatura

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.001.962/0001-80
Certidão nº: 17840182/2025
Expedição: 28/03/2025, às 20:10:42
Validade: 24/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **R CASTRO ARAUJO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.001.962/0001-80**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Nº 329
Processo 21/01/2025
Assinatura

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 032203/25 **Data da** 30/01/2025 18:03:40

Inscrição Estadual: 126745617 **CPF/CNPJ:**40001962000180

Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Endereço: AVE GONCALO BARBOSA LIMA, 12 CEP: 65712000 - CENTRO

Telefone: (98)82858304 **Município:** LAGO DOS RODRIGUES **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 30/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/03/2025 08:41:08

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Débito**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº 330
Processo 21012025
Assinatura

Nº da Certidão: 032203/25
Data de Validade: 30/04/2025
Data de Emissão: 30/01/2025 18:03:40
Inscrição Estadual: 126745617
CPF/CNPJ: 40001962000180
Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Nº 331
Processo 21/01/2025
Assinatura

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 009253/25 **Data da** 30/01/2025 18:04:20

Inscrição Estadual: 126745617 **CPF/CNPJ:** 40001962000180

Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Endereço: AVE GONCALO BARBOSA LIMA, 12 CEP: 65712000 - CENTRO

Telefone: (98)82858304 **Município:** LAGO DOS RODRIGUES **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 30/04/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/03/2025 08:42:01

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Dívida Ativa**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão NegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 009253/25

Data de Validade: 30/04/2025

Data de Emissão: 30/01/2025 18:04:20

Inscrição Estadual: 126745617

CPF/CNPJ: 40001962000180

Razão Social: R CASTRO ARAUJO LTDA

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Nº 332

Processo 210101 2025

G

Assinatura

DATA DA EMISSÃO - 22/03/2025 10:11:44

Nº 333
Processo 210101 2025
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAGO DOS RODRIGUES
TRABALHANDO PARA O FUTURO

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DOS RODRIGUES - MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DE DÍVIDA ATIVA

NUMERO: 00473 **LIBERAÇÃO:** 30/01/2025 **VALIDADE:** 30/04/2025

NOME / RAZÃO SOCIAL: R CASTRO ARAUJO LTDA

CPF / CNPJ: 40.001.962/0001-80 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 1295

ENDEREÇO: GONCALO BARBOSA LIMA **Bairro:** CENTRO **Nº:** 12

MUNICÍPIO: LAGO DOS RODRIGUES **UF:** MA

ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
ALVARÁ - TAXA DE FISCALIZAÇÃO
ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Certificamos que, após realização de consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da Lei Nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos (240 a 242) da Lei Nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) o sujeito passivo acima identificado, se encontra até a presente data em situação: **REGULAR**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada escaneando o QrCode ao lado.
Ou acessando o link: https://nfse.lagodosrodrigues.ma.gov.br/autenticar
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: gZs0YFI7p3aBWUrPn0eR
EMITIDO ÀS 10:11:44 DO DIA 22/03/2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Nº 334
Processo 210101/2025
Assinatura

TERMO DE CONTRATO N° 9/2025
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra – Contratação Direta

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210101/2025
INEXIGIBILIDADE N° 9/2025

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS (MA), E A EMPRESA R CASTRO ARAUJO EIRELI.

A Câmara Municipal de Poção de Pedras. Estado do Maranhão, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 143, Centro, CEP n° 65740-000, na cidade de Poção de Pedras/MA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.459.816/0001-88, neste ato representada pelo Sr. Joaquim Elói de Souza Filho, Presidente da Câmara Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80, sediada na Av. Gonçalo Barbosa Lima, 12, CEP: 65.712-000, Lago dos Rodrigues/MA, representada pelo Sr. Reinaldo Castro Araujo, CPF nº 918.***.***-**, Administrador, doravante denominado CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 210101/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n° 9/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR UNITÁRIO R$
1	Manutenção mensal de site institucional e Portal da Transparência e estrutura de dados para o diário oficial do legislativo.	SERVIÇOS	1	4.500,00	54.000,00
	VALOR TOTAL				54.000,00

Nº 335
Processo 21/01/2025
Assinatura

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e
1.2.3. A Proposta do Contratado; e
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (dose) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Nº 336
Processo 21/01/2021
Assinatura

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), no total de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), para 12 (doze) meses.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

6.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

6.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sites oficiais ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sites oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.11. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Nº 338
Processo 21/01/2025
Assinatura

6.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao CADIN.

6.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **21/01/2025.**

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

Nº 339
Processo 21/01/2025
Assinatura

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por

todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

Nº 342
Processo 21/01/2025
Assinatura

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo h)

i) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

j) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Nº 344
Processo 21/01/2025
Assinatura

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

Nº 345
Processo 21012025
Assinatura

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto:

13.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

113.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade: 0101 – Câmara Municipal

Nº 346
Processo 21/01/2025
Assinatura

ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL POÇÃO DE PEDRAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Poção de Pedras
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0011.2.002 – Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SOITAVA – FORO (art. 92, §1º)

Nº 347
Processo 21/03/2025.
Assinatura

18.1. É eleito o Foro da Justiça da Comarca de Poção de Pedras/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1° da Lei n° 14.133/21.

Poção de Pedras/MA, 28 de março de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
De Poção de Pedras
Representante legal do CONTRATANTE

R CASTRO ARAUJO LTDA
CNPJ N° 40.001.962/0001-80
Sr. Reinaldo Castro Araújo
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Nº 342
Processo 21/01/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025

TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025 **ORIGEM:** Processo administrativo nº 210101/2025. Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.459.816/0001-88. **CONTRATADA:** R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 40.001.962/0001-80 **OBJETO:** Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.**VALOR TOTAL:** 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), no total de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), para 12 (doze) meses **FONTE DE RECURSOS:** ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL POÇÃO DE PEDRAS UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Poção de Pedras DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0011.2.002 – Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 12 (dose) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 28/03/2025. **SIGNATÁRIOS:** Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, por seu Presidente Joaquim Elói de Souza Filho, como Contratante e R CASTRO ARAUJO EIRELI, representada pelo Sr. Reinaldo Castro Araujo, como contratada.

Nº 349
Processo 2109012025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

DESPACHO ENCAMINHANDO ARQUIVOS EM MÍDIA PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

DA:
Câmara Municipal de Poção de Pedras

PARA:
Setor de Tecnologia da Informação

ASSUNTO:
Encaminho a mídia contendo o "EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025", referente à Inexigibilidade de Licitação Nº 9/2025, para as providências cabíveis.

Nº 350
Processo 25/03/25
Assinatura

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2025

TERMO DE CONTRATO Nº 9/2025 **ORIGEM:** Processo administrativo nº 210101/2025. Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025. **CONTRATANTE:** Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.459.816/0001-88. **CONTRATADA:** R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80 **OBJETO:** Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.**VALOR TOTAL:** 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), no total de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), para 12 (doze) meses **FONTE DE RECURSOS:** ÓRGÃO: 01 – CÂMARA MUNICIPAL POÇÃO DE PEDRAS UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0101 – Câmara Municipal de Poção de Pedras
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0011.2.002 – Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica FONTE: 1500000000 – Recursos não vinculados de impostos **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 12 (dose) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DA ASSINATURA:** 28/03/2025. **SIGNATÁRIOS:** Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, por seu Presidente Joaquim Elói de Souza Filho, como Contratante e R CASTRO ARAUJO EIRELI, representada pelo Sr. Reinaldo Castro Araujo, como contratada.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE INEXIGIBLIDADE DE LICITAÇÃO 10/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 190201/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2025
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS/MA, Sr. Joaquim Elói de Souza Filho, no uso de suas atribuições legais, em consonância com as informações, justificativas, documentos e parecer contidos no Processo Administrativo nº 190201/2025, originário da Inexigibilidade de Licitação, bem como de acordo com as disposições do **art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, **HOMOLOGO** o resultado da Inexigibilidade 10/2025 e **ADJUDICO** o objeto a empresa IZAIAS DELFINO DOS SANTOS-ME, inscrito no CNPJ sob nº 26.529.188/0001-53, situada na Av. Maestro João Nunes, Av. Ana Jansen N9 Pav05 SI508, Ponta d Areia , São Luis/MA, CEP 65077-300, para locação de software – Folha de Pagamento, de interesse da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, pelo valor mensal de R$ 920,40 (novecentos e vinte reais e quarenta centavos) e R$ 11.044,80 (onze mil quarenta e quatro reais e oitenta centavos) para 12 (doze) meses.
2. Relata-se nos autos que a IZAIAS DELFINO DOS SANTOS-ME comprovou que preencher os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, as Lei nº 14.133/2021).
3. Para prosseguimento, DETERMINO as seguintes providências:
I – Encaminhe-se para a contratação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei 114.133/2021, juntando-se a Portaria de Fiscal de Contrato.
II – Em seguida, providenciar, nos termos do art. 90, da citada Lei nº 14.133/2021, para celebração do contrato, em favor da empresa adjudicatária.
III – Após, inserção no Sistema do TCE/MA, PNCP, bem como demais divulgações exigidas nos art. 72, parágrafo único e 94 da Lei nº 14.133/20221.
IV – Por fim, encaminhe-se o procedimento à contabilidade e ao fiscal de contrato, para providenciar o envio do Contrato e da nota de empenho, à empresa, e realizar a fiscalização, conforme Termo de Referência.

Poção de Pedras/MA, 26 de março de 2025.
Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADEDE LICITAÇÃO Nº 10/2025

Processo Administrativo nº 190201/2025

Inexigibilidade de Licitação n° 10/2025

Contratante: Câmara Municipal de Poção de Pedras – MA.

Contratado IZAIAS DELFINO DOS SANTOS-ME, inscrito no CNPJ sob nº 26.529.188/0001-53.

Objeto: locação de software – Folha de Pagamento, de interesse da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA

Fundamento Legal: Artigo 74, I, da Lei nº 14.133/2021.

Nº 351
Processo 210101/2025
Assinatura

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

À empresa:
R CASTRO ARAUJO EIRELI, inscrita no CNPJ N° 40.001.962/0001-80
[redacted]

Prezado

Pelo presente autorizo a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, referente ao Processo Administrativo n° 210101/2025, Dispensa de Licitação n° 9/2025, conforme especificações apresentadas na proposta de preços do contratado supra.

Poção de Pedras - MA, 28 de março de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal
De Poção de Pedras

RECEBIDO EM 28/03/2025.

R CASTRO ARAUJO LTDA
CNPJ N° 40.001.962/0001-80
Sr. Reinaldo Castro Araújo
CONTRATADA

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS

EXTRAS

Nº 352
Processo 21010
Assinatura

SUMÁRIO

[redacted]

PORTARIA Nº 11, DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação de Fiscal de Contratos no âmbito desta Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, e dá outras providências.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Fica designado o servidor efetivo o Sr. **GUSTAVO RODRIGO MOREIRA DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob o nº 036.067.453-46, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, para atuar como **Fiscal de Contratos** no âmbito da Câmara Municipal de Poção de Pedras.

Art.2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência,

Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 07 de janeiro de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 8569c85e10a878d3765ed7f4c4bc792a29389d72
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

Nº 357
Processo 210101/2025
Assinatura

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Parecer nº 280301/2025
Inexigibilidade nº 9/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210101/2025
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

BASE LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea C, da Lei n.º 14.133/2021.

O senhor: Wackyla Batista Campelo, responsável pelo Controlador da Câmara Municipal de Poção de Pedras, nomeado nos termos da Portaria nº 23/2025, de 27/03/2025, declara, para os devidos fins, que analisou integralmente o Contrato n.º 9/2025, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 9/2025, tendo por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA, celebrado com a Câmara Municipal de Poção de Pedras, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 14.133/21 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de contratação e publicidade, estando apto a gerar despesas para o Legislativo Municipal;

( ) Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para o Legislativo Municipal, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

( ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para o Legislativo Municipal, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências de alçada.

VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO FISCAL

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos da Lei 14.133/21, bem como às cláusulas contratuais vigentes neste.

O contrato administrativo é o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares, ou seja, é o acordo recíproco de vontade que tem por fim gerar obrigações recíprocas entre os

CÂMARA MUNICIPAL DE
POÇÃO DE PEDRAS
ESTADO DO MARANHÃO
CNPJ: 00.459.816/0001-88
Avenida Presidente Kennedy, 143 – Centro - CEP 65740-000
Email: camarapp@hotmail.com

contratantes. Assim como o particular, o Poder Público celebra contratos no intuito de alcançar objetivos de interesse público, no caso em questão objetiva a Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de site institucional, portal da transparência e estrutura de dados para o diário oficial da Câmara Municipal de Poção de Pedras/MA.

Atendendo norma legal, é necessário que haja a designação de um fiscal de contrato para que possa acompanhar a regularidade da contratação, no caso em tela, consta a Portaria de nº 11/2025, de nomeação do fiscal de contrato, atestando assim, a regularidade deste quesito.

RECOMENDAÇÕES

Recomendamos que seja observado o art. 42, caput, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.

Recomendamos a realização de despesa, somente com recurso disponível em conta bancária.

CONCLUSÃO

Com base nas normas da legislação vigente, pelo que declara ainda que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais.

Manifesta-se essa Controladoria, pela possibilidade de prosseguir com o presente processo de Dispensa de Licitação, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCE/MA, bem como PNCP.

Ademais, é importante salientar que, a geração de despesa é de inteira responsabilidade do ordenador de despesas, eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte desta Controladoria.

Retorne os autos ao responsável para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

S.M.J. É o parecer da Unidade de Controle Interno.

Poção de Pedras/MA, 28 de março de 2025.

Wackyla Batista Campelo
Controlador
Portaria nº 23/2025

Nº 355
Processo 24/01/01 Fls 6
Assinatura

Diário Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
LEGISLATIVO

SUMÁRIO

Descrição **Página**

LICÍTAÇÃO 2
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2025 – LEI Nº 14.133/2021 2
GABINETE 2
PORTARIA Nº 21, DE 05 DE MARÇO DE 2025. 2
PORTARIA Nº 22, DE 05 DE MARÇO DE 2025. 2
PORTARIA Nº 23, DE 06 DE MARÇO DE 2025. 3

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 27222b1f17ab2bf7d1b8f92260f0c816305f2d91
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO

Nº 356
Processo 2 invalidos
Assinatura

Art.1º Exonerar o Srº. WACKYLA BATISTA CAMPELO, inscrito no CPF sob o nº XXX.375.693-XX RG sob o nº XXX6557420XX-X SSP/MA, do grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do Poder Legislativo Municipal, do cargo de Assessor, da Câmara Municipal de Poção de Pedras.

Dê-se Ciência,

Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 05 de março de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 23, DE 06 DE MARÇO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONTROLADOR PARA CARGO EM COMISSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES.

JOAQUIM ELÓI DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Poção de Pedras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Nomear o Srº. WACKYLA BATISTA CAMPELO, inscrito no CPF sob o nº XXX.375.693-XX RG sob o nº XXX6557420XX-X SSP/MA, no grupo de atividades de apoio administrativo e operacional do Poder Legislativo Municipal, no cargo de Controlador, da Câmara Municipal de Poção de Pedras.

Dê-se Ciência,

Registre-se e Publique-se e Cumpre-se

Poção de Pedras-MA, 06 de março de 2025.

Joaquim Elói de Souza Filho
Presidente da Câmara Municipal

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO CÂMARA MUNICIPAL DE POÇÃO DE PEDRAS
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
https://cmpocaodepedras.ma.gov.br/transparencia/diario
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 27222b1f17ab2bf7d1b8f92260f0c816305f2d91
PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QRCODE AO LADO